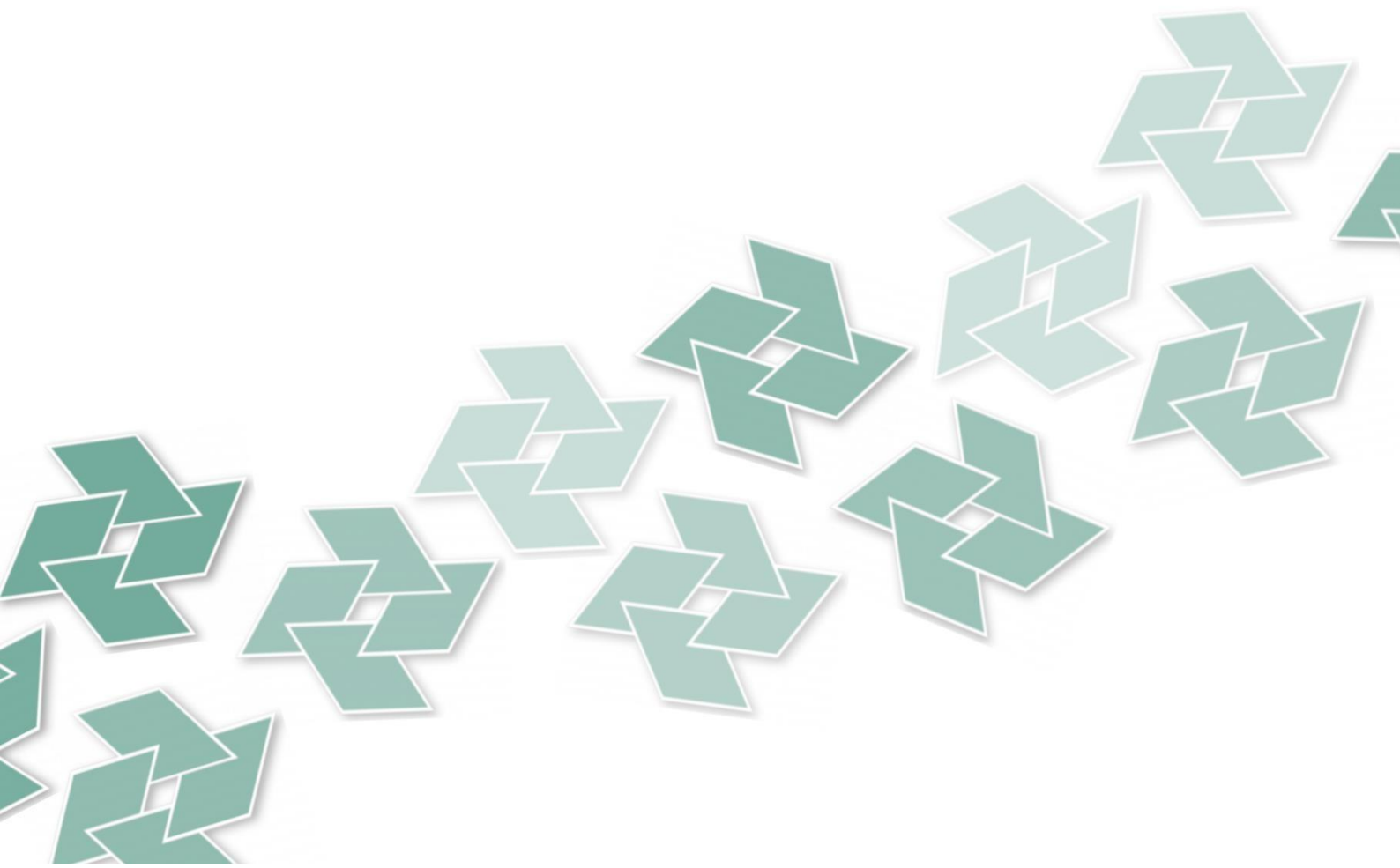




**FACULDADE
INESP**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO
HOSPITALAR**

Modalidade Presencial



LISTA DE SIGLAS

- AC – Atividades Complementares
- AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem
- CST – Curso Superior de Tecnologia
- DCN – Diretrizes Curriculares Nacional
- IES – Instituição de Ensino Superior
- INESP – Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa
- LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais
- NDE - Núcleo Docente Estruturante
- PPC – Projeto Pedagógico do Curso
- TCC – Trabalho de Conclusão de Curso
- TIC – Tecnologias da Informação e Comunicação
- NADD – Núcleo de Apoio ao Discente e Docente
- LDB- Lei de Diretrizes e Bases
- NAI – Núcleo de Acessibilidade e Inclusão
- MEC – Ministério da Educação
- CBO – Classificação Brasileira de Ocupações

SUMÁRIO

Error! Nenhuma Tabela de Entradas de Conteúdo Encontrado.

1.1 Perfil do Egresso.....	28
1.1.1 Pesquisa para Egressos.....	29
1.1.2 Acompanhamento De Egressos.....	29
1.1.3 Portal de Egressos.....	30
1.1.4 Incentivo à utilização de espaço na IES.....	31
1.1.5 Convite à participação nos eventos acadêmicos promovidos na Faculdade Inesp	31
1.1.6 Incentivo À Permanência Na Faculdade Inesp.....	32
1.2 Estrutura Curricular.....	32
1.2.1 Distribuição da Carga Horária e Tempo de Integralização.....	32
1.2.2 Estrutura Curricular o Curso.....	34
1.3 METODOLOGIA.....	57
1.4 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO.....	61
Comprovação e Cumprimento do Estágio.....	64
1.4.1 Estágio não-obrigatório.....	66
1.5Regulamento de atividades extensão do curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar da Faculdade INESP.....	67
1.6 Pesquisa Acadêmica - Revista Interdisciplinar Acadêmica Inesp.....	69
1.7 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC).....	71
1.10- Apoio Discente.....	74
1.10.1- Núcleo de Apoio ao Discente e Docente.....	74

1.10.2 Formas de Acesso	74
1.10.2.1 Processo Seletivo	74
1.10.2.2 Transferência Externa	75
1.10.2.3 Reaproveitamento de Curso	75
1.10.2.4 ENEM	75
1.10.2.5 Formado em Curso Técnico	75
1.10.3 Programas De Nivelamento	75
1.10.3.1 Objetivos	76
1.10.3.2 Objetivos Geral	76
1.10.3.3 Objetivos Específicos	76
1.10.4 Justificativa	77
1.10.5 Programa de nivelamento em Língua Portuguesa	78
1.10.6 Programa de nivelamento em Matemática	78
1.10.7 Monitoria	79
1.10.8 Organização Estudantil	80
1.11 Ouvidoria	80
1.11.1 Regulamento da Ouvidoria da Faculdade INESP	81
1.12 Gestão do Curso e os Processos de Avaliação Interna e Externa	83
1.12.1 Avaliação Interna - CPA	83
1.12.2 Plano de Ação e Sensibilização para autoavaliação da INESP	85
1.12.3 Avaliação Externa	87
1.13 Atividades de Tutoria	88
1.14 Conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias às atividades de tutoria.	88
1.15 Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo ensino aprendizagem	88
1.16 Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)	91
1.17 Material Didático	91
1.18 Procedimentos de Acompanhamento e de Avaliação dos Processos de Ensino e Aprendizagem	92
1.18.1 Sistema de Elaboração de Avaliação	93

1.18.2 Normas Do Processo Avaliativo Do Desempenho Acadêmico.....	93
1.18.3 Normas para Elaboração de Provas Modelo ENADE.....	94
1.18.4 Regime Especial de Recuperação.....	95
1.18.5 Número de Vagas.....	96

1.19 Integração com as redes públicas de ensino.....	96
1.20 Integração do curso com o sistema local e regional de saúde (SUS).....	96
1.21 Atividades práticas de ensino para áreas da saúde.....	96
1.22 Atividades práticas de ensino para licenciaturas.....	96
Dimensão 2 – Corpo Docente.....	97
2.1 Perfil do Corpo Docente.....	97
2.2 Núcleo Docente Estruturante.....	98
2.2.1 Regulamento dos Núcleos Docentes Estruturantes do curso de Gestão da Faculdade INESP.....	99
2.3 Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI).....	102
2.4 Equipe Multidisciplinar.....	105
2.5 Coordenador.....	105
2.5.1 PERFIL DO COORDENADOR.....	105
2.5.2 Atuação do Coordenador.....	105
2.5.3 Experiência Profissional do Coordenador.....	106
2.5.4 Regime de Trabalho do Coordenador.....	106
2.5.5 Atribuições e Plano de Ação do Coordenador do Curso.....	106
2.6.2 Corpo docente: titulação.....	109
2.6.3 Critérios de Admissão e de Progressão na Carreira.....	109
2.6.4 Plano de Cargos e Salários.....	109
2.6.5 Regime de Trabalho do Corpo Docente do Curso.....	111
2.7 Experiência no exercício da docência na educação a distância.....	111
2.8-Experiência no exercício da tutoria na educação a distância.....	111
2.9 Atuação do colegiado de curso ou equivalente.....	111
2.9.1 Regulamento Dos Colegiados De Curso Dos Cursos De Graduação Da Faculdade Inesp.....	114
2.10- Titulação e formação do corpo de tutores do curso.....	116

2.11- Experiência do corpo de tutores em educação a distância.....	116
2.12 Interação entre tutores docentes e coordenadores de curso a distância.....	116
Dimensão 3 - INFRAESTRUTURA.....	116
3.1- Espaço de trabalho para docentes em tempo integral.....	116
3.2- Espaço de trabalho para o coordenador.....	116
3.3- Sala coletiva de professores.....	116
3.4- Salas de Aula.....	117
3.5- Acesso dos alunos a equipamentos de informática.....	117
3.6 Bibliografia básica por Unidade Curricular (UC).....	118
3.7 Bibliografia Complementar por unidade Curricular (UC).....	118
Anexos.....	119
I- CONVÊNIOS.....	119
II- Acessibilidades para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida.....	119
III- Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.....	120
IV- Biblioteca.....	121
V- Responsabilidade social.....	122

APRESENTAÇÃO

Esse documento apresenta a proposta pedagógica do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar, na modalidade presencial, do Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa – Faculdade INESP.

O Projeto Pedagógico aqui proposto constitui-se do conjunto de diretrizes que guiarão o curso, idealizado e desenvolvido coletivamente com a participação de diversos atores da comunidade educacional, diretores, coordenadores, docentes que compõem o Núcleo Docente Estruturante (NDE) e Colegiado do Curso. A elaboração, construção, implantação e consolidação deste PPC se deu tendo como referência as políticas de ensino vigentes no país, as exigências legais e as características regionais, bem como as avaliações internas e externas as quais o curso se submete, bem como em articulação direta com NDE, Colegiado, Comunidade e Diretores da IES.

O projeto pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar, em consonância com as Diretrizes Curriculares, foi elaborado exercitando a liberdade e a flexibilidade conferidas pela Lei. Seu objetivo é destacar as habilidades e competências esperadas do egresso, a partir de uma associação com o aporte teórico das disciplinas que compõem o currículo, no intuito de assegurar a preparação do aluno para o exercício de sua função profissional, levando-se em conta as exigências do atual mercado de trabalho e a estrutura do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar, prevista pelas Diretrizes Curriculares, com base no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006 que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos de graduação e sequências no sistema federal de ensino e no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, conforme Portaria MEC nº 413, de 11 de maio de 2016.

Nesse projeto são apresentados dados gerais da instituição e do curso; contexto da região em que a IES está inserida; estrutura didática-pedagógica; perfil de docente; a formação da equipe multidisciplinar; o material didático e o ambiente virtual de aprendizagem; a infraestrutura da Instituição; e outras informações que

são consideradas importantes para a visão do curso e do perfil do egresso que a Faculdade INESP pretende formar.

Base Legal da IES:

Nome da IES: Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa

Mantenedora : IADEB- Modulo de Educação Avançada LTDA- ME

CNPJ: 10.683.786/0001-42

Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada

Representante Legal da Mantenedora: Paulo Roberto Perdum (Diretor Geral)

A Faculdade INESP foi credenciada e autorizada em 3 de março de 2005, conforme Portaria do MEC de nº 703/ 2005, de 3 de março de 2005, publicada no Diário Oficial da União – DOU, aos 4 de março do mesmo ano, de acordo com o Decreto de nº 1.845, de 28 de março de 1996, e Parecer de nº 390/2001, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação – CNE adotando para seu curso de graduação o Regime Seriado, oferecendo inicialmente o curso de Administração de Empresas, autorizado pela portaria MEC 704/2005 publicado no D.O.U. Em 04 de março de 2005 e reconhecido e reconhecido através da Portaria MEC 371/2015 no D.O.U. em 19 de maio de 2015.

No ano de 2017, a Faculdade INESP passou por ato de transferência de Manutença, concretizada pela Portaria n.º 922, de 21 de agosto de 2017:

Art. 1º Fica aprovado o registro administrativo provisório da transferência de manutenção da Instituição de Educação Superior discriminada na planilha anexa, na forma de aditamento ao seu ato de credenciamento, nos termos do § 4º, art. 10, do Decreto nº 5.773, de 2006, a qual passa a ser mantida pela respectiva mantenedora adquirente. §1º A mantenedora adquirente da instituição de educação superior assume responsabilidade integral de assegurar o financiamento da mantida, garantindo a manutenção da qualidade dos cursos ofertados e sua continuidade, sem prejuízo para os alunos. §2º A mantenedora adquirente assume a responsabilidade pela guarda, organização e conservação do acervo documental da instituição de educação superior. §3º Os processos e documentos protocolizados nesta Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior pela instituição de educação superior discriminada na planilha anexa, ou por sua mantenedora cedente, terão tramitação regular, ficando a cargo da mantenedora adquirente a integral responsabilidade formal a seu respeito. Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (MEC, 2017, p.90)

BREVE HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

A Faculdade tem uma estrutura organizacional simples de forma a facilitar a comunicação administrativa e a funcionalidade operacional, principalmente entre a diretoria e as coordenações dos cursos e entre a comunidade acadêmica. O organograma e as atribuições dos órgãos colegiados, dos setores administrativos e das coordenações dos cursos constam em seu Regimento Geral, assim como seus órgãos deliberativos.

A Faculdade INESP foi credenciada e autorizada em 3 de março de 2005, conforme Portaria do MEC de nº 703/ 2005, de 3 de março de 2005, publicada no Diário Oficial da União – DOU, aos 04 de março do mesmo ano, de acordo com o Decreto de nº 1.845, de 28 de março de 1996, e Parecer de nº 390/2001, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação – CNE adotando para seu curso de graduação o Regime Seriado, oferecendo inicialmente o curso de Administração de Empresas, autorizado pela portaria MEC 704/2005 publicado no D.O.U. Em 4 de março de 2005 e reconhecido através da Portaria MEC 371/2015 no D.O.U. em 19 de maio de 2015.

Dez anos após a criação, a Faculdade INESP, passou a investir nos seus processos de expansão, sempre preocupadas em atender uma clientela diversificada de estudantes oriundos de camadas populares, com maiores dificuldades de inserção social.

No ano de 2017, a Faculdade INESP passou por ato de transferência de Manutenção, concretizada pela Portaria n.º 922, de 21 de agosto de 2017.

Em agosto de 2017, foi autorizado pelo MEC a abertura do curso de graduação Licenciatura em Pedagogia, na modalidade presencial, pela Portaria MEC n.º 867, de 11 de agosto de 2017.

Atualmente a Faculdade INESP oferece, na modalidade presencial, os cursos de Bacharelado em Administração de Empresas e Licenciatura em Pedagogia e três cursos Superiores Tecnólogos na área de Gestão: Gestão de Recursos Humanos, Gestão Hospitalar e Gestão em Logística.

A Faculdade ainda oferece os cursos de pós-graduação: MBA em Gestão de Pessoas, MBA em Gestão Pública e MBA em Formação de Coaching e Liderança, MBA em Gestão de Saúde, Psicopedagogia, entre outros.

I- Dados Gerais do Curso

Nome do Curso: Gestão Hospitalar

Grau: Tecnólogo

Modalidade da Oferta: Presencial

Duração: 6 semestres

Período mínimo para integralização: 6 semestres

Período máximo para integralização: 12 semestres

Conforme Resolução CNE N 2, de 18 de junho de 2007, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Empreendimentos de Saúde, Modalidade Presencial, da Faculdade INESP, será oferecido em 3 (três) anos, dividido em regime semestral, oportunizando ao aluno a integralização de sua formação em no mínimo 6 semestres e no máximo em 12 semestres.

Carga Horária Total do Curso: 2400 horas (horas-relógio)

Número de Vagas (anual): 200 vagas (distribuídas em 100 vagas em cada semestre letivo do ano, sendo: 50 vagas semestrais para o período diurno e 50 vagas semestrais para o período noturno).

Endereço de Funcionamento do Curso:

Rua São Sebastião, 25 - CEP: 12.308-320 Jacareí -SP
Telefone:
(12) 3959.2151/

II- Informações Institucionais da Mantenedora

Mantenedora	IADEB – Modulo de Educação Avançada - LTDA
CNPJ	10.683.786/0001-42
Endereço	Rua: São Sebastião, nº 25. Centro, Jacareí,SP . CEP: 12.308.320
Telefone	3959-2150 / 3959-2151
E-mail	diretoriaadministrativa@inesp.edu.br

Dirigente Principal	
Nome	Paulo Roberto Perdum
Endereço	Rua: São Sebastião, nº 25. Centro, Jacareí, SP . CEP: 12.308.320
Cidade	Jacareí, SP
Telefone	3959-2150 / 3959-2150
E-mail	diretoriaadministrativa@inesp.edu.br

III- Informações Institucionais da Mantida

Mantida	Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa – Faculdade INESP
Endereço	Rua: São Sebastião, nº 25. Centro, Jacareí, SP . CEP: 12.308.320
Telefone	3959-2150 / 3959-2150
E-mail	atendimento@inesp.edu.br

Dirigente Principal	
Cargo	Diretor Geral
Nome	Paulo Roberto Perdum
Endereço	Rua: São Sebastião, nº 25. Centro, Jacareí, SP . CEP: 12.308.320
Telefone	3959-2150 / 3959-2150
E-mail	diretoriaadministrativa@inesp.edu.br

Coordenador do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar

Prof. Claudio Roberto Gomes

IV-- Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para Curso Superior de Tecnologia

O Curso de Gestão Hospitalar, da Faculdade INESP, foi concebido a partir das “Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e funcionamento dos Cursos Superiores de Tecnologia” (Resolução CNE/CP nº 3 de 18 de Dezembro de 2002).

Esta resolução define em seu artigo 1º que “a educação profissional de nível tecnológico, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, objetiva garantir aos cidadãos o direito à aquisição de competências profissionais que os tornem aptos para a inserção em setores profissionais nos quais haja utilização de tecnologias” (MEC, 2002, p.2).

A Política de Ensino baseia-se nos princípios de formação integral; ensino e aprendizagem com qualidade, cumprimento da DCN para o curso: incentivar a capacidade empreendedora e a compreensão do processo tecnológico; incentivar as aplicações da produção e da inovação científico-tecnológica; desenvolver competências para a gestão de processos; propiciar a compreensão e avaliação dos impactos da gestão tecnológica nos serviços e na sociedade; promover a capacidade de aprendizado continuado, bem como o prosseguimento de estudos em cursos de pós-graduação; adotar a interdisciplinaridade nas disciplinas do curso; garantir a identidade profissional.

Desta forma, o curso em questão, busca estar em sintonia com o mercado de trabalho; currículo atualizado, contextualizado, flexível, interdisciplinar e fundamentado no desenvolvimento de competências; metodologia de ensino ativa fundamentada na resolução de problemas e articulação teoria e prática; corresponsabilidade dos sujeitos, envolvidos no processo ensino-aprendizagem integrado com a extensão; compromisso com a permanência dos estudantes na IES, evitando a evasão; planejamento do processo ensino-aprendizagem baseado no PPC e no PDI; incentivo à empregabilidade e à formação continuada; formação continuada do corpo docente e técnico-administrativo.

V- Justificativa do curso

A Faculdade INESP está localizada em uma das principais cidades do Vale do Paraíba, nos arredores do principal distrito industrial da cidade, com fácil acesso

para quem chega pela Rodovia Presidente Dutra, importante rodovia estadual de São Paulo.

Os cursos oferecidos pela Faculdade atendem às demandas regionais, sendo a economia empresarial, com destaque para os ramos automotivo, aeroespacial, telecomunicação, química e petrolífera, setores que demandam administradores com boa formação acadêmica, o que tem facilitado o ingresso dos jovens no ensino superior, já que a Faculdade é reconhecida pela comunidade regional como importante formadora de profissionais bem preparados para suas necessidades, além das diversas ações de facilitação de acesso ao ensino superior.

As instalações da IES e as destinadas ao curso atendem ao propósito de promover a formação em nível superior com eficiência e qualidade, com importante preocupação com a construção do conhecimento, já que todos os anos vários estudantes desenvolvem pesquisas de iniciação científica, a produção docente tem crescido gradualmente, o corpo técnico-administrativo passa por programas de treinamento continuamente, assim como docentes e gestores, os quais são muito atuantes e presentes.

A cidade de Jacareí, segundo dados do Econodata (2018) conta com 389 empresas de saúde humana e serviços sociais. O segmento de prestação de serviços encontra-se em expansão, com mais de 2.380 estabelecimentos e 7012 empreendedores individuais (profissionais autônomos e liberal) que atuam no setor, oferecendo diversas opções à população. São registradas na cidade 475 empresas de Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos, Perfumaria e Cosméticos e Artigos Médicos, Ópticos e Ortopédicos (drogarias, óticas, lojas cirúrgicas, farmácias de manipulação, laboratórios, entre outros); 389 empresas de Saúde Humana e Serviços Sociais, que envolvem atendimento hospitalar, remoção de pacientes, ambulatórios, serviços odontológicos, serviços diagnósticos e terapêuticos, gestão à saúde e outros não especificados.

A partir desses dados, a Faculdade INESP deu início ao interesse em ter um curso que pudesse qualificar profissionais para atuarem de forma efetiva e adequada, em empreendimentos voltados para a área de saúde. Em um segundo momento, conversas informais para diálogo e levantamento de dados entre

profissionais da equipe da Faculdade INESP e profissionais da área de Recursos Humanos e de Gerência de Empresas da área da Saúde instaladas na cidade.

A partir dessas informações, estabeleceu-se a necessidade de levantamento de dados a partir de pesquisa de campo, com aplicação de questionário em clínicas, consultórios médicos, farmácias e outras empresas da área de saúde da cidade de Jacareí. Nesta pesquisa, de cunho qualitativo, empresários demonstraram interesse de que seus funcionários possuíssem formação superior que os capacitasse para as práticas de gestão.

VI- Áreas de Atuação

O campo de atuação para profissionais graduados em Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar, conforme descrito no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (MEC, 2016, p. 14) é de:

clínicas, hospitais, laboratórios, serviços de diagnósticos e outras empresas prestadoras de serviços em saúde; empresas de serviços de apoio e logística hospitalar; empresas operadoras de serviços de saúde e cooperativas de saúde; empresas que comercializam insumos médico-hospitalares; institutos e centros de pesquisa; instituições de ensino, mediante formação requerida pela legislação vigente.

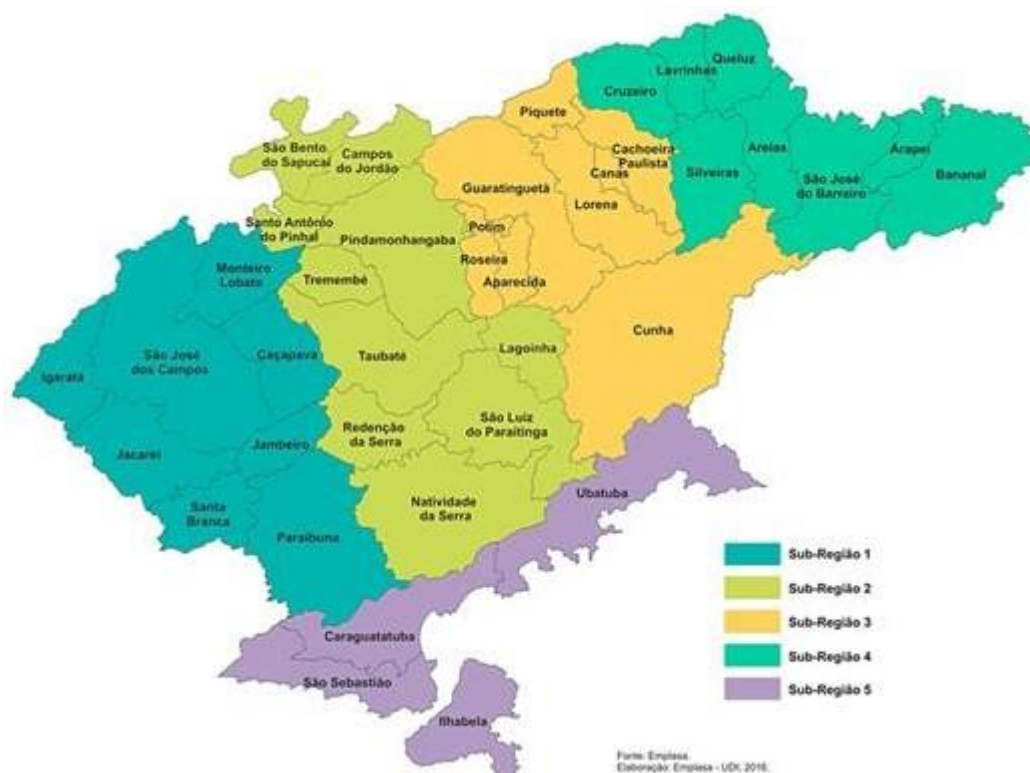
Duas ocupações descritas na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), estão diretamente relacionadas ao curso. São elas: Gerente de Serviços de Saúde (CBO 1312-10) e Tecnólogo em Gestão Hospitalar (CBO 1312-15). Nessa classe estão descritas como ocupações: Administrador de ambulatório, Chefe de serviços de saúde, Gerente da área de saúde mental, Gerente de ambulatório, Gerente de apoio e diagnóstico de saúde, Gerente de enfermagem, Gerente de nutrição em unidades de saúde, Gerente de programas de saúde, Gerente de pronto-socorro.

A descrição sumária das ocupações prevê que os profissionais: Planejam, coordenam e avaliam ações de saúde; definem estratégias para unidades e/ou programas de saúde; realizam atendimento biopsicossocial; administram recursos financeiros; gerenciam recursos humanos e coordenam interfaces com entidades sociais e profissionais.

VII- Inserção Municipal

Jacareí é um município do estado de São Paulo. Localiza-se no Vale do Paraíba, na região Metropolitana de São José dos Campos, a 82 quilômetros da capital paulista. De acordo com as estimativas do IBGE, possuía 211.214 habitantes em 2010, em 2018 a estimativa era de 231.863 habitantes, distribuídos numa área total de 459,7 km² (área urbana: 92,3 km²). A densidade demográfica municipal é de 454,94 hab/km².

Figura 1: Mapa da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte



Fonte: EMPLASA, 2019.

Os municípios limítrofes são: São José dos Campos a norte e nordeste, Jambéiro a leste, Santa Branca a sudeste, Guararema a sudoeste, Santa Isabel a oeste e Igaratá a noroeste. O município de Jacareí localiza-se o início da Bacia do Rio Paraíba, entre os dois principais centros urbanos do país, a 82 km de São Paulo e a 350 km do Rio de Janeiro.

Jacareí totaliza uma área de 463 Km², sendo que 79% desta área são rurais, 14% são urbanizadas e 7% são inundadas. O seu relevo é irregular, sendo formado por morros, colinas e várzeas. O clima é mesotérmico, com verão quente e inverno seco. Apresenta uma altitude média de 580 metros acima do nível do mar, mínima de 400 metros e máxima de 822 metros acima do nível do mar. O município de Jacareí conta ainda com a proximidade da Região Metropolitana de São Paulo como um fator indutor do crescimento econômico e populacional, que é decorrente do fenômeno de desconcentração industrial e da periferização da população de São Paulo.

O Vale do Paraíba, o nome deve-se ao fato de que a região é a parte inicial da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul. É uma região socioeconômica que abrange a Mesorregião do Vale do Paraíba Paulista no estado de São Paulo e que se destaca por concentrar uma parcela considerável do PIB do Brasil.

As cidades mais importantes da região são: São José dos Campos, Taubaté, Jacareí, Pindamonhangaba, Guaratinguetá e Cruzeiro.

Economia

Nas décadas de 80 e 90, o parque industrial diversificou-se e cresceram os setores de serviços e comércio, ocupando respectivamente 36% e 60% da população economicamente ativa. O número de empresas na cidade de Jacareí, segundo dados divulgados pelo Econodata (2018) é de 19.571 empresas. As 10 principais empresas são: Cervejaria Kaiser Brasil S.A.; Chery Brasil Importação, fabricação e distribuição de veículo Ltda; MUNKSJO Brasil Industria e Comércio de Papéis Especiais; SADEFEM Equipamentos e Participações; Arturville empreendimentos e participações Ltda; Schrader Internacional Brasil Ltda; Genrent do Brasil Ltda; Latecoere do Brasil Industria Aeronautica Ltda; Eco Textil Industria e Comercia Ltda; Trico Latinoamericana do Brasil Ltda. O mesmo relatório da Econodata (2018) informa a divisão das empresas de Jacareí segmentadas em setores conforme a Classificação Nacional de Atividades Econômicas: 7.407 empresas do setor de Comércio; 1.657 empresas de atividades administrativas e serviços complementares; 1.639 empresas do setor de alojamento e alimentação; 1347 empresas do setor de indústrias de transformação; 21 indústrias extrativas;

553 empresas do setor de educação; 389 empresas de saúde humana e serviços sociais.

Aspecto Educacional Regional do Município de Jacareí

Em relação ao aspecto educacional, a cidade de Jacareí conta com cerca de 120 escolas de Ensino Fundamental e Médio, públicas e particulares e não há falta de vagas.

No município de Jacareí há várias IES, além da Faculdade INESP, que foi uma das primeiras faculdades a instalar-se na cidade de Jacareí no ano de 2005. Na ocasião de sua instalação a instituição oferecia os cursos de Administração. A Faculdade INESP constituiu-se como um dos meios importantes de difusão cultural e formação profissional da cidade, exatamente por contribuir com a formação do cidadão jacareense e, por conseguinte, permitir a este o exercício pleno de sua cidadania e a conquista de melhores postos de trabalhos nas empresas locais e região.

Junto à Faculdade INESP, outras faculdades também contribuíram como fator de desenvolvimento da vida profissional de seus estudantes, possibilitando maior empregabilidade aos alunos que procuraram estas instituições para formação superior.

A criação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar - modalidade presencial, no município de Jacareí, surge como consequência natural dos propósitos do Instituto Superior de Educação de qualificar profissionais para atuação nas empresas da região. A instituição concebe o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar, não apenas por estar inserido numa região promissora, Vale do Paraíba, mas principalmente por acreditar que a gestão de empreendimentos em saúde é um caminho para o aumento da qualidade no atendimento da população, através da conscientização do ser humano no efetivo exercício da cidadania.

Jacareí é a terceira cidade em termos populacionais e arrecadação do ICMS do Vale do Paraíba, superada apenas por Taubaté e São José dos Campos, conta com programas de desenvolvimento regional, além de outros em andamento, com projeto de instalação de indústrias extrativas, indústrias de transformação, têxteis, de alimentos e materiais para transportes.

Jacareí está inserida num importante polo regional e, por isso, deve se preocupar em ocupar posição significativa no sentido de contribuir para o desenvolvimento regional e, porque não, nacional. Neste sentido, criar um Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Empreendimentos de Saúde – Modalidade Presencial, é olhar para o atendimento ao cliente na área de saúde bem como apropriar-se de competências para a gestão adequada dos processos de trabalho e de recursos de empresas da área de saúde.

Torna-se ainda importante ressaltar que, conforme o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, define como perfil profissional:

Gerencia processos de trabalho, sistemas de informação, recursos humanos, recursos materiais e financeiros em saúde. Coordena o planejamento estratégico das instituições de saúde. Organiza fluxos de trabalho e informações. Estabelece mecanismos de controle de compras e custos. Estrutura áreas de apoio e logística hospitalar. Supervisiona contratos e convênios. Gerencia a qualidade dos serviços e os indicadores de desempenho na gestão de organizações de saúde. Desenvolve programas de ampliação e avaliação de tecnologias em saúde. Vistoria, avalia e elabora parecer técnico em sua área de formação (MEC, 2016, p.14)

Essa definição de perfil do profissional, acima apresentada, foi utilizado como diretriz para a preparação da matriz curricular proposto para este curso da Faculdade INESP.

PIB Municipal

De acordo com os dados do PIB Municipal 2016, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o Produto Interno Bruto (PIB) de Jacareí em 2015 alcançou a marca de R\$ 10.665.066.000 bilhões, situando-se na 83ª posição do ranking nacional, e em 29ª entre municípios paulistas.

Com uma economia fortemente diversificada, a atividade industrial caracteriza-se como uma importante fonte de recursos e de desenvolvimento da cidade, ocupando papel essencial na geração de emprego e renda. O comércio e o setor de serviços, especialmente os ramos de Transportes e Logística, são também atividades com significativa presença na cidade, em função da localização estratégica do município.

Potencial Comercial e Prestação de Serviços

A expansão do comércio pode ser observada em todas as regiões da cidade. O segmento de prestação de serviços encontra-se em franca expansão, com mais de 2.380 estabelecimentos e 7012 empreendedores individuais (profissionais autônomos e liberal) que atuam no setor, oferecendo diversas opções à população. Grandes redes de comércio varejista escolheram Jacareí para ampliar sua rede de lojas, entre elas Tenda, Sodimac, Walmart e Havan.

São registradas na cidade 475 empresas de Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos, Perfumaria e Cosméticos e Artigos Médicos, Ópticos e Ortopédicos (drogarias, óticas, lojas cirúrgicas, farmácias de manipulação, laboratórios, entre outros); 389 empresas de Saúde Humana e Serviços Sociais, que envolvem atendimento hospitalar, remoção de pacientes, ambulatórios, serviços odontológicos, serviços diagnósticos e terapêuticos, gestão à saúde e outros não especificados.

Turismo de Negócios

Jacareí cresceu no setor hoteleiro e na área de eventos, confirmando a vocação da cidade para o Turismo de Negócios. Por comportar uma diversidade de empresas e indústrias dos mais variados segmentos. O projeto é fruto do trabalho Departamento de Turismo e da Secretaria de Desenvolvimento Econômico da Prefeitura Municipal de Jacareí.

Polo Logístico - Comércio Exterior

Jacareí conta com diversas vantagens competitivas para se tornar um dos principais polos de exportação do País. Não apenas por sua privilegiada situação geográfica e econômica, mas, sobretudo pela presença do Entrepósito Aduaneiro, das rodovias e do grande número de empresas estabelecidas no município, além de estar a 21 km do aeroporto de São José dos Campos, 68 km do aeroporto de Guarulhos, e 120 km do porto de São Sebastião.

Mercado de Trabalho

No ano de 2016, de acordo com dados do IBGE, o município de Jacareí registrou o número de 54.051 pessoas ocupadas, representando 23,7% da população e o salário médio dos trabalhadores formais em torno de 3,2 salários mínimos.

Saúde

Hospitais e Clínicas: Valecor (especialidade em doenças do coração), Hospital São Francisco, Hospital Policlin, Hospital Alvorada, Hospital Antônio Afonso, Unimed Pronto Atendimento e Santa Casa de Misericórdia.

O desenvolvimento em Jacareí inclui a melhoria da qualidade de vida da população, contando com um dos menores índices de mortalidade infantil do estado de São Paulo, um moderno laboratório de análises clínicas e está uma nova e ampla unidade de especialidades para melhorar ainda mais a qualidade dos serviços do setor. Além disso, a cidade investe na saúde da população por meio do Programa Saúde em Casa, entre outras ações.

Mecanismo de Inserção Regional

Na região do Vale do Paraíba há grandes universidades públicas e privadas, bem como algumas dezenas de outras IES constituídas Faculdades Integradas e Faculdades isoladas.

A principal contribuição do INESP para a região foi instalar-se na cidade de Jacareí em 2005. Por ocasião de sua fundação o INESP contava com a graduação em Administração.

A maioria dos seus estudantes é constituída por jovens e adultos da própria cidade e estudantes de cidades vizinhas.

Como instituição social e educacional, o INESP está produzindo e disseminando conhecimentos por meio do ensino e da extensão, priorizando a formação profissional voltada para diferentes inserções no mundo do trabalho, gerando conhecimento capaz de criar soluções próprias a fim de que se supere o atraso social, tecnológico e econômico com que o Brasil hoje se defronta, firmando-se como referência no campo científico, no ensino e no compromisso social.

O INESP efetiva sua inserção social:

- fornecendo formação de alto nível para os cidadãos, sobretudo de Jacareí, São José dos Campos e região;
- fomentando a empregabilidade de seus estudantes pela qualidade de ensino e divulgação de vagas de emprego oferecidas na região;
- desempenhando atividades de Responsabilidade Social;
- promovendo eventos acadêmicos e culturais: Semana de Cursos; Ciclo de Estudos; Palestras e outras ações acadêmicas abertas à comunidade.

VIII- Missão e Valores Institucional

A missão da Faculdade INESP é melhorar a vida das pessoas por meio da educação responsável, formando cidadãos e preparando profissionais para o mercado.

A IES busca, através de sua missão: **“promover ações eficientes de ensino e extensão, contribuindo para a formação de recursos humanos, a partir de valores éticos e de cidadania, capazes de fomentar ações críticas, reflexivas e de tomadas de decisão, considerando o homem e sua realidade em seus contextos local, regional e global”**.

A Faculdade INESP tem como valores a transformação de pessoas e de histórias. Para tanto, cultiva a integridade, a colaboração, a realização profissional, a visão estratégica, a excelência na execução e o respeito por todos os atores sociais participantes de suas ações.

IX- Coerência do PPC e com o PDI

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), da Faculdade INESP, expressa em sua missão a intenção “promover ações eficientes de ensino e extensão, contribuindo para a formação de recursos humanos, a partir de valores éticos e de cidadania, capazes de fomentar ações críticas, reflexivas e de tomadas de decisão, considerando o homem e sua realidade em seus contextos local, regional e global”, portanto, o PPC do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar, desenvolve-se dentro de uma concepção didático pedagógico que se dá em consonância com o previsto no PDI, que traz e reforça o compromisso contínuo

no desenvolvimento de habilidades e competências que permitam aos estudantes o desenvolvimento e a formação de um profissional apto ao mercado de trabalho, ético, crítico e que tenha de forma muito clara, consciência de suas responsabilidades perante a sociedade, contribuindo para a melhoria do meio no qual convive.

A concepção didático-pedagógica dos cursos de graduação da Faculdade INESP, descrita no PDI, preocupa-se em promover, de maneira integrada, o ensino superior para a capacitação profissional dos seus estudantes, a investigação de iniciação científica e intelectual, bem como a educação geral dos membros do seu corpo social, como meios de alcançar o desenvolvimento pessoal e da comunidade nas quais os cursos estão inseridos.

Assim, a fim de assegurar a plena articulação entre o PPC e o PDI, a elaboração desse Projeto Pedagógico contou com a participação de representantes do Corpo Docente e das Coordenações de Curso da Faculdade INESP, bem como de representantes da Diretoria da Faculdade, em diversas reuniões nas quais foram discutidos: a proposta do projeto, os conteúdos das ementas com sua adaptação ao programa e a atualização da bibliografia. Processo este que é realizado dentro de um *contínium*, no qual a equipe se articulou em torno do estabelecimento de diretrizes que, uma vez postas, são constantemente revistas, avaliadas, retomadas e referenciadas quando assim for o caso.

O presente projeto contempla as características do curso, levando em conta, além das Diretrizes Curriculares Nacionais que o norteiam, o Perfil do Profissional adequado para a região em que o curso está inserido e os valores institucionais, bem como o referencial teórico-metodológico, os princípios, diretrizes, abordagens, estratégias e ações previstas no PDI.

As políticas para o ensino da graduação, constantes no PDI, se refletem nos projetos dos cursos, mediante os seguintes princípios curriculares: a.) Formação de qualidade técnico-científica e social; b.) Flexibilidade curricular; c.) Interdisciplinaridade; d.) Relação teórico-prática como eixo articulador do currículo; e.) Integração entre ensino e extensão; f.) Pesquisa como princípio educativo e de produção do conhecimento e produção cultural; g.) Gestão colegiada; h.) Articulação política do currículo e integração profissional com esferas públicas e privadas; i.) Consciência ambiental e formação sustentável.

Dimensão 1- Organização Didático-Pedagógica

1.1 Políticas Institucionais no Âmbito do Curso

O PPC do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar propõe a formação inicial, a continuidade do aprendizado e o desenvolvimento permanente do educando. O curso apresenta um currículo integrado às necessidades de mercado, em constante análise e atualização, sendo orientado para as ações entre teoria e prática, o que pode ser comprovado por suas atividades interdisciplinares, presentes em diversos momentos do curso e pela flexibilidade do currículo desenvolvida por meio das Atividades Formativas, Atividades Complementares e Atividades Transdisciplinares de Extensão.

A Política de Ensino baseia-se nos princípios: formação Integral; ensino e aprendizagem com qualidade; cumprimento das DCN para o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar; sintonia com o mercado de trabalho; currículo atualizado, contextualizado, flexível, interdisciplinar e fundamentado no desenvolvimento de competências; metodologia de ensino ativa fundamentada na resolução e problemas; articulação teoria e prática; avaliação formativa contínua diagnóstica, interativa e baseada no desenvolvimento de competências; articulação teoria-prática; corresponsabilidade dos sujeitos, envolvidos, no processo ensino-aprendizagem integrado com a extensão; compromisso com a permanência dos estudantes na IES, evitando à evasão; planejamento do processo ensino-aprendizagem baseado no PPC e no PDI; incentivo a empregabilidade e a formação continuada; bem como a formação continuada do corpo-docente/técnico-administrativo.

Política de extensão: articulação entre teoria e prática por meio de programas de extensão e ações com a comunidade. A Faculdade INESP apoia iniciativas de atividades extensionistas, com o compromisso de formar pessoas com responsabilidade social. Tal apoio se dá na divulgação dos eventos, pagamento de pró-labore para convidados, compra de materiais utilizados nas atividades, entre outras ações. A atuação na Extensão busca atender as Diretrizes para a Extensão

na Educação Superior, conforme exposto na Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018.

Estágio Supervisionado: definido como componente curricular obrigatório, para consolidação do perfil do egresso. A Faculdade INESP propõe-se à manutenção de parcerias para a realização de estágios profissionais, curriculares e extracurriculares e o desenvolvimento de trabalhos de conclusão de cursos, atividades complementares e de extensão. As parcerias objetivam apoiar as atividades acadêmicas dos cursos projetados neste PDI, em sua política de expansão.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC): Integração teoria/prática. O Trabalho de Conclusão de Curso é atividade curricular obrigatória para os cursos da Faculdade INESP. Constitui-se numa atividade acadêmica de sistematização do conhecimento sobre um objeto de estudo ou problemas relacionados com o Curso e tem como objetivo despertar e estimular a pesquisa científica de forma contínua, sistematizar o conhecimento adquirido no decorrer da formação, construir conhecimentos visando a geração de soluções, produtos ou serviços relacionados à prática profissional do acadêmico, além de estimular a habilitação dos futuros profissionais para o desenvolvimento de projetos com competência científica e técnica.

Ensino e Extensão: Indissociabilidade e articulação ensino e extensão implica um dos principais espaços para uma dinâmica flexível no curso. No Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Empreendimentos de Saúde, em todos os semestres do curso, o aluno terá uma disciplina a cursar chamada “Transdisciplinaridade: Extensão”. Nessa disciplina, realizada, o(a) estudante desenvolverá projetos de extensão que aproximem a IES e a comunidade, conforme previsto na Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, e nessas ações os(as) estudantes serão estimulados a aplicar os saberes desenvolvidos nas disciplinas curriculares vigentes no semestre letivo em que está matriculado. A partir dessa atividade, de cunho transdisciplinar, o(a) estudante apresentará como resultado um relatório que, após avaliação do professor responsável pela disciplina, poderá se tornar um artigo a ser encaminhado para Congressos Acadêmicos da região e nacionais. Dessa forma, a Faculdade INESP entende esta prática como inovadora

em instituições de ensino superior da rede privada, por mobilizar e motivar a escrita de estudantes e professores. Considera-se esta uma prática exitosa visto resultados já obtidos nos projetos de iniciação científica de outros cursos da Instituição, em que a participação em eventos acadêmicos desperta no aluno o interesse pela pesquisa e a adesão aos processos de ensino-aprendizagem de forma ativa, significativa e alinhada com o perfil de egresso que se pretende formar.

Interdisciplinaridade: A inter-relação teoria/prática; Inter-relação disciplinar, busca novos caminhos e referenciais de formação que rompam com modelos disciplinares rígidos e busca integração em áreas disciplinares e profissionais no encontro com a interdisciplinaridade. Nesta proposta de educação, o profissional aprende e cria perspectivas sobre o trabalho conjunto na melhoria da qualidade, alcançando o respeito às especificidades de cada área de atuação profissional.

A proposta curricular permite ao curso momentos pedagógicos juntos, não necessariamente aulas, mas projetos e atividades integradoras, facilitando aprendizagens comuns com outras áreas, compreendendo observação, ação, troca, simulação e prática em contextos reais.

Configuram relações que permitem aos estudantes expressar pontos de vista, abordar problemas, explorar diferentes possibilidades da realidade, apropriar conteúdos e articular teoria/prática. Portanto, a construção da identidade profissional vai se fortalecendo à medida que são expostos a situações comuns de aprendizagem com outras áreas, demandando olhares diferentes, que ora se complementam, ora se confrontam, que possibilitam ampliação de compreensão da realidade.

Desta forma, a concretização de propostas desta educação, implica assumir uma nova organização curricular que priorize as discussões e as vivências conjuntas, das diferentes linhas envolvidas no exercício da gestão de empresas da área da saúde. Isto implica o desenvolvimento de ensino-aprendizagem caracterizado pelas trocas e saberes partilhados.

1.2 Objetivos do Curso

O curso de Gestão Hospitalar, da Faculdade INESP, destina-se a formação de profissionais com conhecimento das tecnologias e suas aplicações nos diversos empreendimentos ligados à saúde, como clínicas, laboratórios, farmácias, hospitais, cooperativas de serviços em saúde, entre outros.

Considerando a região de Jacareí e cidade vizinhas, o crescimento do número de empresas e serviços direcionados a saúde e a facilidade de profissionais se deslocarem para outras cidades do Vale do Paraíba, consideramos a necessidade de formar profissionais capazes de aliar a competência profissional a uma consciência crítica, contemplando as tendências que regem a produção do saber nas áreas do conhecimento de Gestão Hospitalar, para a aquisição das habilidades específicas do profissional nele formado, e principalmente, a construção do espírito empreender que possa gerar o crescimento e desenvolvimento social e preparar, em sentido amplo, o ser humano para a vida.

Pensando em criar situações, desde o início do curso até sua conclusão, A Faculdade INESP, propõe para o curso de Gestão Hospitalar, uma disciplina de caráter transdisciplinar inserida na matriz curricular do curso, chamada “Transdisciplinaridade: Extensão”. Esta disciplina surge da necessidade de se criar espaços de debate transdisciplinar em que o aluno tenha a oportunidade de associar os saberes desenvolvidos nas disciplinas do curso e como aplica-los na prática profissional.

Consideramos que essa estratégia de ensino-aprendizagem se consolida de forma inovadora por não termos essa experiência em outros cursos da IES e por não ser aplicada metodologia similar em outras IES da cidade de Jacareí, que possibilite a articulação entre saberes de gestão à área de saúde, durante todo o trajeto educacional do aluno.

Destacamos ainda que o curso de Gestão Hospitalar, modalidade presencial, não é oferecido em outra Instituição de Ensino da cidade de Jacareí ou São José dos Campos.

1.2.1 Objetivos Específicos

Para atender ao objetivo geral proposto, torna-se necessário levar em conta a realidade do(a) estudante que ingressa no curso e:

- 1.) Promover a formação do(a) estudante, visando sua realização pessoal e profissional, tornando-o um cidadão integrado a sociedade em que vive;
- 2.) Capacitá-lo por intermédio da compreensão, reflexão e análise das teorias administrativas, estudando os primórdios da administração, as teorias modernas de gestão;
- 3.) Formar cidadãos éticos e socialmente comprometidos com a realidade, atuantes no âmbito nacional e internacional e, sobretudo a nível regional;
- 4.) Incentivar a formação de gestores, pessoas capazes e com estilo arrojado para atuarem no mercado com dinamismo, criatividade e espírito crítico.

1.3 Perfil do Egresso

O egresso do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar, conforme previsto no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (MEC, 2016, p.14), estará habilitado para exercer funções de:

- gerenciar dos processos de trabalho, sistemas de informação, recursos humanos, recursos materiais e financeiros em saúde;
- coordenar o planejamento estratégico das instituições de saúde;
- organizar fluxos de trabalho e informações;
- estabelecer mecanismos de controle de compras e custos;
- estruturar áreas de apoio e logística hospitalar;
- supervisionar contratos e convênios;
- gerenciar a qualidade dos serviços e os indicadores de desempenho na gestão de organizações de saúde;
- desenvolver programas de ampliação e avaliação de tecnologias em saúde;
- vistoriar, avaliar e elaborar parecer técnico em sua área de formação.

A Faculdade visa desenvolver um perfil de profissional, cuja formação garanta a interação de ideias, valores e convicções fundamentadas na responsabilidade social e ética; numa formação humanística e geral, que assegure a compreensão de

seu meio social, político, econômico e cultural; uma sólida formação teórica e técnica, voltada para uma atuação crítica e reflexiva acerca da área de tecnologia e com capacidade de compreensão da necessidade de aperfeiçoamento profissional e interpessoal contínuo.

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar deve ensejar como perfil desejado do formando, capacitação e aptidão para compreender as questões científicas, técnicas, sociais e econômicas da gestão de empreendimentos da área de saúde, observados níveis graduais do processo de gestão e atendimento às demandas, para atuação em “clínicas, hospitais, laboratórios, serviços de diagnóstico e outras empresas prestadoras de serviços em saúde” (MEC, 2016, p.14).

Consideramos importante a oferta deste curso, na região de Jacareí, por não existir outra oferta de curso nesta área e por percebermos um crescimento de empresas que envolvem serviços de saúde, farmácias e outros empreendimentos. Desta forma, a oferta de um curso focado na gestão de empreendimentos de saúde poderá colaborar com a formação adequada dos profissionais que atuam na área, otimizando recursos e fidelizando clientes para tais empreendimentos.

1.3.1 Pesquisa para Egressos

A pesquisa com egressos é realizada constantemente pelo site da faculdade no espaço <http://www.inesp.edu.br/web/avaliacao-de-egresso/>

1.3.2 Acompanhamento De Egressos

O Programa de Acompanhamento de é uma ferramenta de avaliação continuada do curso e da IES. Por meio dele, pode-se considerar a possibilidade de se mapear e elaborar indicadores que possam fornecer dados sobre a qualidade do curso e como está no mercado de trabalho a absorção dos estudantes da IES.

São considerados egressos da Faculdade INESP:

- os(as) estudantes que concluíram todas as disciplinas do curso e colaram grau;

- estudantes que se transferiram para outras IES;
- estudantes que, por qualquer motivo, tenham realizado o trancamento ou abandono do curso.

São objetivos do Programa de Acompanhamento de Egressos:

- Identificar os principais setores do mercado de trabalho em que os egressos estão profissionalmente inseridos;
 - Construir um banco de dados com informações que possibilitem comunicação e aproximação entre egresso e IES;

- Estimular a educação continuada.

O acompanhamento de Egressos será realizado a partir das seguintes ferramentas:

- Portal de Egressos;
- Incentivo à utilização de espaços na IES;
- Convite à participação nos eventos acadêmicos promovidos na Faculdade INESP;
- Incentivo à permanência na Faculdade INESP;

1.3.3 Portal de Egressos

O portal de egressos intenciona criar acesso para que estudantes possam atualizar seus dados, deixar depoimentos e construir um canal de comunicação permanente.

A proposta é que este portal busque:

- acompanhar a progressão profissional dos egressos;
- apoiar egressos nas questões referentes à empregabilidade;
- divulgar eventuais oportunidades de trabalho;
- construir indicadores para avaliar continuamente a IES e seus cursos.

O acesso ao Portal do Egresso e às informações nele disponibilizadas será pelo site: <https://www.inesp.edu.br/academico/portal-do-egresso/>

estabelecendo-se um canal direto de comunicação com a Faculdade INESP.

As informações inseridas no Portal do Egresso serão acompanhadas por um profissional da IES, determinado pela Direção Acadêmica, que periodicamente fará o acompanhamento das informações inseridas no portal e providenciará encaminhamento das questões apontadas e *feedback* ao egresso.

1.3.4 Incentivo à utilização de espaço na IES

Os egressos poderão solicitar, via coordenadores de curso, a utilização de espaço para reuniões, eventos e palestra, sendo está condicionada a disponibilidade de sala na data requerida pelo egresso.

A Faculdade INESP entende que a utilização dos espaços por seus egressos é uma forma de possibilitar a aproximação e o acompanhamento da vida profissional do egresso e uma relação com as pessoas por ele convidadas para um evento.

Essa utilização de espaço terá valor simbólico de locação, que será destinado à limpeza e organização do local. Ressalta-se que o evento deve estar alinhado com os objetivos institucionais, isto é, promover conhecimento, possibilitar educação continuada, capacitar equipes, dentro de uma proposta ética e responsável.

Para análise da possibilidade de disponibilização de espaço, o egresso deve encaminhar projeto contendo: título do evento, data, horário de início e término, responsável pelo evento, objetivos do evento, número de participantes.

1.3.5 Convite à participação nos eventos acadêmicos promovidos na Faculdade Inesp

Todos os eventos realizados na Faculdade INESP serão divulgados via *site* institucional e encaminhados, como convite, aos seus egressos inscritos no Portal do Egresso.

A Faculdade INESP considera que esta ação possibilita o aprendizado contínuo e atualização permanente.

1.3.6 Incentivo À Permanência Na Faculdade Inesp

Os egressos, com perfil cadastrado no Portal do Egresso, poderão fazer uso de descontos para a realização da Pós-graduação *Lato-Sensu*. O valor do desconto concedido ao egresso é de 30% no valor das parcelas do curso.

Os descontos aqui tratados somente serão aplicados caso o acadêmico esteja adimplente com todas suas mensalidades anteriores ao novo contrato.

1.4 Estrutura Curricular

1.4.1 Distribuição da Carga Horária e Tempo de Integralização

ORGANIZAÇÃO	C/H
Atividades Formativas	1720
Extensão	240
Atividade Complementar	240
Estágio Supervisionado	200
TOTAL GERAL	2.400

A carga horária total do Curso será de 2400 horas, distribuídas da seguinte forma: 1860 horas destinadas às atividades formativas, ao desenvolvimento de conteúdos curriculares de natureza científico-cultural; 200 horas de prática profissional, desenvolvidas por meio de práticas educativas supervisionadas (estágio). Serão também reservadas 240 horas de atividades complementares, as quais deverão ser utilizadas ao longo do curso e 240 horas de atividades transdisciplinares e de extensão, em atendimento à Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018.

O Curso será oferecido em 3 (três) anos, dividido em regime semestral, oportunizando ao aluno a integralização de sua formação em, no mínimo 3 anos.

A Faculdade INESP planeja iniciar o curso com 200 vagas anuais, prevendo a organização de processo seletivo para a oferta de 100 vagas no início de cada semestre. Destas 100 vagas semestrais, 50 destinam-se a oferta do curso no período diurno e 50 vagas semestrais destinadas ao curso noturno.

Chegar ao número de vagas solicitadas pela IES se deu a partir de uma pesquisa com base no número de habitantes do município e uma consulta a representantes de empresas da região, sobre o perfil de funcionário buscado pelas mesmas. A pesquisa se deu por meio de aplicação de formulário, com questões fechadas e abertas e distribuída em empresas da cidade. Nesta pesquisa, de cunho qualitativo, empresários demonstraram interesse de que seus funcionários possuísem formação superior que os capacitasse para as práticas de gestão. As empresas consultadas foram ligadas a área de interesse do curso, centrando-se em farmácias, consultórios médicos e serviços de saúde.

Os conteúdos curriculares buscam o desenvolvimento do perfil profissional, considerando as competências do egresso e cargas horárias. São construídos e organizados democraticamente nos espaços do colegiado de curso e do Núcleo Docente Estruturante (NDE) com a finalidade de integrar seus conteúdos, ementários e bibliografia com os objetivos do curso, essencialmente a visão generalista e humanística para o exercício ético e cidadão. Da mesma forma, são construídos na consecução do perfil do egresso, fortemente sustentada pela interdisciplinaridade em suas bases. Portanto, a disposição dos conteúdos demonstra coesão e relevância nos componentes iniciais, em que se tratam questões introdutórias, com sólida formação humanística e de fundamentação crítico-reflexiva.

1.4.2 Estrutura Curricular o Curso

1º SEMESTRE		CH
Administração de negócios e conflitos		60
Matemática		60
Leitura e Produção de textos		60
Administração de Marketing		60
Filosofia e Sociologia		60
Transdisciplinaridade: Extensão I		40
2º SEMESTRE		CH
Gestão de compras		60
Informática		60
Educação e direitos humanos e diversidade		60
Logística		60
Psicologia		60
Transdisciplinaridade: Extensão II		40
3º SEMESTRE		CH
Recursos Materiais e Patrimoniais		60
Fundamentos do Direito Comercial e do Consumidor		60
Economia, Política e Sistemas de Saúde		60
Gestão de Clínicas e Laboratórios		60
Qualidade no Atendimento ao Público da área de Saúde		60
Transdisciplinaridade: Extensão III		40
4º SEMESTRE		CH
Empreendedorismo e Inovação		60
Recursos Humanos e Formação de Equipes		60
Gestão da Qualidade e Sistemas de Acreditação		60
Bioética e Biossegurança		60
Gestão de Farmácias		60
Transdisciplinaridade: Extensão IV		40
5º SEMESTRE		CH
Gestão Ambiental		60
Gestão Estratégica de Compras		60
Tecnologia da Informação em Organizações de Saúde		60
Gestão de Riscos nas Organizações de Saúde		60
Gestão Hospitalar		60
Transdisciplinaridade: Extensão V		40
6º SEMESTRE		CH
Marketing aplicado a Serviços de Saúde		60
Gestão de Contratos e Convênios		60
Controladoria e Gestão de Documentos em Saúde		60
Gestão de Serviços de Saúde: Públicos e Privados		60
Higiene e Segurança do Trabalho		60
Transdisciplinaridade: Extensão VI		40
Metodologia de pesquisa e entrega do TCC		120
Estágio Supervisionado		
Estágio Supervisionado I: Gestão de Clínicas e/ou Laboratórios e/ou Farmácias		100
Estágio Supervisionado II: Gestão Hospitalar e/ou Serviços de Saúde		100
Atividade Complementar		
Atividade Complementar		240
Disciplina Eletiva		
Libras Básico		60

1.4.3 Ementário

ADMINISTRAÇÃO DE NEGOCIAÇÃO E CONFLITOS:

Conceituação básica: as várias definições de negociação. Variáveis condicionantes. Fatores intervenientes. Comportamento humano: as diferentes formas de postura. Determinação do problema: problemas versus posições pessoais. Identificação dos reais interesses. Busca de opções para o consenso. Critérios objetivos: evitando fórmulas desgastadas e tornando as coisas aceitáveis. Facilitando a decisão do outro: como criar condições para o acordo. Contextos da negociação. Comunicação e relacionamentos. A negociação em condições adversas. Tópicos especiais: outros aspectos das negociações.

Bibliografia Básica

GARBELINI, Viviane Maria Penteado. Negociação e conflitos. Curitiba: InterSaberes, 2016.

GRUBB, Valeria M; Conflito de gerações. 1 Ed. Editora Autêntica Business. São Paulo. 2018.

IAMIN, Gustavo Paiva. Negociação: conceitos fundamentais e negócios. Curitiba: InterSaberes, 2016.

MENEGON, Leticia Fantinato; Comportamento Organizacional. Pearson, 2018..

RODRIGUES-LIMA, Newton. Negociação de alto impacto com técnicas de neuromarketing. São Paulo: Brasport, 2017.

Bibliografia Complementar

DAYCHOUM, Merchi. Negociação: conceitos e técnicas. São Paulo: Brasport, 2016.

RODRIGUES-LIMA, Newton. Negociação de alto impacto com técnicas de neuromarketing. São Paulo: Brasport, 2017.

VASQUES, Enzo Fiorelli (Org). Técnicas de negociação e apresentação. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014.

VASQUES, Enzo Fiorelli. Negociação Comercial. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015.

MÈCHER, Leonardo. Negociação internacional e solução de controvérsias. Curitiba: Contentus, 2020.

MATEMÁTICA:

Conjuntos numéricos, relações e funções. Função exponencial. Equação. Função logarítmica. Aplicações. Equações logarítmicas.

Bibliografia Básica

GIMENES, Cristiano Marchi. Matemática financeira com HP 12c e Excel. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

BONAFINI, Fernanda Cesar. Matemática. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2012.

JACQUES, Ian. Matemática para economia e administração. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

Bibliografia Complementar

BONAFINI, Fernanda Cesar. Matemática e Estatística. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014.

SAMANEZ, Carlos Patricio. Matemática Financeira: aplicações à análise de investimentos. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

FERREIRA, Paulo Vagner. Matemática Financeira na Prática. Curitiba: InterSaberes 2019.

DAL SASO, Loreno José. Matemática: lições incompreendidas? Caxias do Sul: Educs, 2009.

HUGHES-HALLETT (Org). cálculos e aplicações. São Paulo: Blucher, 1999.

LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTO:

Conceituação Básica: Texto em suas múltiplas formas e funções. Leitura e produção. Texto como unidade linguística e discursiva. Conceitos de texto. Texto como macro, micro e superestrutura. Mecanismos de coesão e coerência textual. Implicações no ensino e aprendizagem da língua em uso.

Bibliografia Básica

KOCH, I. V. Desvendando os segredos do texto. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. As tramas do texto. – 2 ed. – São Paulo: Contexto, 2014

_____. Introdução à Linguística Textual: trajetória e grandes temas. – 2 ed. – São Paulo: Contexto, 2015 [2004].

_____; ELIAS, V. M. Escrever e argumentar. São Paulo: Contexto, 2016

MOURA, M.H. de. Gramática Funcional. Interação, Discurso e Texto. São Paulo: Contexto, 2018.

PALADINO, V. da C. Coesão E Coerência Textuais. Editora Freitas Bastos, 2016.

Bibliografia Complementar

COSTA, L.M. Escrever com criatividade. São Paulo: Contexto, 2014.

SALVADOR, A. Para escrever bem no trabalho: do WhatsApp ao relatório. São Paulo: Contexto, 2021

SANTOS, H. A. Poder de uma boa conversa. São Paulo: Vozes, 2019.

SILVA, L. P. da. Prática Textual em Língua Portuguesa. Curitiba: Imprensa IESDE Brasil, 2012.

LUIZARI, Kátia. Comunicação Empresarial eficaz: como falar e escrever bem. Curitiba:

InterSaberes, 2014.

ADMINISTRAÇÃO DE MARKETING

Definição de marketing. Marketing e a nova economia. Satisfação e retenção de clientes. Marketing e planejamento estratégico de empresas. Segmentação. Análise de mercados. Concorrência. Tomada de decisões de marketing.

Bibliografia Básica

KOTLER, Philip. Administração de marketing. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

MALHOTRA, Naresh K. (Org). Introdução à pesquisa de marketing. São Paulo: Prentice Hall, 2005.

SHIRAISHI, Guilherme. Administração de marketing. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

Bibliografia Complementar

SAMARA, Beatriz Santos. Pesquisa de Marketing: conceitos e metodologia. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

KEEGAN, Warren J. Marketing Global. São Paulo: Prentice Hall, 2005.

CHOWDHURY, Subir. Administração no século XXI: o modo de gerencial hoje e no futuro. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2003.

PAIXÃO, Maria Valéria. Pesquisa e planejamento de marketing e propaganda. Curitiba: InterSaber, 2012.

HOOLEY, Graham J. Estratégia de marketing e posicionamento competitivo. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

FILOSOFIA e Sociologia

História da Filosofia. Mito e Filosofia. Campo de investigação. A razão. O pensamento. Ignorância e verdade. A percepção. A imaginação. A linguagem e lingüística. A questão do conhecimento (a razão discursiva): a possibilidade do conhecimento, a origem do conhecimento, a essência do conhecimento e critérios de verdade. Conhecimento científico e senso comum. Filosofia contemporânea. Empirismo. Racionalismo. Fenomenologia.

Referência básica

MATTAR, João. Filosofia. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

REZENDE, Josimaber. Filosofia simples e prática. Curitiba: InterSaberes, 2020.

PONDÉ, Luiz Felipe. Filosofia do cotidiano: um pequeno tratado sobre questões menores. São Paulo: Contexto, 2019.

Bibliografia Complementar

KOHAN, Walter Omar. Filosofia: o paradoxo de aprender e ensinar. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

MATTAR, João; ANTUNES, Maria Thereza Pompa. Filosofia e ética. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014.

GUIMARAES, Bruno. Filosofia como esclarecimento. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

BUZZI, Arcângelo R. A filosofia e o cuidado da vida. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

VALESE, Rui. Filosofia latino-americana e brasileira. Curitiba: InterSaberes, 2018.

GESTÃO DE COMPRAS:

Função de compras. Custos de transação. Teoria dos recursos. Compra estratégica. Seleção de fornecedores. Avaliação de fornecedores. Compras eletrônicas.

Bibliografia Básica

SZABO, Viviane. Fundamentos de atividade comercial. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015.

MEGLIORINI, Evandir. Custos. São Paulo: Makron Book, 2001.

DUARTE JUNIOR, Antonio Marcos. Gestão de riscos. São Paulo: Prentice Hall, 2005.

Bibliografia Complementar

SAMANEZ, Carlos Patrício. Gestão de investimentos e geração de valor. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

IZIDORO, Cleyton. Administração de Vendas. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2016.

CERTO, Samuel C. Administração estratégica: planejamento e implantação da estratégia. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2005.

GARBELINI, Viviane Maria Penteado. Negociação e conflitos. Curitiba: InterSaberes, 2016.

IAMIN, Gustavo Paiva. Negociação: conceitos fundamentais e negócios. Curitiba: InterSaberes, 2016.

INFORMÁTICA:

O significado e objetivo dos sistemas computacionais. As operações básicas em microcomputadores. A terminologia de informática. Tecnologias de hardware: processadores, memória, dispositivos de entrada/saída, rede de computadores. Editores de texto. Os softwares: categorias, sistemas operacionais e linguagens de aplicações. Planilhas, banco de dados, hipertexto e multimídia. Sistemas de informação e tecnologias de informação nas organizações. Os softwares corporativos e organizacionais. Os sistemas de informações e sua tipologia. Internet. Novas tecnologias.

Bibliografia Básica

BELMIRO N., João. (Org). Informática Aplicada. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014.

BELMIRO N. João, Informática Aplicada, São Paulo: Pearson, 2019 (livro eletrônico).

BELMIRO N. João, Sistemas Computacionais, São Paulo: Pearson, 2019 (livro eletrônico)

Santo Agostinho, Gestão de Tecnologia da Informação, São Paulo: Pearson, 2013 (livro eletrônico)

WILDAUER, Egon Walter. Informática Instrumental. Curitiba: InterSaberes, 2013.

CAPRON, H.L.; Johnson, J.A. Introdução à Informática. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, Carlos André Barbosa de, Tecnologias Aplicadas à Segurança: um guia prático, Curitiba: InterSaber, 2018.

CARLBERG, Conrad. Administrando a empresa com Excel. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2003.

OLIVEIRA, Fátima Bayama de (Org). Tecnologia da informação e da comunicação. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2007.

DIAS, Reinaldo. Tecnologia da Gestão. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014.

Engenharia Social, Editora Blucher, 2019 ePUB (livro eletrônico)

CAIÇARA JUNIOR, Cícero; WILDAUER, Egon Walter. Informática Instrumental. Curitiba: InterSaber, 2013.

MCFEDRIES, Paul. Formulas e funções com Microsoft Office Excel 2007. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

MUNHOZ, Antonio Siemsen, Fundamentos de Tecnologia da Informação e análise de sistemas para não analistas, Curitiba: InterSaber, 2018

CERVO, Amado Luiz. Metodologia científica. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

LOGÍSTICA:

Conceito: visão moderna. O papel da logística nas empresas. Funções logísticas: aquisição, transporte, armazenamento, gerenciamento de estoques, processamento de pedidos, embalagem, distribuição, pós venda. Enfoque sistêmico: Logística integrada e cadeia total de Suprimentos. Conceito de SCM - Supply Chain Management e VMI - Vendor Managed Inventory. Conceito de custo logístico. Canais de distribuição. Nível de serviço: Indicadores de nível de serviço dos fornecedores. Integração com vendas e marketing. Gerenciamento de risco: os elementos do risco ao transporte de carga. Logística reversa: as atividades do pós venda e do pós-consumo.

Bibliografia Básica

IZIDORO, Cleyton. Logística Empresarial. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2017.

VITORINO, Carlos Márcio. Logística. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2018.

RAZOLLINI FILHO, Edelvino. Logística empresarial no Brasil: tópicos especiais. Curitiba: InterSaberes, 2012.

Bibliografia Complementar

CAMPOS, Luiz Fernando Rodrigues. BRASIL, Caroline V. de Macedo. Logística: teia de relações. Curitiba: InterSaberes, 2013.

LOPES, Heráclito; PONTES, Jaguaribe; ALBERTII, Marcos Ronaldo. Logística e distribuição física. Curitiba: InterSaberes, 2017.

BRASIL, Caroline; PANSONATO, Roberto. Logística dos canais de distribuição. Curitiba: InterSaberes, 2018.

RUSSO, Clovis Pires. Armazenagem, controle e distribuição. Curitiba: InterSaberes, 2013.

TAYLOR, David A. Logística na cadeia de suprimentos. São Paulo: Pearson Addison-Wesley, 2005.

PSICOLOGIA:

A Psicologia enquanto área de conhecimento. Conceitos e teorias de base da Psicologia. Relação entre Psicologia e Administração. O homem e a organização. Comportamento humano, personalidade. Papéis e valores. Psicologia social e do trabalho. Funcionamento e desenvolvimento de grupos. Doenças humanas e organizacionais. Criatividade. Os processos motivacionais e suas dinâmicas. Os processos de liderança e suas dinâmicas. Saúde mental e organização.

Bibliografia Básica

SERTEK, Paulo. Responsabilidade social e competência interpessoal. Curitiba: Intersaberes, 2014

MORRIS, Charles G. Introdução à psicologia. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

CUNHA, Jeferson Luis Lima. Consultoria organizacional. Curitiba: InterSaber, 2013.

Bibliografia Complementar

GOULART, Iris Barbosa. Psicologia organizacional e do trabalho. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

PASETTO, Neusa Salette Vítola. Comportamento Organizacional: integrando conceitos da administração e da psicologia. Curitiba: InterSaber, 2012.

TABOADA, Nina. Psicologia do cotidiano: em busca de uma vida melhor. São Paulo: Contexto, 2020.

GOULART, Iris Barbosa. Psicologia organizacional e do trabalho. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

PASETTO, Neusa Salette Vítola. Comportamento Organizacional: integrando conceitos da administração e da psicologia. Curitiba: InterSaber, 2012.

Educação em Direitos Humanos e Relações Étnico Raciais

Refere-se ao uso de concepções e práticas educativas fundadas nos Direitos Humanos e em seus processos de promoção, proteção, defesa e aplicação na vida cotidiana e cidadã de sujeitos de direitos e de responsabilidades individuais e coletivas. Igualdade étnico-racial. Preconceito, discriminação, diferença, alteridade, identidades culturais.

Bibliografia básica

ANTUNES, Maria Thereza Pompa. Ética. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

ALENCASTRO, Mario Sergio Cunha. Ética empresarial na prática: liderança, gestão e responsabilidade corporativa. Curitiba: InterSaber, 2016.

PERSEGUINI, Alayde. Responsabilidade Social. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015.

CORREA, Rosa Lydia Teixeira. Cultura e Diversidade. Curitiba: Intersaber. 2018. e-Book.

MAGNABOSCO, Maria Madalena. Gênero e Diversidade, Formação de Educadores. Belo Horizonte: Autêntica. 2012. e-Book.

MICHALISZYN, Mário Sérgio. Educação e Diversidade. Curitiba: Intersaberes. 2015. E- book.

Bibliografia complementar

SERTEK, Paulo. Responsabilidade social e competência interpessoal. Curitiba: InterSaberes, 2013.

MUNHOZ, Antonio Siemsen. Responsabilidade e autoridade social das empresas. Curitiba: InterSaberes, 2015.

MARTINO, Luis Mauro Sá. Ética, mídia e comunicação: relações sociais em um mundo conectado. São Paulo: Summus, 2018.

DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio L. Quando a Diversidade Interroga a Formação Docente. Belo Horizonte: Autêntica. 2015. E-book.

MIRANDA, Shieley Aparecida D. Diversidade e Ações Afirmativas: Combatendo as Desigualdades Sociais. Curitiba: Intersaberes. 2016. E-book.

ABRAMOWICZ, Anete; SILVÉRIO, Valter Roberto. Afirmando Diferenças- Montando o Quebra-cabeças da diversidade na Escola. São Paulo: Papirus. 2017. E-book.

FREITAS, Fátima Silva de. A Diversidade Cultural como Prática na Educação. Curitiba: Intersaberes. 2017, E-book.

HYRIE, Elieser Santos; et al. Diversidade Educacional. Curitiba: Intersaberes. 2017. E-book.

RECURSOS MATERIAIS E PATRIMONIAIS

Evolução, conceito, funções, objetivos e campo de atuação de Administração de materiais. O sistema de Administração de material. Dimensionamento da quantidade econômica de compra ou fabricação. Previsões. Modelos de estratégias de encomendas. Gestão de estoques. Níveis de estoques. Inventários. Normalização e qualidade. Administração de recursos patrimoniais: aquisição, manutenção, vida útil e substituição.

BIBLIOGRÁFIA BÁSICA

LÉLIS, E.C. Administração de materiais. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2016.

TAYLOR, D.A. Logística na cadeia de suprimentos: uma perspectiva gerencial. São Paulo: Pearson Addison-Wesley, 2005.

CHIAVENATO, I. Gestão de materiais: uma abordagem introdutória. Barueri, SP: Manole, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MARTELANC, R. Avaliação de empresas: um guia para fusões & aquisições e private equity. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

SAPORINO, A. Contabilidade geral: fundamentos e prática do raciocínio contábil. Curitiba: InterSaber, 2017.

Silva, E.J. Custos empresariais: uma visão sistêmica do processo de gestão de empresa. Curitiba: InterSaber, 2016.

LÉLIS, Eliacy Cavalcanti. Administração de Materiais. São Paulo: Pearson, 2014.

LUCHEZZI, Celso. Gestão de Armazenamento, Estoque e Distribuição. São Paulo: Pearson, 2012.

FUNDAMENTOS DO DIREITO COMERCIAL E DO CONSUMIDOR

Noções básicas de direito. Direitos e obrigações advindos da Constituição Federal. Responsabilidade Civil de instituições de saúde. Conceituação de previdência pública e privada. Função social. Conceituação de serviços de saúde. Defesa na esfera administrativa. Judicialização da Saúde.

BIBLIOGRÁFIA BÁSICA

ALCANTARA, S.A. Direito empresarial e do direito do consumidor. Curitiba: InterSaber, 2017.

GOMES, F.B. Manual de direito comercial: de acordo com a nova lei de falências e recuperação de empresas. Barueri, SP: Manole, 2007.

NIARADI, G.A. Direito empresarial para administradores. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

HACK, E. Noções preliminares de direito administrativo e direito tributário. Curitiba: InterSaber, 2013.

MAPELLI JUNIOR, R. Judicialização da saúde: regime jurídico do SUS e intervenção na administração pública. Rio de Janeiro: Atheneu, 2017.

ZANOVELLO, A.L. Gestão de serviços em saúde. São Paulo: Yendis, 2015.

BURGARELLI, Alclibes. Código Comercial. São Paulo: Pearson 2014.

FREITAS, Grace Kellen Corrêa de. Direito Empresarial. São Paulo Rideel, 2013.

ECONOMIA, POLÍTICA E SISTEMAS DE SAÚDE

Política de saúde como parte das políticas sociais no Brasil e sua importância para a estabilização sócio-política. Aspectos da economia e da saúde no Brasil. Sistema Único de Saúde e seus princípios. Organização do sistema de saúde brasileiro, seus

componentes organizativos e projetos de reorientação, com base na doutrina da reforma sanitária na proposta do Sistema Único de Saúde.

BIBLIOGRÁFIA BÁSICA

LOPES, M. Políticas de saúde pública: interação dos atores sociais. Rio de Janeiro: Atheneu, 2017.

CLAUS, S. M. Gestão de sistema locais de saúde: desafios cotidianos para o desenvolvimento de competências profissionais. Caxias do Sul, RS: Educs, 2007.

OLIVEIRA, F.B.; KASZNAR, I.K. Saúde, previdência e assistência social: políticas públicas integrada, desafios e propostas estratégicas. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

HACK, E. Noções preliminares de direito administrativo e direito tributário. Curitiba: InterSaber, 2013.

MAPELLI JUNIOR, R. Judicialização da saúde: regime jurídico do SUS e intervenção na administração pública. Rio de Janeiro: Atheneu, 2017.

ZANOVELLO, A.L. Gestão de serviços em saúde. São Paulo: Yendis, 2015.

BURGARELLI, Alclibes. Código Comercial. São Paulo: Pearson 2014.

FREITAS, Grace Kellen Corrêa de. Direito Empresarial. São Paulo Rideel. 2013.

GESTÃO DE CLÍNICAS E LABORATÓRIOS

Gestão de laboratórios, de centro de diagnóstico e imagem e de clínicas de baixa, média e alta complexidade no cenário hospitalar. Padrões de Qualidade ISO para laboratórios. Demandas Tecnológicas. Serviço de apoio Diagnóstico e terapêutico SADT. Bioimagem.

BIBLIOGRÁFIA BÁSICA

ZANOVELLO, A.L. Gestão de serviços em saúde. São Paulo: Yendis, 2015.

ANDRÉ, A.M. Gestão estratégica de clínicas e hospitais. São Paulo: Editora Atheneu, 2014.

BURMESTER, H. Manual de gestão hospitalar do CQH: livro de casos práticos. São Caetano do Sul, SP: Yendis Editora, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CLAUS, S. M. Gestão de sistema locais de saúde: desafios cotidianos para o desenvolvimento de competências profissionais. Caxias do Sul, RS: Educs, 2007.

OLIVEIRA, F.B.; KASZNAR, I.K. Saúde, previdência e assistência social: políticas públicas integrada, desafios e propostas estratégicas. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

RIBEIRO, E.R. Serviços de assistência à saúde. Curitiba: InterSaber, 2017.

LARA, Hellen Pereira, Sistema de Seguridade Social. São Paulo: Pearson 2014.

ARAÚJO, Raquel Barcelos de. Política de Seguridade Social. São Paulo: Pearson. 2012.

QUALIDADE NO ATENDIMENTO AO PÚBLICO DA ÁREA DE SAÚDE

Conceitos e importância da qualidade de atendimento. Formas e técnicas de aplicação de estratégias de atendimento. Assertividade e Resolutividade. Atitudes, comportamentos e comunicação adequada. Administração de conflitos e solução de problemas. Acertos e Erros no atendimento ao usuário de serviços de saúde. A humanização do atendimento.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SELEME, R. Gestão de operações de serviços: planejando o sucesso no atendimento ao cliente. Curitiba: InterSaber, 2016.

SABA, F. Gestão em atendimento: manual prático para academias e centros esportivos. Barueri, SP: Manole, 2012.

POSER, D. Marketing de relacionamento: maior lucratividade para empresas vencedoras. Barueri, SP: Manole, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

resultados. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013.

ALVES, E.B. Marketing de relacionamento: como construir e manter relacionamentos lucrativos? Curitiba: InterSaber, 2014.

GIORDANI, A.T. Humanização da saúde e do cuidado. São Caetano do Sul, SP:

Difusão Editora, 2015.

CAMELO, Sílvia Helena Henriques. Gestão de Serviços de Tecnologia Hospitalar. São Paulo: Pearson. 2020.

NASCIMENTO, Alexandra Bugarelli do. Modelos em Gestão de Serviços em Saúde. São Paulo: Pearson. 2029.

EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO

Fundamentos sociais, históricos e filosóficos do empreendedorismo e sua relevância para o desenvolvimento socioeconômico local e regional. Empreendedorismo Individual e Coletivo, Qualidade e Produtividade - Conceitos básicos, processos e ferramentas para a gestão de um empreendimento. Compreensão de Empresa e dos processos de negócios. O controle e a tomada de decisão gerencial. O desenvolvimento de estratégias eficazes em negociação. Oportunidades empreendedoras, estímulo à criatividade e à inovação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MAXIMIANO, A.C.A. Empreendedorismo. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2012.

BIAGIO, L.A. Empreendedorismo: construindo seu projeto de vida. Barueri, SP: Manole, 2012.

CHIAVENATO, I. Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor. Barueri, SP: Manole, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARANTES, E.C. Empreendedorismo e responsabilidade social. Curitiba: InterSaber, 2014.

TEIXEIRA, T.; COUTINHO, A.P. Startups e inovação: direito no empreendedorismo. Barueri, SP: Manole, 2017.
RAZZOLINI FILHO, E. Empreendedorismo: dicas e planos de negócios par ao século XXI. Curitiba: InterSaber, 2012.
FABRETE, Tereza Cristina Lopes. Empreendedorismo. São Paulo: Pearson. 2012.
SERTEC, Paulo. Empreendedorismo. São Paulo: Intersaber. 2018.

RECURSOS HUMANOS E FORMAÇÃO DE EQUIPES

Desafios de tendências da Gestão de Recursos Humanos. Remuneração, Programa de incentivos, Sindicalismo e Negociações Coletivas. Treinamento e Desenvolvimento. Qualidade de vida e segurança no trabalho. Formação de Equipes.

BIBLIOGRÁFIA BÁSICA

CHIAVENATO, Idalberto. Administração de recursos humanos. Barueri, SP: Manole, 2009.
STADLER, A. Gestão de pessoas: ferramentas estratégicas de competitividade. Curitiba: InterSaber, 2014.
SOARES, M.T.R.C. Liderança e desenvolvimento de equipes. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CHIAVENATO, I. Gerenciando com pessoas: transformando o executivo em um excelente gestor de pessoas. Barueri, SP: Manole, 2015.
DAYCHOUM, M. Negociação: conceitos e técnicas. Rio de Janeiro: Brasport, 2016.
BOOG, G.G. (org). Manual de treinamento e desenvolvimento. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.
SILVA. Álvaro Pequeno da. Administração de Recursos Humanos. São Paulo: Pearson. 2018.
FREIRE, Denilson A. L. Treinamento e Desenvolvimento. São Paulo: Pearson. 2019.

GESTÃO DA QUALIDADE E SISTEMAS DE ACREDITAÇÃO

Aspectos Introdutórios: conceito e evolução do Pensamento Estratégico. Administração estratégica. Planejamento Estratégico em Saúde. Definição e Evolução do Conceito de Qualidade. Ferramentas da Qualidade. Gestão da Qualidade em organizações de saúde. Sistemas de Acreditação.

BIBLIOGRÁFIA BÁSICA

BURMESTER, H. Manual de gestão hospitalar do CQH: livro de casos práticos. São Caetano do Sul, SP: Yendis Editora, 2009.
POSSOLLI, G.E. Acreditação hospitalar: gestão da qualidade, mudança organizacional e educação permanente. Curitiba: InterSaber, 2017.
SALU, E.J. Administração Hospitalar. Barueri, SP: Manole, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

OLIVEIRA, F.B.; KASZNAR, I.K. Saúde, previdência e assistência social: políticas

públicas integrada, desafios e propostas estratégicas. São Paulo: Pearson Pretince Hall, 2007.

CAMELO, S.H.H. Gestão de serviços de tecnologia hospitalar. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2017.

MOURA, A. Gestão hospitalar: da organização ao serviço de apoio diagnóstico e terapêutico. Barueri, SP: Manole, 2008.

SOUZA, Sandra Maria Lopes de. Acreditação Hospitalar. São Paulo: Pearson 2018.

COSTA JUNIOR, Heleno. Qualidade e Segurança em Saúde. São Paulo: Perason 2017.

BIOÉTICA E BIOSSEGURANÇA

Conceitos e fundamentos de bioética e biossegurança. Segurança no ambiente de saúde e/ou hospitalar. Atitudes profissionais para gerenciamento de segurança. Normas Regulamentadoras (NRs) Responsabilidades legais. Higiene hospitalar, normas, procedimentos, rotinas. Gerenciamento de resíduos sólidos dos serviços de saúde. Comissões do controle de infecção hospitalar. Legislação nacional e internacional de biossegurança.

BIBLIOGRÁFIA BÁSICA

ABREU, C.B.B. (org). Bioética e gestão em saúde. Curitiba: InterSaberes, 2018.

JORGE FILHO, I. Bioética: fundamentos e reflexões. Rio de Janeiro: Atheneu, 2017.

ABREU, C.B.B. (org). Bioética e gestão de saúde. Curitiba: InterSaberes, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SALU, E.J. Administração Hospitalar. Barueri, SP: Manole, 2013.

RAMOS, D.L.P. (org). Bioética, pessoas e vida: uma abordagem personalista. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2018.

MORAES JR, C.P. Manual de segurança e saúde no trabalho: normas regulamentadoras – NRs principais legislações trabalhistas aplicáveis à área de segurança do trabalho. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2017.

ROSSETE, Cesar Augusto. Bioética e Biosegurança. São Paulo: Pearson. 2019.

CALGARO, Cleide; BIASOLI, Fernando. Fronteiras da Bioética. São Paulo: Pearson 2027.

GESTÃO DE FARMÁCIAS

O contexto social da farmácia, Assistência Farmacêutica, Organização do Serviço de Farmácia, Ciclo logístico de medicamentos e materiais médicos, Critérios gerais de planejamento e controle de estoques, Comissões de apoio ao serviço de farmácia (CFT, CCIH, NSP, CIM, GRA).

BIBLIOGRÁFIA BÁSICA

CAPUCHO, H.C. (org). Gestão de serviços de farmácia. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2017.

CANUTO, A.P. Atendente de farmácias e drogarias. Curitiba: InterSaberes, 2014.

CARVALHO, F.D. Farmácia hospitalar: conhecimentos, habilidades e atitudes. Barueri, SP: Manole, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DESTRUTI, A.B.C.B.; SANTOS, G.A.; MONTEIRO, R.B. Curso didático de farmácia. São Paulo: Yendis, 2016.

VANIN, J.A.; RANCICH FILHO, N.A. Administração Estratégica. Curitiba: InterSaber, 2013.

CAROTA, J.C. Gestão corporativa: teoria e prática. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2015.

GARCIA, Valter Duro., Guia Prático para Atividades de Farmácia.

GHELER, Fernanda Valente. Manual de Farmácia Clínica Hospitalar. São Paulo: Pearson 2019.

GESTÃO AMBIENTAL

Evolução da questão ambiental: histórico, política ambiental e crescimento econômico. Teoria da Gestão Ambiental. A política ambiental no Brasil. Política Ambiental na Empresa, Sistemas de Gestão Integrada em Saúde, Segurança e Meio Ambiente. Licenciamento e avaliação de impacto ambiental de sistemas de saúde: conceitos, etapas, técnicas, aplicações e experiências internacionais e brasileiras.

BIBLIOGRÁFIA BÁSICA

PHILIPPI JR, M.A.R. BRUNA, G.C. (org). Curso de gestão ambiental. Barueri, SP: Manole, 2014.

BERTÉ, R. MAZZAROTTO, A.A.V.S. Gestão ambiental no mercado empresarial. Curitiba: InterSaber, 2013.

MENDONÇA, F.A. Meio ambiente e sustentabilidade. Curitiba: InterSaber, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BERTÉ, R.; SILVEIRA, A.L. Meio ambiente: certificação e acreditação ambiental.

Curitiba: InterSaber, 2017.

RIBEIRO, W.C. A ordem ambiental internacional. São Paulo: Contexto, 2014.

PILGER, R.R. Administração e meio ambiente. Curitiba: InterSaber, 2013.

CURI, Denise. Gestão Ambiental. São Paulo: Pearson. 2019.

GUIMARÃES, Mauro. Caminhos da Educação Ambiental. São Paulo: Pearson 2019.

GESTÃO ESTRATÉGICA DE COMPRAS

Entendendo o papel de Compras. O profissional de compras e as estratégias organizacionais. Modelo de Gestão Estratégica de Compras. Análises de Resultados. Políticas de Compras. Processos e ferramentas de apoio. Inteligência de mercado aplicado à Compras. Compras para empreendimentos da área de saúde.

BIBLIOGRÁFIA BÁSICA

ASSEN, M.V. Modelos de gestão: os 60 modelos que todo gestor deve conhecer. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.
SZABO, V. Gestão de estoques. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015.
LAGE JÚNIOR, M. Mapeamento de processos de gestão empresarial. Curitiba: InterSaber, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALVES, E.B. Consumo e sociedade: um olhar para a comunicação e as práticas de consumo. Curitiba: InterSaber, 2019.
COSTA JUNIOR, E.L. Gestão em processos produtivos. Curitiba: InterSaber, 2012.
POSER, D.V. Marketing de relacionamento: maior lucratividade para empresas vencedoras. Barueri, SP: Manole, 2005.
BERTOLINO, Mirian; RIVALDO, Sandra. Guia de Compras Médico-Hospitalares. São Paulo: Pearson 2019.
GORNI NETO, Fernando. Gestão de Suprimentos e Logística. São Paulo: Intersaber. 2019

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES DE SAÚDE

Tipos de sistemas de informação. Planejamento, desenvolvimento e uso de um Sistemas de Informação Gerencial - SIG. A gestão de informação na empresa. Visão tática e estratégica do ambiente empresarial, considerando as dimensões sociais, econômicas e tecnológicas envolvidas. O papel da informática nas organizações e na integração sistêmica do processo de gestão. Plano diretor de sistemas de informação. Administração de centro de informação. Segurança das informações.

BIBLIOGRÁFIA BÁSICA

CAMELO, S.H.H. Gestão de serviços de tecnologia hospitalar. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2017.
CAETANO, K.C.; MALAGUTTI, W. Informática em saúde: uma perspectiva multiprofissional dos usos e possibilidades. São Caetano do Sul: SP: Yendis Editora, 2012.
LAUDON, K. Sistemas de informações gerenciais. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SALU, E.J. Administração Hospitalar. Barueri, SP: Manole, 2013.
MUNHOZ, A.S. Fundamentos de tecnologia da informação e análise de sistemas para não analistas. Curitiba: InterSaber, 2017.
JOÃO, B.N. Tecnologia da informação gerencial. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015.
OLIVEIRA, Fátima Bayma de. Tecnologia da Informação e comunicação. São Paulo: Pearson. 2018.

MUNHOZ, Antonio Siemsen. Fundamentos da Tecnologia da Informação. São Paulo: Pearson. 2019.

GESTÃO DE RISCOS NAS ORGANIZAÇÕES DE SAÚDE

Definição de Gerenciamento de Riscos. Métodos e ferramentas de análise de riscos.
Avaliação de riscos. Mapa de risco.

BIBLIOGRÁFIA BÁSICA

DUARTE JUNIOR, A.M. Gestão de riscos para fundos de investimentos. São Paulo: Prentice Hall, 2005.
KAERCHER, A.R. Gerenciamento de riscos: do ponto de vista da gestão da produção. Rio de Janeiro: Interciência, 2016.
COSTA, L.C. Momento de decisão. São Paulo: Financial Times – Prentice Hall, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ZANOVELLO, A.L. Gestão de serviços em saúde. São Paulo: Yendis, 2015.
ANDRÉ, A.M. Gestão estratégica de clínicas e hospitais. São Paulo: Editora Atheneu, 2014.
OLIVEIRA, F.B.; KASZNAR, I.K. Saúde, previdência e assistência social: políticas públicas integrada, desafios e propostas estratégicas. São Paulo: Pearson Pretince Hall, 2007.
TESTA, Marcelo. Gerenciamento de Perigos e Riscos a Saúde. São Paulo: Pearson 2017.
ARAI, Carlos. Gestão de Riscos. São Paulo: Pearson. 2018.

GESTÃO HOSPITALAR

Funções do administrador hospitalar. Conceito de hospitais, suas funções e objetivos. Classificação dos hospitais como sistema. Evolução da administração hospitalar. O papel do hospital no sistema de saúde. Gestão hospitalar: Processo de Administrar organizações hospitalares.

BIBLIOGRÁFIA BÁSICA

ANDRÉ, A.M. Gestão estratégica de clínicas e hospitais. São Paulo: Editora Atheneu, 2014.
BURMESTER, H. Manual de gestão hospitalar do CQH: livro de casos práticos. São Caetano do Sul, SP: Yendis Editora, 2009.
NASCIMENTO, A.B. Gestão hospitalar e qualidade do atendimento. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ZANOVELLO, A.L. Gestão de serviços em saúde. São Paulo: Yendis, 2015.
SALU, E.J. Administração Hospitalar. Barueri, SP: Manole, 2013.
BOEGER, M. Hotelaria hospitalar: implantação e gestão. Curitiba: InterSaberes, 2017.
NASCIMENTO, A.B. Gestão de Srvícios de Documentação hospitalar. São Paulo: Pearson, 2017.

SANCHES, Andréia da Silva Souza. Ouvidoria Hospitalar. São Paulo: Pearson. 2019.

MARKETING APLICADO A SERVIÇOS DE SAÚDE

Introdução ao marketing (conceitos, teorias, evolução e histórico). O ambiente de marketing. Composto de marketing. Planejamento, implementação e controle de marketing. Marketing em saúde. Estratégias de marketing para empreendimentos da área de saúde.

BIBLIOGRÁFIA BÁSICA

FELTRIM, E. Marketing hospitalar. Curitiba: InterSaberes, 2019.
POSSOLLI, A.E. Marketing na gestão hospitalar. Curitiba: InterSaberes, 2017.
KOTLER, P; KELLER, K.L. Administração de Marketing. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SALU, E.J. Administração Hospitalar. Barueri, SP: Manole, 2013.
RITOSSA, C.M. Tópicos especiais em marketing. Curitiba, InterSaberes, 2012.
AMBRÓSIO, V. Plano de marketing: um roteiro para a ação. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.
CAMELO, Sílvia Helena Henriques. Gestão e Marketing Hospitalar. São Paulo: Pearson. 2015.
CAMELO, Sílvia Helena Henriques. Tópicos Contemporâneos em Gestão Hospitalar. São Paulo: Pearson. 2018.

GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

Princípio Constitucional da Eficiência. Princípio Constitucional da Economicidade. Atos de Gestão Antieconômicos. Controle Interno e Externo dos Atos da Administração. Aspectos gerais dos procedimentos licitatórios. Princípios. Causas Excludentes. Modalidades. O procedimento licitatório. A Licitação por Meio Eletrônico. Da invalidação dos procedimentos licitatórios. Contratos administrativos. Características e modalidades. Extinção dos contratos Administrativos.

BIBLIOGRÁFIA BÁSICA

POSTIGLIONE, M.L. Direito empresarial: o estabelecimento e seus aspectos contratuais. Barueri, SP: Manole, 2006.
HORVATH, M.V.F. Direito Administrativo. Barueri: Barueri, SP: Manoel, 2011.
HACK, E. Noções preliminares de direito administrativo e direito tributário. Curitiba: InterSaberes, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BITTENCOURT, S. Contratos Administrativos para provas, concursos e agentes públicos. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2011.
SILVA, L.R. Direito Administrativo 1. Caxias do Sul, RS: Educs, 2013.
MELLO, C.M. Direito Civil: contratos. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2017.
SCHEIDWEILER, Lourival. Contratos e Convênios de Serviços Hospitalares. São Paulo: Pearson. 2018.
SANCHES, Andréia da Silva Souza. Direito Aplicado a Gestão Hospitalar. São Paulo: Pearson. 2018.

CONTROLADORIA E GESTÃO DE DOCUMENTOS EM SAÚDE

Organização e administração de arquivos. Terminologia. Legislação específica. Prontuário Médico – PM, Arquivo Médico – AM, padrões de qualidade reconhecidos aplicáveis ao SAME, tecnologias aplicadas ao gerenciamento da informação. Controladoria suas funções e atribuições. O papel do controle, o sistema integrado de informações. Conceito de sistema. A empresa como sistema, seus objetivos e filosofias de negócios. Conceito de modelos de gestão.

BIBLIOGRÁFIA BÁSICA

LUZ, E.E. Controladoria corporativa. Curitiba: InterSaber, 2014.
LUONGO, J. Gestão da qualidade em saúde. São Paulo: Rideel, 2011.
HIGA, N. Contabilidade em processo da escrituração à controladoria. Curitiba: InterSaber, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BURMESTER, H. Manual de gestão hospitalar do CQH: livro de casos práticos. São Caetano do Sul, SP: Yendis Editora, 2009.
SALU, E.J. Administração Hospitalar. Barueri, SP: Manole, 2013.
CARDOSO, A. (org). Auditoria de sistema de gestão integrada. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015.
NASCIMENTO, Alexandra Bulgarelli do. Gestão de Serviços de Documentação Hospitalar. São Paulo: Pearson. 2018.
CAMELO, Sílvia Helena Henriques. Gestão de Serviços de Tecnologia Hospitalar. São Paulo: Pearson 2018.

GESTÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE: PÚBLICOS E PRIVADOS

Breve histórico da saúde no Brasil. Organização dos serviços de saúde. Legislação em saúde. O Sistema Único de Saúde (SUS) e os seus princípios e diretrizes. Bases dos Serviços Privados de Saúde. Marco regulatório da Saúde Suplementar. ANS. Rede Credenciada às operadoras de planos de Saúde. Sinistralidade. Tipos de Contratos. Ressarcimento ao SUS. Conhecimento e estudo dos planos de saúde.

BIBLIOGRÁFIA BÁSICA

ZANOVELLO, A.L. Gestão de serviços em saúde. São Paulo: Yendis, 2015.
RIBEIRO, E.R. Serviços de assistência à saúde. Curitiba: InterSaber, 2017.
NASCIMENTO, A. B. Gestão de serviços laboratoriais e setoriais especializados. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BURMESTER, H. Manual de gestão hospitalar do CQH: livro de casos práticos. São Caetano do Sul, SP: Yendis Editora, 2009.
SALU, E.J. Administração Hospitalar. Barueri, SP: Manole, 2013.
BERNARDI, J.L. Gestão de serviços públicos municipais. Curitiba: InterSaber, 2013.
ALVES, Elizeu Barroso. Gestão de Serviços Públicos Municipais. São Paulo: Pearson. 2017.
CLAUS, Suzete Marchetto. Gestão de Sistemas Locais de Saúde.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO I: GESTÃO DE CLÍNICAS, LABORATÓRIOS OU FARMÁCIAS

Estágio supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de estudantes do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Empreendimentos em Saúde, da Faculdade INESP. É componente curricular obrigatório, integra o projeto pedagógico do curso e como tal está submetido à Lei 11.788/08 e Resolução CNE nº 1/2004. § 1º Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de certificado ou diploma. Será obrigatório a apresentação de Relatório. No Estágio Supervisionado I, o aluno poderá desenvolver a atividade em Clínicas, Laboratórios ou Farmácias.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MARTINS JUNIOR, J. Como escrever trabalhos de conclusão de curso: instruções para planejar e montar, desenvolver, concluir, redigir e apresentar trabalhos monográficos e artigos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

FRANÇA, A.S. Estágio Curricular e trabalho de conclusão de curso na área de gestão e negócios. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2011.

NASCIMENTO, A. B. Gestão de serviços laboratoriais e setoriais especializados. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ZANOVELLO, A.L. Gestão de serviços em saúde. São Paulo: Yendis, 2015.

BURMESTER, H. Manual de gestão hospitalar do CQH: livro de casos práticos. São Caetano do Sul, SP: Yendis Editora, 2009.

ANDRÉ, A.M. Gestão estratégica de clínicas e hospitais. São Paulo: Editora Atheneu, 2014.

SANTOS, Sandra Aparecida Silva dos. Prática de Estágio: Avaliação. São Paulo: Pearson. 2019.

SANTOS, Sandra Aparecida Silva dos. Prática de Estágio: Relatório. São Paulo: Pearson. 2020.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO II: GESTÃO HOSPITALAR OU SERVIÇOS DE SAÚDE

Estágio supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de estudantes do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Empreendimentos em Saúde, da Faculdade INESP. É componente curricular obrigatório, integra o projeto pedagógico do curso e como tal está submetido à Lei 11.788/08 e Resolução CNE nº 1/2004. § 1º Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de certificado ou diploma. Será obrigatório a apresentação de Relatório. No Estágio Supervisionado I, o aluno poderá desenvolver a atividade em Hospitais ou outros Serviços de Saúde.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MARTINS JUNIOR, J. Como escrever trabalhos de conclusão de curso: instruções para planejar e montar, desenvolver, concluir, redigir e apresentar trabalhos monográficos e artigos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

FRANÇA, A.S. Estágio Curricular e trabalho de conclusão de curso na área de gestão e negócios. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2011.

SALU, E.J. Administração Hospitalar. Barueri, SP: Manole, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BURMESTER, H. Manual de gestão hospitalar do CQH: livro de casos práticos. São Caetano do Sul, SP: Yendis Editora, 2009.

NEVES, A.F. Estudos interdisciplinares em ciências biológicas, saúde, engenharias e gestão. São Paulo: Blucher, 2016.

BERNARDI, J.L. Gestão de serviços públicos municipais. Curitiba: InterSaberes, 2013.

SANTOS, Sandra Aparecida Silva dos. Prática de Estágio: Avaliação. São Paulo: Pearson. 2019.

SANTOS, Sandra Aparecida Silva dos. Prática de Estágio: Relatório. São Paulo: Pearson. 2020.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O regulamento do TCC. Projeto e relatório de pesquisas. Levantamento Bibliográfico. O projeto de TCC. Desenvolvimento da pesquisa. Elaboração do artigo.

BIBLIOGRÁFIA BÁSICA

CERVO, A.L. Metodologia Científica. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

BARROS, A.J.S. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

MARTINS, V.; MELLO, C.M. (coord). Metodologia Científica: fundamentos, métodos e técnicas. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MARTINS JUNIOR, J. Como escrever trabalhos de conclusão de curso: instruções para planejar e montar, desenvolver, concluir, redigir e apresentar trabalhos monográficos e artigos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

AZEVEDO, C.B. Metodologia científica ao alcance de todos. Barueri, SP: Manole, 2009.

DYNIWICZ, A.M. Metodologia da pesquisa em saúde para iniciantes. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2014.

BRUN, Adriana B. Baglioli. O TCC Monografia. São Paulo: Pearson. 2017.

BRASILEIRO, Ada Magaly Matias. Como Produzir Textos Acadêmicos e Científicos. São Paulo: Pearson. 2017.

LIBRAS BÁSICO (Disciplina Eletiva)

A inclusão de surdos na sociedade. Noções básicas da estrutura linguística da LIBRAS e de comunicação no contexto de ambientes de empreendimentos de saúde

e atendimento ao público. Estrutura frasal em libras, morfologia, cultura surda, ponto de encontro, hábitos comportamentais.

BIBLIOGRÁFIA BÁSICA

BAGGIO, M.A. Libras. Curitiba: InterSaberes, 2017.

LACERDA, B.F.; SANTOS, L.F.; MARTINS, V.R.O (Org). LIBRAS: aspectos fundamentais. Curitiba: InterSaberes, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PEREIRA, M.C.C. (Org). LIBRAS. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

DIAS, R. (Org). Língua Brasileira de Sinais: LIBRAS. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015.

SILVA, Rafael Dias. Língua Brasileira de Sinais. São Paulo: Pearson 2015.

SANTANA, Ana Paula. Surdez e Linguagem. São Paulo: Pearson. 2011.

BAGGIO, Maria Auxiliadora; CASANOVA, Maria. Libras. São Paulo: Pearson 2013.

NAKASATO, Ricardo; et al. Libras. São Paulo: Pearson 2013.

1.5 METODOLOGIA

O curso de Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar, busca novos caminhos e referenciais de formação que rompem com modelos disciplinares rígidos e busca integração em áreas disciplinares e profissionais no encontro com a interdisciplinaridade. Bases de um novo paradigma e novas interações no trabalho em equipe interprofissional, com trocas de experiências e saberes, respeito à diversidade, cooperação, parcerias e permanente do diálogo.

Nesta proposta de educação, o aluno aprende e cria perspectivas sobre o trabalho conjunto na melhoria da qualidade, no exercício da profissão, alcançado o respeito as especificidades de cada área de atuação profissional.

A proposta curricular permite ao curso momentos pedagógicos que visem facilitar a aprendizagem comum, compreendendo observação, ação e práticas em contexto reais. Configuram relações que permitem aos estudantes expressar pontos de vista, abordar problemas, explorar diferentes possibilidades da realidade, apropriar conteúdos e articular teoria/prática. Portanto, a construção da identidade profissional vai se fortalecendo à medida que são expostos a situações comuns de aprendizagem com outras áreas, demandando olhares diferentes, que ora se complementam, ora se confrontam, que possibilitam ampliação de compreensão da realidade.

Dessa forma, a concretização de propostas desta educação implica assumir uma organização curricular que priorize as discussões e as vivências conjuntas dos diferentes campos de saberes envolvidos no exercício da gestão de empreendimentos da área de saúde. Isto significa o desenvolvimento de metodologias caracterizadas pelas trocas e saberes partilhados.

São princípios metodológicos do processo de ensino-aprendizagem da Faculdade INESP:

- atender as Diretrizes Curriculares para os cursos de Graduação, tendo como fundamento a obrigatoriedade do projeto pedagógico como base de gestão acadêmico-administrativa de cada curso;

- organizar o currículo com previsão de um percentual da carga horária total para realização de atividades acadêmicas alinhadas com os conteúdos, competências e habilidades previstas no projeto pedagógico do curso;

- implantar o acesso a tecnologias, criando programas que estimulem seu real e efetivo uso na proposta curricular, como um passo fundamental no desenvolvimento do processo pedagógico;

- implantar programas de integração que visem à formação interdisciplinar e o trabalho em equipe. A integração das competências das diversas áreas é uma necessidade da Faculdade sendo estes programas fundamentais;

- oferecer ensino qualificado, promovendo atividades que instiguem a investigação e estimulem a capacidade crítica, assegurando atualização científica, formação integral e atendimento à demanda social;

- promover a prática da extensão na graduação, como componente indissociado ao projeto pedagógico do curso, visando à formação mais adequada da cidadania. Este programa é sustentado com dedicação dos docentes e apoio institucional aos alunos, bem como procura atender a Resolução nº 7, de 19 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior;

- promover a prática da pesquisa em todos os cursos de graduação, adotando-se políticas institucionais que atendam às novas exigências da graduação, sustentando o programa com dedicação dos docentes e apoio institucional aos estudantes na forma de bolsas de iniciação científica e/ou outras estratégias, observando-se a necessária disponibilidade financeira;

- priorizar a aproximação do discente com a comunidade profissional de sua área, com palestras, seminários, visitas e outras ações congêneres;

- integração do curso com a sociedade, o que será feita através de atividades internas, tais como, Semana INESP, Palestras e Projetos de Responsabilidade Social;

Cada disciplina do curso está distribuída com carga horária de 60 horas, cumpridas em sala de aula, por meio de aula expositivas-dialogadas, seminários, dinâmicas, exercícios e outros recursos didático-pedagógicos.

A cada semestre é ofertada na matriz curricular do curso, “Transdisciplinaridade: Extensão”, com carga horária de 40 horas e que tem por objetivo integrar os saberes desenvolvidos no semestre, integrando os conhecimentos. Assim, um dos professores do semestre letivo, será convidado pelo coordenador do curso, para ser responsável pelo desenvolvimento da atividade. Dessa forma, os estudantes serão estimulados a desenvolver um projeto de extensão, que aproxime a IES da Comunidade. Após a realização da atividade, os participantes deverão elaborar Relatório de Participação, que será validado pelo professor da disciplina.

Atendendo aos pressupostos da DCN, os conteúdos de aprendizado, as atividades propostas para desenvolvimento de competências e habilidades, a Faculdade INESP busca desenvolver em seus estudantes a autonomia para o aprendizado e, fortalece em seus professores, que atuem como motivadores da aproximação dos(as) estudantes entre a teoria e a prática profissional. Para isso, estabeleceu uma disciplina que possibilite o olhar transdisciplinar e a articulação entre teoria em prática e a possibilidade de estabelecimento da visão sistêmica para os conteúdos em discussão nas disciplinas. Essa integração se dará por meio da

disciplina Atividades Práticas Transdisciplinares, presente em todos os semestres do curso.

1.6 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

O Estágio Supervisionado, requisito legal para obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão Hospitalar, constitui-se dentro das atividades curriculares, em um campo privilegiado para o exercício de prática profissional supervisionada e para a análise desta prática à luz dos conteúdos teóricos inseridos no programa do curso.

Entende-se por estágio o tempo de prática profissional supervisionada durante o qual o(a) estudante desenvolve atividades que o habilitam para o exercício profissional. Considera-se como estágio “as atividades de aprendizagem social, cultural e profissional desenvolvidas pela participação do(a) estudante em situações reais da vida e do trabalho de seu meio, realizadas na comunidade em geral e junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado, empresas que atuam na área do curso, sob responsabilidade e coordenação da instituição de ensino.” (Lei nº 11.788/2008).

A conceituação legal leva a algumas conclusões importantes:

- Há prevalência da aprendizagem sobre a expressão econômica do trabalho. O(a) estudante vai trabalhar para aprender, embora seu trabalho integre-se entre os fatores de produção ou contribua para a atividade-fim da concedente. Esse, contudo, tem que se imbuir de princípio informativo da lei, quando admite estagiários em seus serviços. Ele é muito mais um coagente do ensino-aprendizagem do que um tomador de trabalho. A participação da instituição de ensino é condição necessária. Sem acompanhamento pedagógico não existe estágio curricular. Quem orienta o trabalho-aprendizagem é a escola, com a participação efetiva da concedente. Este não detém o poder de comando puro e simples em relação ao estagiário, em especial no que respeita à orientação técnica, porquanto, nessa área, prevalece o processo da aprendizagem sobre os objetivos da concedente;

- O(a) estagiário(a) deve se integrar na atividade da concedente, conviver com os demais empregados, submeter-se às ordens de serviço, à disciplina hierárquica ali existente, enfim, experimentar as situações reais de trabalho e de vida porque aí reside, justamente, o seu aprendizado prático.

- O estágio curricular é um “instrumento de integração entre a reflexão e o fato, entre a inteligência e a experiência, entre a escola e a prática (Estágio de Estudantes da Empresa - SP. LTR, 1984, p.23). Assim, o estágio é uma forma eficaz de propiciar ao estudante a experiência da profissão, que só se adquire no fazer diário na vivência e na superação das dificuldades naturais e inevitáveis, quer de natureza técnica, quer de natureza pessoal, na convivência no ambiente de trabalho, Não há trabalho em laboratório, seja ele o mais perfeito e sofisticado, que substitua a lição natural da vida. (apud CAMINO, s/d).

- O Estágio Supervisionado tem como objetivo oferecer ao estudante uma oportunidade para desenvolver experiências práticas a fim de melhor preparar-se para o exercício da profissão, aprimorando a sua capacidade criativa e sua análise crítica.

- O Estágio Supervisionado (obrigatório) deverá ser desenvolvido em empresa regularmente constituída (pessoa jurídica de direito público ou privado) e que ofereça as condições essenciais que permitam ao aluno explicitar seus conhecimentos técnicos e científicos, vinculados às disciplinas de formação profissional.

- A realização do Estágio terá como uma das propostas gerar insumos que possibilitem a interlocução institucionalizada, entre saberes acadêmicos e a Empresa em que o Estágio foi realizado. Assim, durante o período de estágio, o(a) estudante desenvolverá atividades que possibilitarão a realização de Plano de Ação, Plano de Intervenção e *Feedback* a serem encaminhados a Empresa que concedeu o estágio, no formato de Relatório, avaliado pela Instituição de Ensino. Entende-se que esse movimento entre academia e mercado gera insumos importantes para que a empresa utilize estes dados em seu processo de gestão.

- A carga horária do Estágio Supervisionado está estabelecida em 200 horas, cumpridas a partir do 3º. Semestre do Curso e facultativo ao estudante iniciar pelo módulo Estágio I ou pelo módulo Estágio II, conforme disponibilidade do(a) estudante e da empresas.

O Estágio é dividido da seguinte maneira:

Estágio Supervisionado I: Gestão de Clínicas, Laboratórios ou Farmácias

1. Definição da Área de Concentração;
2. Elaboração do Projeto;
3. Orientação de Professor Supervisor;
4. Definição da empresa onde cumprirá o Estágio;
5. Início do cumprimento do estágio e cumprimento de Carga horária;
6. Apresentação de relatório de estágio;
7. Participação no processo de avaliação das atividades de estágio – Autoavaliação;
8. Anexação ao relatório dos comprovantes de cumprimento do estágio;
9. Avaliação pelo Professor Supervisor.

Estágio Supervisionado II: Gestão Hospitalar ou Serviços de Saúde

1. Definição da Área de Concentração;
2. Elaboração do Projeto;
3. Orientação de Professor Supervisor;
4. Definição da empresa onde cumprirá o Estágio;
5. Início do cumprimento do estágio e cumprimento de carga horária;
6. Apresentação de relatório de estágio;
7. Participação no processo de avaliação das atividades de estágio – Autoavaliação;
8. Anexação ao relatório dos comprovantes de cumprimento do estágio;
9. Avaliação pelo Professor Supervisor.

Carga Horária Total do Estágio: 200 horas.

Para a realização dos Estágios Supervisionados I e II, o(a) estudante deverá se inserir nas rotinas de gestão do setor ao qual a empresa destinou a vaga de estágio e vivenciar experiências práticas. É permitido ao estudante realizar estágio em todas as áreas do curso, como: Administração Geral, Finanças, Produção, Materiais, Logística, *Marketing*, Sistemas de Informação e Recursos Humanos.

Comprovação e Cumprimento do Estágio

Registro

Esta fase consta da apresentação, por parte do aluno, dos seguintes itens:

- ficha de Inscrição;
- cópia do Contrato de Trabalho (quando o aluno for empregado da empresa onde realizará o Estágio);
- declaração da Empresa autorizando sua realização;
- cópia do Contrato de Estágio – caso o aluno não trabalhe na empresa, será necessário celebrar convênio entre a Empresa concedente e, neste caso, apresentar cópia do Termo de Compromisso de Estágio entre o aluno, a Faculdade INESP e a Empresa (Lei 11788/2008 e Resolução n.º 2 de 04/10/93 do CNE).

Projeto de Estágio, onde constarão as seguintes informações:

- introdução;
- definição da área a ser estudada e vivenciada;
- qualificação do Aluno – Breve apresentação do aluno e de suas qualificações, aspirações, interesse e experiência em relação à área escolhida para o Estágio;
- objetivos Gerais do Estágio;
- justificativa;

- metodologia;
- revisão bibliográfica;
- autoavaliação das atividades desenvolvidas;
- avaliação do responsável na empresa pelo estágio;
- anexos – Documentação requerida para a oficialização do estágio.

Radiografia da empresa: é uma análise da empresa como um todo, abordando os seguintes aspectos: Dados/ Gerais da Empresa; Histórico da Empresa.

Análise da área de estágio:

Aborda os conhecimentos específicos da Área de Estágio e compreende:

- análise de cada uma das funções da área, de acordo com o conteúdo da disciplina específica (programa);
- descrição do local do estágio, envolvendo todos os seus recursos: pessoas, máquinas, equipamentos, instalações, produtos, matéria-prima, especificações;
- outros itens acordados com o professor Supervisor de Estágio ou conforme sua orientação.

Elaboração do Relatório de Estágio.

Esta fase consta do desenvolvimento e apresentação, pelo aluno do Relatório de Conclusão do Estágio, que é composto dos seguintes itens:

1. Relatório de Estágio;

Trabalho de conclusão do Estágio, elaborado em conformidade com a Metodologia do Trabalho Científico, em duas vias;

Sinopse – duas vias para a Coordenação do Estágio.

2. Documentação

Atestado de Estágio (em duas vias), em papel timbrado da empresa e/ou carimbo do CNPJ, com assinatura do responsável pelo estágio na Empresa, constando o período compreendido pelo estágio e sua respectiva carga horária, com firma reconhecida.

Avaliação do estágio, elaborada e assinada pelo responsável do estágio na Empresa.

Avaliação do Estágio Supervisionado pelo Coordenador de Estágio

A avaliação de estágio será feita bimestralmente, através do registro da frequência, em trabalhos desenvolvidos, pela apresentação dos relatórios parciais e da apresentação do projeto final.

A avaliação será feita pelo professor supervisor pelo resultado do projeto escrito apresentado na data que constar no calendário escolar e pelas atividades desenvolvidas.

Os trabalhos deverão ser apresentados periodicamente ao professor supervisor e ser entregues na Secretaria do INESP nos períodos determinados pelo calendário escolar, juntamente com a documentação requerida.

Os trabalhos deverão ser apresentados de acordo com a Metodologia de Trabalho Científico. A atribuição da nota será baseada na avaliação do professor supervisor.

Os trabalhos deverão ser entregues até a data estipulada pelo calendário acadêmico.

1.6.1 Estágio não-obrigatório

É opcional ao estudante, devidamente matriculado, buscar por oportunidades para realização de estágio não-obrigatório. Tal atividade possibilita a vivência de situações cotidianas da rotina profissional e a articulação entre teoria e prática.

A busca pela oportunidade de estágio não-obrigatório deve ser de iniciativa do(a) estudante, cabendo à empresa concedente seguir a legislação vigente de estágio, respeitando as condições e obrigações para o desenvolvimento do estágio e mediante o estabelecimento de convênio com a Faculdade INESP.

Para organizar estas práticas de estágio, a Faculdade INESP conta com convênio com o Centro de Integração Empresa- Escola (CIEE), acompanhando e regulando as ações de contrato, responsabilidades e direitos do estagiário e da empresa concedente.

1.7 Regulamento de atividades extensão do curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar da Faculdade INESP.

A curricularização da extensão, ou creditação (curricular) da extensão, estratégia prevista no Plano Nacional de Educação (PNE), foi regulamentada pela Resolução no 7 MEC/CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018. Entre outros aspectos, essa resolução estabelece:

1. que as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos;

Sendo assim, as atividades de extensão serão distribuídas no PPC do curso de acordo com as tabelas:

Art. 1º As atividades de ensino abrangem:

Atividades	Em horas máximo
1) Disciplina de cursos tecnológicos:	
- até 60 horas;	60
- 60 horas ou mais.	60
2) Disciplina da graduação ou Pós-graduação.	60
3) Comprovação de competência:	
em língua inglesa;	40
- em língua portuguesa.	40
4) Estágio extracurricular não obrigatório na área, no mínimo de 1 mês.	80
5) Monitoria (15/horas/disciplina/semestre)	45

Art. 2º Para cômputo de carga horária para atividades complementares de estágio extracurricular serão aceitos no máximo 02 (dois) estágios ao longo do período de integralização do Curso.

Art. 3º Estágios curriculares não obrigatórios desenvolvidos em outros municípios do estado do São Paulo poderão ser realizados desde que, no período de férias acadêmicas, por um período mínimo de 30 (trinta) dias.

Art 4º As atividades de pesquisa abrangem:

Atividades	Em horas máximo
1) Participação em projeto de pesquisa ou de iniciação científica (10 horas/semestre)	40
2) Participação em pesquisa como aluno bolsista. (20 horas/semestre).	60
3) Publicação de artigos em revistas especializadas:	
- em revista indexada internacional (20 horas/artigo)	80
- em revista indexada nacional (20 horas/artigo)	80
- em revista não indexada com corpo editorial (10 horas/artigo)	40
4) Trabalhos publicados em anais de eventos:	
- completos (10 horas/trabalho)	40
- completos (10 horas/trabalho)	30
- resumos (04 horas/trabalho)	20
5) Comparecimento a sessões públicas de defesa de TCC, de dissertações de mestrado ou de teses de doutorado (02 horas/comparecimento)	15

6) Criação de processos ou produtos com obtenção de patente ou de propriedade intelectual (20 horas/criação)	60
--	----

Art 5º. Em programas, projetos, eventos e prestação de serviços

Atividades	CH
Visitas Técnicas	15h
Atividades Científicas (congresso, seminários, palestras, workshops) - visitantes	10h
Instrutor em minicurso, oficina ou palestrante	30h
Representação Estudantil (líder de sala)	20h
grupos de Leituras por resenha	10h
Organização de Eventos	10h
Voluntariado e Ações Sociais	10h
Realização de Estágio Extracurricular (não-obrigatório)	20h

A validação da carga horária referente à extensão será comprovada por certificados, declarações ou atestados validados pela Coordenação de Curso ou por ela designada. A participação do estudante nas atividades de extensão, poderão ter carga horária validada como atividade de extensão, se: a) Refletir o envolvimento do estudante na atividade por meio de documentos que comprovem a sua autoria; b) Tiver importância e alcance à comunidade externa e possa ser divulgado em eventos acadêmicos e comunitários; c) Os seus resultados atenderem às reais necessidades das comunidades.

1.8 Pesquisa Acadêmica - Revista Interdisciplinar Acadêmica Inesp

A pesquisa acadêmica no Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos, é destinada aos alunos regularmente matriculados, sendo que seu desenvolvimento está sob a responsabilidade da direção da faculdade. Este programa responsável por escolher entre os projetos inscritos os que devem ser desenvolvidos sob a orientação de um Professor Orientador, esse, também escolhido pela Coordenação

Acadêmica, entre aqueles que compõem o Corpo Docente da Faculdade, cabendo assim, por parte do aluno, o encaminhamento de projeto de pesquisa para análise e aprovação.

O critério para a escolha do Professor Orientador é haver compatibilidade entre o tema do projeto de pesquisa selecionado e a área de concentração de estudos e pesquisa e atuação do docente.

Desta forma **competem aos Professores Orientadores:**

- a) elaborar o plano de atividades a serem desenvolvidas pelo aluno;
- b) responsabilizar-se pelo cumprimento do cronograma de atividades;
- c) orientar o aluno nas distintas fases do trabalho a ser desenvolvido, no âmbito do respectivo projeto, incluindo a elaboração de relatórios parciais e finais, assim, como de instrumentos para apresentação em seminários, congressos e demais reuniões acadêmicas;
- d) nas publicações e trabalhos apresentados, indicar, nominalmente, os alunos participantes do projeto;
- e) manifestar-se sobre o rendimento do aluno por ele orientado, na hipótese de desligamento ou renovação da designação, conforme disposições desta Resolução;
- f) acompanhar as exposições dos relatórios técnicos parciais e finais dos alunos, por ocasião do Encontro Anual de Pesquisa.

Constituem-se como **Objetivos da Pesquisa:**

Em relação à Instituição:

- a) Contribuir para a sistematização e para a institucionalização da pesquisa no âmbito da Faculdade.
- b) Propiciar condições institucionais e de incentivo para o atendimento aos projetos de pesquisa;
- c) Tornar as ações institucionais mais proativas e competitivas na construção do saber;
- d) Possibilitar maior integração entre a graduação e a pós-graduação;
- e) Qualificar os melhores alunos com vistas à continuidade da respectiva formação acadêmica, especialmente, pelo encaminhamento deles para programas de pós-graduação.
- f) Encaminhar o bom trabalho a tentativa de aceite em congressos.

Em relação aos alunos:

- a) Despertar vocação científica e incentivar talentos potenciais, pela sua participação efetiva em projetos de pesquisa e investigação científica;
- b) Proporcionar o domínio da metodologia científica, assim como, estimular o desenvolvimento do pensamento científico e da criatividade;
- c) Despertar uma nova mentalidade em relação às atividades de pesquisa;
- d) Preparar o aluno participante da Iniciação Científica para o acesso à pós-graduação;
- e) Aumentar a produção acadêmica dos discentes vinculados ao Programa.

Aos docentes:

- a) Deverá estimular os alunos a serem pesquisadores e se engajarem no processo, assim otimizando a capacidade de orientação à pesquisa na Faculdade;
- b) Aumentar sua produção científica em conjunto com seus discentes;
- c) Melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem. A Pesquisa será permanentemente acompanhada, avaliada e orientada pela Diretoria Acadêmica, constituído por um professor responsável pelas atividades administrativo-acadêmicas do programa, com titulação de mestre e/ou doutor, e outros docentes orientadores ou coorientadores, designados pelo Coordenador do Curso.

1.9 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

Conforme Art. 9º da Resolução nº 1 de 2 de fevereiro de 2004, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é um componente curricular opcional da instituição que, se o adotar, poderá ser desenvolvido nas modalidades de monografia, projeto de iniciação científica ou projetos de atividades centrados em áreas teórico-práticas e de formação profissional relacionadas com o curso, na forma disposta em regulamento próprio.

O Projeto Pedagógico do Curso Superior de Gestão Hospitalar da Faculdade INESP optou por adotar o Trabalho de Conclusão de Curso, tornando-o obrigatório. Oferece-se ao discente a oportunidade de desenvolver experiências práticas no campo do saber acadêmico, a fim de melhor prepará-lo para o exercício da

profissão, aprimorando sua capacidade criativa e análise crítica. Desse modo, assim como o Estágio Supervisionado, o TCC tem suas normas discutidas, elaboradas e aprovadas pelo NDE.

Na Faculdade INESP o Trabalho de Conclusão de Curso deve ser desenvolvido pelo discente, com conteúdos aderentes à área de formação e acompanhados por um Docente.

A matriz curricular em apreço reafirma a necessidade de que Tecnólogo em Gestão de Empreendimentos de Saúde, da Faculdade INESP, seja apto à redação de textos decorrentes de atividades de extensão e reflexão submetidas à metodologia científica. Por isso, exige, para a obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão Hospitalar, a produção e defesa de artigo científico, nos termos de regulamento específico da Instituição. Ao incentivar a pesquisa e redação de um determinado tema, objetiva-se criar no aluno o hábito do estudo, fomentando-o a trilhar um caminho que o leve a dar continuidade ao aprendizado mediante a realização de uma Pós-Graduação *lato sensu* e, caso perceba em si a veia de pesquisador, podendo contribuir com a apresentação de trabalhos oriundos de uma Pós- Graduação *stricto-sensu*.

A graduação é vista como uma fase preparatória para que o aluno, sempre procurando manter-se atualizado e realizando pesquisas, chegue à Pós-Graduação. O trabalho será orientado por Docente do curso, com defesa perante banca examinadora, no último semestre letivo do curso (6 semestres). A organização básica da elaboração do TCC se dará de acordo com as seguintes diretrizes:

A) Disciplinas Curriculares: duas das disciplinas previstas na matriz curricular estão diretamente relacionadas com a tarefa de elaboração de artigos com 60 horas cada, representando 120 horas específicas para fins de orientação para a elaboração de TCC.

Metodologia da pesquisa (60h): oferece as noções iniciais relacionadas ao método científico e sua aplicação ao saber científico.

Orientação para Realização do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (60h): via Clarrrom, trata dos requisitos formais e materiais pertinentes ao trabalho específico.

A orientação teórica do trabalho será realizada por docente da Instituição, atendendo às seguintes orientações:

- I. encontro com o orientador para estabelecer a temática da pesquisa;
- II. apresentação de no mínimo referências bibliográficas presentes na Biblioteca Virtual Pearson;
- III. apresentação e orientações da estrutura do pré-projeto;
- IV. apresentação do pré-projeto;
- V. refacção, se necessário, do pré-projeto.
- VI. Início da montagem do TCC;
- VII. título e resumo;
- VIII. introdução;
- IX. revisão da literatura;
- X. considerações.

A apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) será por meio de banner, solicitada pelo professor-orientador ao coordenador, e será composta, além do orientador, por um outro professor, sendo ao menos um da Instituição, com a titulação mínima de Mestre, a exposição dos banners será na quadra da Faculdade ou Auditório.

O(a) estudante depositará, antecipadamente, no prazo regimental ou, acessoriamente, no prazo estabelecido pela coordenação a monografia em cópia digital. Após as devidas correções, deverá ser depositada, no máximo em trinta (30) dias, versão final, aprovada e revisada pelo orientador, também em modo digital.

Os trabalhos aprovados com nota máxima (dez) serão disponibilizados para acesso no *site* da IES e os melhores serão publicados na REVISTA INESP. Para a aprovação o acadêmico deverá alcançar a nota mínima de sete (7,0).

1.10- Apoio Discente

1.10.1- Núcleo de Apoio ao Discente e Docente

O Núcleo é constituído por um coordenador, designado pelo Diretor Geral da Faculdade. Por meio do Núcleo de Apoio ao Discente e Docente (NADD), a Faculdade INESP dispõe de Ouvidoria, de atendimento extraclasse, de apoio psicopedagógico ao discente e de atividades de nivelamento, em programa sistemático, para atender, mediar e solucionar situações que possam surgir no decorrer da vida acadêmica do corpo discente de todos os seus cursos de graduação.

Há o acompanhamento psicopedagógico e subsídios para melhoria do desempenho de alunos que apresentam dificuldades. O Núcleo contribui para o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem em geral, recuperando as motivações, promovendo a integridade psicológica dos alunos, realizando a orientação e os serviços de aconselhamento e assegurando sua adaptação, especialmente, dos ingressantes.

O NADD atende aos discentes com necessidades especiais (deficiências), subsidiando sua integração no processo de atividades da instituição.

1.10.2 Formas de Acesso

O ingresso na Faculdade INESP é disciplinado pela Constituição Federal, pelos Pareceres CNE/CP no 95/98 e, sobretudo, pelo que determina o Art. 44 da LDB, em seu inciso II: “Art. 44º. A educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas: [...] II - de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo”; dessa forma os alunos podem ingressar no Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos, por meio de quatro formas distintas:

1.10.2.1 Processo Seletivo

Visando a selecionar candidatos, semestralmente, a Faculdade INESP oferece Processo Seletivo, cujas questões buscam mensurar no(a) candidato(a) o seu domínio das competências e habilidades, tais como aquelas definidas e avaliadas pelo Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM).

As condições para submissão aos exames de seleção são que os(as) candidatos(as) tenham concluído o Ensino Médio ou equivalente, ou que estejam em processo de conclusão até o início das atividades letivas. Após os exames formais de seleção, caso haja vaga, o(a) candidato(a) pode agendar e se submeter a um exame simplificado, que busca avaliar uma produção textual argumentativa. Uma vez aprovado(a) no exame simplificado, o(a) candidato(a) poderá ter acesso ao curso.

1.10.2.2 Transferência Externa

A transferência externa é indicada para estudantes regularmente matriculados ou com matrícula trancada em outra IES, cujo curso seja devidamente autorizado ou reconhecido pelo MEC. Esses estudantes podem solicitar Transferência Externa, em um processo que está condicionado à existência de vagas no curso pretendido. Caso o número de candidatos(as) seja superior ao número de vagas, o(a) candidato(a) será submetido(a) a um processo seletivo específico.

1.10.2.3 Reaproveitamento de Curso/ Aproveitamento de Experiências Escolares Anteriores

O reaproveitamento de curso/ aproveitamento de experiências escolares anteriores é uma forma de ingresso em que o(a) candidato(a) portador(a) de diploma de nível superior, devidamente reconhecido, solicita isenção do processo seletivo, e aproveitamento das disciplinas cursadas anteriormente para ocupar uma vaga nos cursos da Faculdade INESP. Esse processo está condicionado à existência de vaga no curso pretendido. Caso o número de vagas seja inferior ao número de candidatos(as) será realizado um processo seletivo específico..

1.10.2.4 ENEM

Considerando que o Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) avalia competências e habilidades inerentes a esse nível de ensino, o candidato pode optar por ingressar na Instituição, utilizando suas notas obtidas nesse exame, de acordo com os critérios estabelecidos pelo MEC.

1.10.2.5 Formado em Curso Técnico

O formado em curso técnico é uma forma de ingresso em que o portador do diploma de curso técnico devidamente reconhecido solicita a entrada na IES, para ser realizado o aproveitamento das disciplinas que o aluno cursou e foi aprovado no curso técnico que sejam de áreas afins, e seja possível realizar o

aproveitamento, podendo desta forma fazer o aproveitamento da experiência escolar anterior. Esta forma de aproveitamento é amparada na Lei 14.645/2023 que altera o Artigo 39 parágrafo 4 da LDB que permite que as IES façam o aproveitamento das disciplinas cursadas no Curso Técnico.

1.10.3 Programas De Nivelamento

Faculdade INESP desenvolve o *Programa de Nivelamento de Estudos*, ofertado aos alunos matriculados nos semestres iniciais dos cursos de graduação, em horários diversos às aulas e atividades práticas de componentes curriculares.

Cada curso de graduação deve avaliar os estudantes a partir da matrícula inicial e desenvolver mecanismos de nivelamento de estudos, especialmente, quanto à competência e habilidades para a interpretação, análise e produção de textos, em Língua Portuguesa. Outras disciplinas serão objeto de nivelamento para cursos específicos, como Matemática para os cursos da área de administração. Poderão ser ofertados, ainda, cursos de informática para os programas mais usados, como o editor de texto, planilhas, *powerpoint* e acesso e uso dos recursos da *internet*.

1.10.3.1 Objetivos

1.10.3.2 Objetivos Geral

Oportunizar aos participantes uma retomada dos objetos de conhecimento de Língua Portuguesa e Matemática, proporcionando, por meio de orientações e atividades presenciais e/ou on-line, a apropriação de conhecimentos inerentes ao ensino básico com intuito de sanar deficiências quanto ao uso da linguagem, adequando-a conforme o contexto de produção e recepção.

- Sanar possíveis dificuldades com relação ao domínio da língua pátria apresentadas pelo(a) estudante que ingressa no INESP, considerando as deficiências acumuladas desde os ensinos fundamental e médio, fortalecendo o domínio de Língua Portuguesa para garantir o exercício pleno da cidadania.

1.10.3.3 Objetivos Específicos

- Apresentar linguagem como forma de ação e interação social; apresentar o texto como objeto de comunicação;
- Ler e produzir gêneros discursivos diversificados;
- Estimular os(as) estudantes a reconhecer a importância de se revisar os objetos de conhecimento estudados no ensino médio de forma a adquirir mais condições para ter um maior aproveitamento das disciplinas do ensino superior.
- Possibilitar que os(as) estudantes percebam que a revisão dos objetos de conhecimento os(as) levará a uma série de posturas lógicas que constituem a via mais adequada para auxiliar na sua formação.

- Retomar os objetos de conhecimento considerados imprescindíveis para o entendimento e acompanhamento dos componentes curriculares dos diversos cursos da instituição de ensino.

1.10.4 Justificativa

O INESP prevê, em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), bem como nos diversos projetos pedagógicos de curso, ações e políticas amplas para formação profissional dos estudantes; possibilidade da continuidade dessa formação durante a realização do próprio curso; promoção da continuidade do aperfeiçoamento após o término do curso. Frente às fraquezas que se encontra em relação à leitura e expressão oral e escrita, sobretudo, as acadêmicas, faz-se necessário discutir sobre a questão do letramento acadêmico, tentando diminuir essas dificuldades - trazidas dos níveis de ensinamentos anteriores – que se torna um dos maiores obstáculos do processo ensino e aprendizagem.

A ineficiência na formação de estudantes no ensino básico determina queixas dos docentes do ensino superior quanto ao baixo desempenho, sobretudo, no início da vida acadêmica, porquanto apresentam falhas básicas no raciocínio matemático e não conseguem ler e organizar as ideias por escrito e oral, cometem erros gramaticais e ortográficos necessários, por exemplo, para a produções acadêmicas.

O presente projeto é de suma importância, pois possui como eixo central o contato direto com essa realidade e institui, para estudantes-INESP, o programa de nivelamento, que pode ser definido como um procedimento de apoio ao estudo e uma atividade pedagógica de fundamental importância para a sua formação, como estudante universitário.

O projeto de nivelamento nos componentes curriculares Língua Portuguesa e Matemática será oferecido prioritariamente, aos discentes calouros de todos os cursos; entretanto poderá ser cursado alunos de outras instituições e membros da comunidade. Serão oferecidas atividades acompanhadas pelos professores pelo aplicativo *Classroom* cuja frequência será opcional para os acadêmicos, porém estudante-participantes do projeto receberão um certificado de extensão 60 horas ao obter a nota 7,0. Exigirá o envolvimento do corpo docente, para que esses discentes com desempenho inferior à média de cada turma, possam receber o apoio necessário ao prosseguimento dos estudos.

A participação das atividades de nivelamento também será registrada por meio de listas de presença assinadas pelos alunos, em que os acadêmicos do primeiro período serão orientados a participar do curso de nivelamento.

A tabela a seguir intenciona fazer o controle da assiduidade dos alunos nas atividades de nivelamento.

Data	Horário	Curso e Responsável

1.10.5 Programa de nivelamento em Língua Portuguesa

Objetivos: Desenvolver aspectos referentes à interação oral, escrita e multimodais, envolvendo práticas de linguagem (leitura, oralidade, escuta, análise linguística/semiótica e produção de textos de gêneros discursivos de esferas discursivos, como, jornalística, literária, publicitária, dentre outras) por meio de embasamento teórico-prático.

Ênfase nos seguintes objetos de conhecimento: práticas de linguagem (leitura, oralidade, escuta, análise linguística/semiótica e produção de textos. Variação linguística. Coerência e coesão textual. Concordância nominal e verbal. Ortografia. Acentuação e crase. Pontuação.

1.10.6 Programa de nivelamento em Matemática

Objetivos: Propiciar aos alunos a manutenção de conceitos matemáticos elementares. Compreender as diferentes representações dos números racionais, sobretudo a decimal e suas operações. Resolver problemas envolvendo regra de três e casos de razões

e proporções. Compreender o conceito e as técnicas de resoluções de equações de grau 1 e 2.

Ênfase nos seguintes objetos de conhecimento: Letramento Matemático e Leitura de livros literatura matemática; Frações, Regras de três, Raízes, Razões e proporções, equações do 1.º e 2.º grau, inequações do 1.º e 2.º grau. Raciocínio Lógico.

1.10.7 Monitoria

Os alunos da Faculdade INESP podem participar do Programa de Monitoria destinado a propiciar aos alunos interessados a oportunidade de desenvolver suas habilidades para a carreira docente, nas funções de ensino e extensão.

Os monitores auxiliarão o corpo docente na execução de tarefas didático-científicas, inclusive na preparação de aulas, de trabalhos didáticos e atendimento a alunos, de atividades de iniciação científica e extensão, e de trabalhos práticos e experimentais.

Os monitores poderão auxiliar o corpo discente, sob a supervisão docente, na orientação em trabalhos de laboratório, na pesquisa na biblioteca, no campo e na realização de outras atividades compatíveis com seu grau de conhecimento e experiência.

A Faculdade INESP admitirá, sem vínculo empregatício, alunos dos cursos de graduação nas funções de Monitor, tendo como finalidade também a formação de futuros professores e pesquisadores.

São objetivos da monitoria:

- a) Subsidiar profissionalmente o aluno que apresente rendimento escolar geral satisfatório e manifeste interesse pela docência.
- b) Assegurar oportunidade de cooperação do corpo discente com o corpo docente, nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.
- c) Oferecer ao aluno que manifeste potencialidade para a docência e/ou investigação científica, a oportunidade de se desenvolver e se aperfeiçoar, consolidando seu progresso científico.

As atividades de Monitoria obedecerão a um plano de trabalho elaborado conjuntamente com o professor da disciplina e o monitor.

A seleção será realizada pelo professor da disciplina objeto de seleção, orientado por edital que indicará o programa específico de acordo com as peculiaridades da disciplina.

1.10.8 Organização Estudantil

Os alunos regulares dos cursos de graduação se organizam por meio do Conselho de Representantes de classe, conforme normas da Faculdade.

O Conselho de Representantes tem representação nos órgãos superiores da Faculdade, na forma regimental.

1.11 Ouvidoria

A Ouvidoria é um canal de comunicação entre as comunidades interna e externa e a Instituição, disponibilizado para atender, registrar e responder as demandas dos solicitantes, referentes aos serviços prestados pela IES, e que incluem sugestões, críticas, elogios, denúncias ou reclamações, que são contabilizados com vistas a produzir subsídios para as ações de aprimoramento permanente da Instituição.

Cabe à Ouvidoria garantir o acesso direto a todos(as) os membros da comunidade interna e externa para as seguintes categorias de serviços:

I. reclamações fundamentadas;

II. sugestões para mudanças de processos acadêmico-administrativos;

III. denúncias de natureza acadêmico-administrativa; e

III. agradecimentos e elogios pelos serviços prestados pelos órgãos/setores da Instituição.

Nesse contexto, a Ouvidoria terá, prioritariamente, atendimento eletrônico, com o objetivo de agilizar o processo de comunicação, sendo o seu endereço eletrônico ser amplamente divulgado na IES. A Ouvidoria terá até três dias úteis para responder aos contatos recebidos pelo canal eletrônico e qualquer prazo que exceda a esse limite deverá ser comunicado ao solicitante.

Para garantir a melhoria e qualidade dos serviços prestados na Instituição, a Ouvidoria deverá expedir relatórios semestrais, com informação de quantidade e tipo de reclamações, denúncias, elogios, críticas ou sugestões, para integrar o relatório anual da CPA e o Plano de Ação decorrente do processo de Avaliação Institucional.

1.11.1 Regulamento da Ouvidoria da Faculdade INESP

Capítulo I: Das Disposições Gerais

Art. 1º O presente Regulamento institui as atribuições e o funcionamento da Ouvidoria no âmbito da Faculdade INESP – Instituto de Ensino Superior e Pesquisa.

Art. 2º A Ouvidoria da Faculdade INESP é um canal de comunicação entre a comunidade, acadêmica ou externa, e as instâncias administrativas e acadêmicas do INESP, visando melhorar a qualidade dos serviços da Instituição.

Art. 3º A Ouvidoria é um órgão de assessoramento do Coordenador e do Diretor, estando subordinada diretamente a Coordenação e ao Conselho Diretor

Capítulo II: Dos Objetivos da Ouvidoria

Art. 4º São objetivos da Ouvidoria da Faculdade INESP:

I) Assegurar a participação da comunidade na Instituição, para promover a melhoria das atividades desenvolvidas; e

II) Reunir informações sobre diversos aspectos da Faculdade INESP, com o fim de subsidiar o planejamento institucional.

Capítulo III: Das Atribuições Da Ouvidoria

Art. 5º A Ouvidoria da Faculdade INESP tem as seguintes atribuições:

I) Receber demandas, reclamações, sugestões, consultas ou elogios, provenientes tanto de pessoas da comunidade acadêmica quanto da comunidade externa;

II) Selecionar e encaminhar às unidades envolvidas as solicitações para que possam:

- no caso de reclamações: explicar o fato, corrigi-lo ou não reconhecê-lo como verdadeiro;
- no caso de sugestões: adotá-las, estudá-las ou justificar a impossibilidade de sua adoção;
- no caso de consultas: responder às questões dos solicitantes;
- no caso de elogios: conhecer os aspectos positivos e admirados do trabalho;

- contatar os solicitantes, no prazo máximo de 5 dias , contados do recebimento da reclamação;
- registrar as soluções oferecidas aos usuários.

planejar ações que venham abrandar ou eliminar os focos de insatisfação dos estudantes.

Capítulo IV: Do Cargo de Ouvidor

Art. 7º O cargo de Ouvidor será exercido por representante do corpo técnico administrativa da Instituição.

Art. 8º O Ouvidor da Faculdade INESP agirá de acordo com as seguintes prerrogativas:

- I) Facilitar e simplificar ao máximo o acesso do usuário ao serviço da Ouvidoria;
- II) Atuar na prevenção de conflitos;
- III) Atuar com agilidade e precisão;
- IV) Exercer suas atividades com independência e autonomia, buscando a desburocratização;
- V) Atender às pessoas com cortesia e respeito, evitando qualquer discriminação ou pré-julgamento;
- VI) Agir com integridade, transparência e imparcialidade;
- VII) Resguardar o sigilo das informações; e

Capítulo V: Do Atendimento

Art. 10. Na Ouvidoria, as pessoas são atendidas pelo site ou e-mail institucional.

Capítulo VI: Dos Usuários

Art. 11. A Ouvidoria pode ser utilizada;

- I) Por estudantes da Faculdade INESP;
- II) Por funcionários técnico-administrativos da Faculdade INESP;
- III) Por funcionários docentes da Faculdade INESP;
- IV) Por pessoas da comunidade local e regional; e
- V) Por pessoas de outras comunidades.

Parágrafo único. A Ouvidoria garantirá o sigilo sobre o nome e os dados pessoais dos usuários, quando solicitado.

Capítulo XII: Das Instâncias

I – Todas as solicitações da ouvidoria são repassadas a coordenação pelo ouvidor, e o coordenador toma as providências necessárias, sendo a última instância o Conselho Diretor – CONDIR

1.12 Gestão do Curso e os Processos de Avaliação Interna e Externa

1.12.1 Avaliação Interna - CPA

As ações acadêmico-administrativas, em decorrência das autoavaliações e das avaliações externas, no âmbito do curso, compõem o planejamento estratégico da instituição.

Nesse contexto, os resultados da autoavaliação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos procurarão identificar os aspectos que dificultam e/ou facilitam a ação acadêmica do curso, assim como sugerirão estratégias de intervenção para corrigir rumos, consolidar e alcançar efetivamente maior na qualidade do processo de ensino-aprendizagem.

Esses aspectos são relevantes, mas o importante é a clareza do que deve ser feito com os resultados levantados e as informações colhidas. O importante é saber de que modo o processo de autoavaliação institucional e as avaliações externas podem ser um efetivo e eficiente instrumento de melhoria contínua de todos os processos acadêmicos e de gestão do curso.

A Comissão Própria de Avaliação trabalha de forma colaborativa em duas frentes, a saber: com os coordenadores e docentes de curso e com os gestores institucionais. São elaborados os Planos de Ação para os cursos e para a gestão administrativa. Esses planos são construídos utilizando planejamento estratégico com a participação dos coordenadores.

Nessa perspectiva, compreende-se que a finalidade última da avaliação não se esgota no âmbito da instituição, mas pode se constituir em uma estratégia para construir uma ponte efetiva entre esta e a realidade social, uma ponte que concretize o compromisso com a reconstrução do espaço social pelo cumprimento de sua missão institucional.

A avaliação é um momento de auto educação: um pensar a própria instituição, sobre o que se tem feito ou deixado de fazer. É um perguntar-se constante e consciente. É um pensamento livre, porém crítico. É um acompanhamento do processo de construção. É uma comparação entre o que se pretendeu e os resultados obtidos. É a atribuição de um juízo de valor. A avaliação é o processo que a instituição empreende na direção da autorreflexão sobre suas finalidades, seus processos e seus resultados.

A avaliação é o caminho, a estratégia e o horizonte para averiguar, conservar e aprimorar a qualidade do projeto de ação pedagógica da instituição.

Como se percebe, nesse modelo, a comunidade interna se apropria dos resultados da avaliação e deles se vale para o aprimoramento da proposta educacional que juntos constroem e refazem solidariamente.

Nesse sentido, a instituição busca a melhoria contínua dos seus cursos, assumindo assim, a busca pela melhoria da qualidade de ensino como um processo multivariado, complexo e dinâmico, envolvendo toda a organização.

Para vencer a cultura de "apagar incêndios", a organização está buscando desenvolver uma cultura interna que promova a aprendizagem por meio de ações que visem à melhoria contínua dos processos.

A tabela a seguir mostra os membros da CPA e seus respectivos cargos

NOME	CARGO NA CPA
Adriana Ap. Henrique de Campos	Presidente
Yassuo Kono	Representante do Corpo Docente
Thaís Falasca de Souza	Representante do Corpo Discente

Ana Júlia Martins Lima	Representante do Corpo Discente
Júlia Lessa	Representante do Corpo Discente
Karina Batista Cardoso	Rep. do Corpo Técnico-Administrativo
Lucilene Martins Lima	Representante da Comunidade

1.12.2 Plano de Ação e Sensibilização para autoavaliação da INESP

A avaliação institucional interna (autoavaliação) está inserida no contexto do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) que, instituído pela Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, tem entre suas finalidades a melhoria da qualidade da educação superior e a expansão da sua oferta.

De acordo com o disposto no inciso VIII do Art. 3º, da Lei do Sinaes, o “planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional” devem ser considerados nas ações de avaliação e de desenvolvimento institucional. Ainda no Art. 3º, § 2º, define-se que “para a avaliação das instituições, serão utilizados procedimentos e instrumentos diversificados, dentre os quais a auto-avaliação e a avaliação externa in loco”.
2 A autoavaliação, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da IES, deve ser vista como um processo de autoconhecimento conduzido pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), mas que envolve todos os atores que atuam na instituição, a fim de analisar as atividades acadêmicas desenvolvidas. É um processo de indução de qualidade da instituição, que deve aproveitar os resultados das avaliações externas e as informações coletadas e organizadas a partir do PDI, transformando-os em conhecimento e possibilitando sua apropriação pelos atores envolvidos.

Afinal, as ações de melhoria a serem implementadas pela instituição dependem de sua própria compreensão, de seu autoconhecimento. O processo de autoavaliação da IES deverá ser consolidado no Relatório de Autoavaliação Institucional, que tem por finalidades fomentar a cultura de avaliação institucional e subsidiar os processos de avaliação externa. Para colaborar com as IES nesse processo, a Diretoria de Avaliação da Educação Superior (DAES), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), autarquia do Ministério da Educação (MEC), com a orientação da Comissão Nacional de

Avaliação da Educação Superior (CONAES) sugere, a seguir, o roteiro para a elaboração do Relatório de Autoavaliação Institucional.

Tal proposta baseia-se no Instrumento de Avaliação Institucional Externa (Publicado no DOU em 4 de fevereiro de 2014, Portaria N° 92, de 31 de janeiro de 2014), nos estudos dos relatórios de autoavaliação postados no Sistema e-MEC (2011 a 2013) e nos Seminários Regionais sobre Autoavaliação Institucional e Comissões Próprias de Avaliação (CPA) – 2013.

Os instrumentos de avaliação para os segmentos/setores/serviços passam por análise e, se necessário, implementações. Para criação ou reestruturação do instrumento de avaliação são usados como indicadores:

- Legislação nacional, do SINAES/MEC, entre outras;
- Desempenho dos cursos no ENADE;
- Resultados da Autoavaliação Institucional dos cursos;
- Relatório da Pesquisa de egressos no campo profissional;
- Documentos oficiais da instituição e dos cursos/setores;
- Relatório de avaliação do INEP e/ou Conselho do curso;

Serão realizadas ações com estratégias de sensibilização, junto à comunidade acadêmica, objetivando garantir o maior número de participação nos processos da autoavaliação institucional. Tais ações serão desenvolvidas pela CPA, juntamente com a gestão acadêmica, administrativa e de curso, através de atos de sensibilização e apresentação de resultados e ações dos processos avaliativos, entre outros, em todas as fases da execução da Autoavaliação, levando em consideração ser um processo político institucional.

O Plano de Ação para a Autoavaliação Institucional será apresentado em reunião com gestores, coordenadores e professores. Também será apresentado em reunião para representação discente de sala de aula/curso. Este Plano de Ação ficará disponibilizado no site da INESP - CPA.

No final do primeiro semestre, será elaborado um relatório parcial para a apreciação da gestão acadêmica para devidas providências, com sugestões e orientação necessárias por parte da CPA, tudo em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), e ao final do ano letivo será apresentado o relatório final com base na sugestão de roteiro para

relatório da Nota Técnica INEP/DAES/CONAES Nr. 065, com todos os dados e análises coletados durante todo o processo da Autoavaliação.

A Comissão Própria de Avaliação coloca seu endereço eletrônico a disposição para sugestões, considerações, dúvidas entre outras situações que necessite de informação através do e-mail: cpa@inesp.edu.br ou na sala da CPA - sede, telefone (12) 3959.2151.

1.12.3 Avaliação Externa

Os resultados da autoavaliação do Curso de Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos procuram identificar os aspectos que dificultam e/ou facilitam a ação acadêmica do curso, assim como sugerem estratégias de intervenção para corrigir rumos, consolidar sua ação pedagógica e alcançar efetivamente maior qualidade no ensino-aprendizagem.

As ações acadêmico-administrativas, resultantes das avaliações externas - avaliação de Curso, ENADE, no âmbito do curso, resultam da análise do relatório do ENADE emitido pelo MEC. São realizadas reuniões com os docentes a fim de discutir o desempenho dos acadêmicos em cada questão de conhecimento geral e específica da prova. Os resultados do questionário socioeconômico considerando as questões gerais são analisadas e ações empreendidas em busca de melhorias. Não se trata apenas de levantar dados, elaborar questionários, aplicá-los, analisá-los, utilizando técnicas sofisticadas, produzir relatórios, publicá-los, considerando os diversos ângulos da vida acadêmica, esses aspectos são relevantes, mas o importante é ter clareza do que deve ser feito com os resultados levantados, com todos esses dados e informações colhidas.

São observadas, em muitas instituições, atividades denominadas de "combate a incêndios", que visam o restabelecimento do desempenho ao nível crônico anterior, caracterizando apenas um caráter de controle de processo em um nível reativo. Contudo, as atividades de melhoramento não se restringem apenas ao controle do processo, muito pelo contrário, são ações que visam à criação organizada de mudanças benéficas; a obtenção de níveis inéditos de desempenho. Para vencer a cultura de "apagar incêndios", a organização deve desenvolver uma cultura interna que promova a aprendizagem por meio de ações que visem à melhoria contínua dos processos. Assim, busca-se um nível proativo de ações e com objetivo claro pela busca da excelência de ensino.

1.13 Atividades de Tutoria

Não se Aplica – N.S.A

1.14 Conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias às atividades de tutoria.

Não se Aplica – N.S.A

1.15 Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo ensino aprendizagem.

As tecnologias da informação e comunicação podem ser definidas como um conjunto de recursos tecnológicos, utilizados de forma integrada, com um objetivo comum e a sua utilização na educação presencial vem potencializando os processos de ensino – aprendizagem, além de possibilitar o maior desenvolvimento – aprendizagem – comunicação entre os envolvidos no processo.

Nessa direção, os alunos do curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos da INESP têm a oportunidade desde o primeiro período, de vivenciarem a utilização de ferramentas tecnológicas de Informação e Comunicação, no processo de ensino e aprendizagem, desenvolvendo de modo interativo sua autonomia nos estudos acadêmicos. Além disso, é disponibilizado para os professores e estudantes o Sistema Acadêmico Matheus que oferece ferramentas aos docentes e discentes, tais como, postagem de avisos, material didático, fórum, chat das disciplinas do curso, propiciando maior comunicação e, conseqüentemente, melhoria do processo de aprendizagem.

Outra funcionalidade do Sistema Acadêmico Matheus da Faculdade INESP é a possibilidade do aluno acompanhar as notas e frequências de modo a imprimir transparência das ações acadêmicas e pedagógicas no curso. Ainda há ferramentas que o aluno e professores possuem é o acesso à biblioteca virtual (Pearson), podendo realizar pesquisa em livros ou periódicos acerca de assuntos sobre sua área de formação e/ou de interesse diversos. Além disso, são constantemente utilizadas ferramentas como Datashow e outras mídias a exemplo de aulas nos laboratórios de informática.

A INESP disponibiliza ainda dentro do Sistema Acadêmico ao discente o acesso para inserção de processos de petições de documentos, solicitação de revisão de notas, justificativas de faltas entre outros serviços, com acompanhamento online de todos os

pareceres. Desse modo, as várias formas de atualização do conhecimento são oportunizadas aos alunos do curso por meio da tecnologia da informação e comunicação, oportunizando a atualização e a atuação no mercado de trabalho.

Consolidando uma eficiente integração acadêmica, a Faculdade adotou o “*Google Apps for Education*”. Trata-se de um pacote de ferramentas de produtividade para colaboração em sala de aula, extensivo a todos os(as) estudantes, professores e colaboradores da Faculdade INESP. O *Google apps for education* possui suporte 24 horas (sem anúncios) e o usuário é o único proprietário de seus dados. A ferramenta permite criação, compartilhamento e armazenamento em *drives* virtuais (nuvem). Possui também aplicabilidade em qualquer dispositivo, seja computador, *tablet* ou *smartphone* em qualquer lugar a qualquer hora. As ferramentas do *Google apps for education* podem ser usadas simultaneamente por toda a Faculdade e é composta de:

Google sala de aula;

E-mail pessoal - @inesp.edu.br;

Google drive;

Agenda compartilhada;

Documentos compartilhados (*Google docs*);

Planilhas compartilhadas (*Google planilhas*);

Apresentações do *Google*;

Sites Google.

Considerando a proximidade e a facilidade que nossos estudantes apresentam em manusear e se comunicar por meio de *smartphones*, entendemos esse recurso como um importante instrumento de acesso à informação e, porque não dizer, acesso à educação. Assim, o *Google Education* possibilita acesso via celular, por meio de Aplicativo (App) em que o(a) estudante pode acessar diretamente sua sala virtual a partir da área de trabalho de seu celular. Essa disponibilização de conteúdos facilita o contato com a informação e a localização das informações compartilhadas entre professor, aluno e colegas de turma.

O(a) estudante da Faculdade INESP consegue acesso a Biblioteca Virtual, por meio de aplicativo específico para *smartphones* e *tablets*. Após o download do aplicativo (gratuito), o

aplicativo traz a possibilidade de acesso a muitos livros, inclusive todos os livros descritos nas Referências Básicas e Complementares de cada disciplina. O(a) estudante conta ainda com recurso em podem selecionar livros que ficarão disponíveis para acesso mesmo quando estiver sem conexão de internet (*off-line*).

O processo de avaliação no curso ocorre na dimensão do ensino-aprendizado tanto no que se refere à avaliação do aluno (aprendizado), quanto no que se refere à avaliação da disciplina (ensino). Embora ensino e aprendizado sejam processos intimamente ligados, pode-se dizer que o sucesso de um depende do outro. A sistemática de avaliação é descrita separadamente para cada um deles, nas subseções a seguir, apenas para clareza de exposição. A avaliação da Faculdade INESP é regida por meio do seu Regimento e contemplado no Projeto Pedagógico do Curso, que orienta os processos de ensino-aprendizagem no que se refere aos instrumentos utilizados na avaliação do aluno. Os princípios que regem a Sistemática de Avaliação baseiam-se na utilização de instrumentos diversificados que permitam o acompanhamento, implicando a necessidade da utilização de mais de um instrumento avaliativo e a observação das diferenças individuais.

A sistemática de avaliação varia de disciplina para disciplina dadas suas peculiaridades e as preferências do próprio professor-avaliador. Embora a maioria das avaliações seja feita predominantemente por meio de provas escritas, muitas disciplinas utilizam as provas em combinação com outras formas de avaliação, tais como a elaboração de trabalhos práticos (individuais ou em grupo), apresentação de seminários (individuais ou em grupo), resolução de lista de exercícios, etc.

A metodologia utilizada pelos docentes do curso deve articular métodos ativos de ensino e uma prática de avaliação que possibilite o diagnóstico de dificuldades e limitações a serem superadas, considerando as competências a serem constituídas e identificando as mudanças de percurso eventualmente necessárias. As aulas serão desenvolvidas através da combinação de várias metodologias que buscam integrar a teoria com a prática a partir da apresentação e discussão.

Para tanto, os docentes podem dispor de: aulas expositivas e dialogadas, trabalhos em grupos e preparação de seminários, provas dissertativas e objetivas, trabalhos de pesquisa, debates, identificação e análise de situações complexas e/ou problemas, propostas de intervenção, atividades práticas, análise crítica sobre aspectos estudados, discutidos e/ou observados, participação em atividades de simulação, estudos de casos, habilidades, atitudes e

valores necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho e pelo desenvolvimento tecnológico.

O procedimento de avaliação compreende o uso de técnicas e instrumentos de avaliação necessários para verificar a aquisição das competências pertinentes a cada disciplina.

São critérios para aprovação definidos no Regimento da Instituição:

A avaliação do rendimento acadêmico é feita por disciplina, incidindo sobre a frequência e ao aproveitamento;

As atividades escolares, em número mínimo de 2 (duas) por bimestre, constam de trabalhos, avaliação, pesquisa, seminários e outros previstos no plano de ensino;

Ao aluno que usar de meios fraudulentos durante as verificações, será atribuída a nota 0 (zero);

A frequência mínima para aprovação é de 75% (setenta e cinco por cento) às aulas e às demais atividades escolares;

As notas e o controle da frequência são divulgados para os alunos, no Portal do Aluno, no Sistema Acadêmico Matheus

Fica isento de prova de exame final, o aluno que obtiver média superior ou igual a 7,0 (sete);

O aluno que obtiver média inferior a 7,0 (sete), fica obrigado a prestar a prova de exame final;

A média de aproveitamento inferior a 2,0 (dois) e/ou número de faltas superior a 25% da frequência total o aluno estará automaticamente reprovado

1.16 Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)

Não se Aplica – N.S.A

1.17 Material Didático

Não se Aplica – N.S.A

1.18 Procedimentos de Acompanhamento e de Avaliação dos Processos de Ensino e Aprendizagem

A avaliação da aprendizagem tem como princípio o desenvolvimento de competências, da capacidade de construir conhecimentos técnicos, tecnológicos e gerenciais, a partir das necessidades observadas na prática social e profissional.

Utilizando-se de critérios claramente explicitados, são avaliados os conhecimentos e o modo como os alunos fazem uso deles. Isso permite, quando necessário, uma reorientação no processo de formação dos alunos, com atividades de apoio, de forma a permitir o suprimento de suas dificuldades.

Compreende-se a avaliação como uma atividade que fornece informações e questões para que se possa refletir sobre o melhor caminho a ser construído durante a formação do profissional. A avaliação é vista como um processo indispensável para o realinhamento das ações educativas.

Ela não ocupa um espaço único e específico, com o propósito de avaliar o que o aluno produziu, mas faz parte de um processo contínuo e permanente, permitindo avanços sem ferir as normas pré-estabelecidas institucionalmente, quanto ao momento e formas de registrar os resultados obtidos pelos alunos.

A INESP adota a abordagem da **avaliação formativa** e continuada que consiste em uma prática educativa contextualizada, flexível, interativa, presente ao longo do curso, de maneira contínua e dialógica. Nesse sentido, avalia-se o conteúdo e sua forma de exposição, profundidade, tratamento e desdobramento, a partir de indicadores relacionados à concepção das tarefas/atividades/simulações solicitadas ao aluno e à experiência na ação colaborativa, sempre tendo por norte a autonomia e a cooperação como princípios básicos da educação.

Para se estabelecer um diagnóstico acerca da formação do discente, serão observados os trabalhos a serem desenvolvidos na sala de aula, envolvendo atividades, leituras e exercícios sob a orientação do professor, que registram e acompanham as atividades realizadas pelos alunos, individualmente ou em grupo, a fim de melhor planejar suas ações e promover estratégias de intervenções pedagógicas diferentes.

1.18.1 Sistema de Elaboração de Avaliação

A INESP desenvolveu um sistema de avaliações P1 e P2 respectivamente. Cada professor elabora as avaliações P1 e P2, valendo até 7,0 pontos e encaminha previamente à coordenação do Curso. Após a apreciação e possíveis ajustes junto à coordenação, a avaliação é aplicada, conforme calendário de avaliação compartilhado aos alunos ao início do semestre.

Um outro componente do sistema de avaliação, que soma os três pontos restantes, é instrumento construído pelo professor da disciplina junto ao grupo de alunos. A coordenação media a construção desses instrumentos de avaliação de forma que se contemplem diversos aspectos os quais os estudantes podem ser observados. Desta forma-se, busca-se um olhar global e mais profundo para o conhecimento e possibilidades de intervenção pedagógica..

1.18.2 Normas Do Processo Avaliativo Do Desempenho Acadêmico

No que se refere aos procedimentos de avaliação do processo ensino-aprendizagem, as normas regimentais da INESP determinam que o aproveitamento escolar seja avaliado mediante verificações parciais, durante o período letivo, e eventual exame final, expressando-se, o resultado de cada avaliação, em notas de zero a dez, permitindo-se apenas uma casa decimal. É obrigatório que todas as avaliações em forma de prova sejam construídas no modelo ENADE, sejam questões objetivas ou discursivas, para as questões.

São atividades curriculares as preleções, pesquisas, exercícios, arguições, trabalhos práticos, seminários, excursões, estágios, provas escritas e orais previstos nos respectivos planos de ensino, aprovados pela coordenação de curso.

A IES aplica duas avaliações por semestre, sendo impreterivelmente realizadas na Semana de Prova, conforme o calendário acadêmico.

A avaliação da aprendizagem tem como princípio o desenvolvimento de competências, da capacidade de construir conhecimentos técnicos, tecnológicos e gerenciais, a partir das necessidades observadas na prática social e profissional.

Utilizando-se de critérios claramente explicitados, são avaliados os conhecimentos e o modo como os alunos fazem uso deles. Isso permite, quando necessário, uma reorientação no processo de formação dos alunos, com atividades de apoio, de forma a permitir o suprimento de suas dificuldades. Compreende-se a avaliação como uma atividade que fornece informações e questões para que se possa refletir sobre o melhor caminho a ser construído

durante a formação do profissional. A avaliação é vista como um processo indispensável para o realinhamento das ações educativas.

Ela não ocupa um espaço único e específico, com o propósito de avaliar o que o aluno produziu, mas faz parte de um processo contínuo e permanente, permitindo avanços sem ferir as normas pré-estabelecidas institucionalmente, quanto ao momento e formas de registrar os resultados obtidos pelos alunos.

A INESP adota a abordagem da **avaliação formativa** e continuada que consiste em uma prática educativa contextualizada, flexível, interativa, presente ao longo do curso, de maneira contínua e dialógica. Nesse sentido, avalia-se o conteúdo e sua forma de exposição, profundidade, tratamento e desdobramento, a partir de indicadores relacionados à concepção das tarefas, atividades, simulações solicitadas ao aluno e à experiência na ação colaborativa, sempre tendo por norte a autonomia e a cooperação como princípios básicos da educação. Para se estabelecer um diagnóstico acerca da formação do discente, serão observados os trabalhos a serem desenvolvidos na sala de aula virtual, envolvendo fóruns, atividades, leituras e exercícios sob a orientação do professor, que registram e acompanham as atividades realizadas pelos alunos, individualmente ou em grupo, a fim de melhor planejar suas ações e promover estratégias de intervenções pedagógicas diferentes.

O aluno que usar meios ilícitos ou não autorizados pelo professor não terá direito à realização da prova substitutiva referente à avaliação parcial. Pode ser concedida revisão de nota, por meio de requerimento, dirigido ao Diretor Acadêmico, no prazo de cinco dias úteis, após a divulgação oficial das notas pela Secretaria Acadêmica. O professor responsável pela disciplina pode mantê-la ou alterá-la, devendo, sempre, fundamentar sua decisão.

Não aceitando a decisão do professor, o aluno, desde que justifique, pode solicitar ao Diretor Acadêmico que submeta seu pedido de revisão à apreciação de outros professores do mesmo Curso e essa revisão de notas será realizada pela banca formada pelo Coordenador de Curso e dois professores. Havendo concordância em alterar a nota, esta decisão é a que prevalece; não havendo unanimidade, prevalece a nota atribuída pelo professor da disciplina que avaliou a prova, cabendo recurso, em instância final, ao Conselho de Curso.

1.18.3 Normas para Elaboração de Provas Modelo ENADE:

- Apresentar enunciado claro, direto e preciso.

-Utilizar textos que abordem temas atuais e adequados ao perfil do futuro profissional.

- Apresentar quadros, tabelas, figuras textos ou segmentos de texto desde que estejam referenciados de acordo com a ABNT.

Ao serem elaboradas, as questões de prova/ENADE devem evitar:

- Exigir memorização ou mera recordação de conceitos e fórmulas.
- Abordar aspectos regionais e muito específicos.
- Conter informações, exemplos e situações que possam caracterizar-se como viés político ou que tenham conotação pejorativa ou ainda de discriminação de qualquer natureza.

Questão de Interpretação: é formulada a partir de uma situação estímulo que compõe o enunciado. Esta situação compõe o problema e a partir desta, o estudante organiza as ideias, dados e informações para resolvê-la.

1.18.4 Regime Especial de Recuperação

O aluno, reprovado por não ter alcançado frequência ou a média mínima exigida, deve repetir a disciplina em Regime de Dependência ou poderá requerer o Regime Especial de Recuperação (RER).

O aluno reprovado na disciplina e, com frequência mínima de setenta e cinco por cento (75%) e nota não inferior a dois (2,0), poderá requerer o Regime Especial de Recuperação (RER).

O regime será concedido quando atendidas as seguintes condições:

- I – Desde que seja cursada no semestre subsequente;
- II - Uma única vez na mesma disciplina.

Os programas de atividades e de orientação bem como as formas de avaliação relativas ao Regime Especial de Recuperação (RER), deverão ser elaborados pelo professor responsável pela disciplina e encaminhados à Coordenadoria de Curso para manifestação.

O professor responsável deverá acompanhar o aluno no processo de RER, tanto nos casos de disciplinas teóricas quanto nas disciplinas práticas, orientando-o para as provas, trabalhos e/ou outros instrumentos de avaliação a que será submetido.

O aluno que, reprovado, não cursar a disciplina em Regime Especial de Recuperação (RER) e desde que obedecidas às normas aplicáveis, somente poderá repetir a disciplina em Regime de Dependência.

É promovido, ao período letivo seguinte, o aluno aprovado em todas as disciplinas do período cursado, admitindo-se, ainda, a promoção com dependência.

O aluno, promovido em Regime de Dependência, deve matricular-se em período posterior e nas disciplinas de que depende, observando-se a compatibilidade de horário e aplicando-se, a todas as disciplinas, as mesmas exigências de frequência e aproveitamento já estabelecidas.

1.18.5 Número de Vagas

Número de vagas: 200 (duzentos)

O número de vagas para o curso está fundamentado em estudos periódicos, quantitativos e qualitativos (Fontes para consulta: documentos do CRP, IPEA, MEC, INEP, Coordenadoria Regional de Educação (CRE), IDEB, PISA, IBGE, entre outras), e em pesquisas com a comunidade acadêmica, que comprovam sua adequação à dimensão do corpo docente e às condições de infraestrutura física e tecnológica para o ensino.

1.19 Integração com as redes públicas de ensino

Não se Aplica - N.S.A.

1.20 Integração do curso com o sistema local e regional de saúde (SUS)

Não se Aplica - N.S.A.

1.21 Atividades práticas de ensino para áreas da saúde

Não se Aplica - N.S.A.

1.22 Atividades práticas de ensino para licenciaturas

Não se Aplica - N.S.A.

Dimensão 2 – Corpo Docente

2.1 Perfil do Corpo Docente

Sendo o professor de Tecnólogo de Gestão Hospitalar , também um educador, ele tem diante de si uma sociedade cheia de desafios e desigualdades acentuadas. O trabalho do professor do CST de Gestão Hospitalar diante do contexto em que vive a sociedade mundial é desafiador, já que os problemas são extremamente complexos e o entendimento deles tem uma relação direta com as ciências da educação.

Que perfil deve ter um professor, de forma a auxiliar o aluno a constituir-se como cidadão, dando oportunidade para que ele conheça melhor as relações que se estabelecem no interior das organizações e da sociedade?

Com estas reflexões e, ainda outras pertinentes ao ensino, o Curso de Recursos Humanos, estabelece um perfil desejado para o professor da graduação ao entender que o conhecimento produzido na Faculdade, fundamentado em pesquisa de campo, de laboratório, levantamento bibliográfico e, dominado pelo professor, deve ser o instrumental teórico a ser elaborado e recriado, para se transformar em saber escolar, ou seja, um saber a ser trabalhado pelo egresso do curso.

Nesse perfil traçado pelo curso, há uma relação direta entre o professor e os novos paradigmas da Educação. Isso se registra da seguinte forma:

- A aprendizagem é considerada como processo;
- É dada prioridade a autoimagem como geradora de desempenho;
- Valorização da igualdade no relacionamento, entre os sujeitos do processo educativo;
- A relação é entre pessoas e não em funções;
- A autonomia é encorajada;
- A experiência interior e os sentimentos são encarados como fatores importantes para potencializar a aprendizagem;
- Enfatiza-se a busca do todo, complementando teoria com prática;
- A aprendizagem vista como processo para a vida toda;

- A interdisciplinaridade é fundamental para o processo de aprendizagem;

- O professor também é um aprendiz;
- Há preocupação com o ambiente favorável à aprendizagem.

Sob essa ótica, o professor precisa ter uma formação continuada. Propõe-se, dessa forma, juntamente com o professor, desvendar e utilizar os conhecimentos, tendo como embasamento metodológico a dialética. Além disso, pretende-se desenvolver atividades orientadas de leitura e discussões, reflexão constante da prática pedagógica, bem como uma postura investigativa de forma a entender a estrutura e organização do espaço.

Na medida em que o professor se assume como sujeito do seu próprio trabalho na sala de aula, em que propicia condições para o aluno tornar-se coprodutor de conhecimentos, o pedagógico e o político saem fortalecidos.

Observa-se aqui a preocupação do docente em levar situações práticas para o aluno, de modo que este possa estar preparado para o mercado de trabalho, além de atuar como sujeito ativo, atrelando suas experiências ao aprendizado.

2.2 Núcleo Docente Estruturante

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar (modalidade Presencial) da Faculdade INESP possui NDE instituído e instalado conforme Resolução CONAES N° 1, de 17/06/2010.

Entende-se o NDE como um conjunto de professores de elevada formação e titulação, contratados em tempo integral e parcial e que respondem mais diretamente pela criação, implantação e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso de Recursos Humanos, deve

- Elaborar o projeto pedagógico sob supervisão da Coordenação do Curso e orientação e acompanhamento da Assessoria de Desenvolvimento e Planejamento Pedagógico, definindo sua concepção e fundamentos;
- Estabelecer o perfil profissional do egresso do curso;
- Atualizar periodicamente o projeto pedagógico do curso;
- Conduzir os trabalhos de reestruturação curricular para análise e posterior aprovação no Colegiado de Curso, sempre que necessário;

- Supervisionar as formas de avaliação de ensino e acompanhamento do curso, definidas pelo Colegiado;
- Analisar e avaliar os Planos de Ensino dos componentes curriculares;
- Promover a integração horizontal e vertical e a interdisciplinaridade proposta pelo Curso, respeitando os eixos estabelecidos pelo Projeto Pedagógico;
- Acompanhar as atividades do corpo docente, recomendando ao Colegiado de Curso a indicação ou substituição de docentes, quando necessário;
- Elaborar e implementar o acompanhamento do desempenho docente e discente, por meio de dados fornecidos pela Avaliação Institucional;
- Elaborar diagnóstico anual de aproveitamento discente por meio de diferentes instrumentos avaliativos.
- A designação dos representantes do NDE é feita pelo Diretor da Instituição.

2.2.1 Regulamento dos Núcleos Docentes Estruturantes do curso de Gestão da Faculdade INESP

Capítulo I: Das Disposições Gerais

Art. 1º O presente Regulamento institui as atribuições e o funcionamento dos Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs) no âmbito dos Cursos de Graduação da Faculdade INESP – Instituto Nacional de Ensino Superior e Pesquisa.

Capítulo II: Da Composição de Seus Membros

Art. 2º O Núcleo Docente Estruturante é um conjunto de professores, de elevada formação e titulação, contratados em tempo integral e parcial, que respondem mais diretamente pela criação, implantação e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso de Graduação.

Art. 3º O Núcleo Docente Estruturante vincula-se à Coordenação do Curso de Graduação sendo seus membros representantes do Colegiado do seu respectivo Curso.

Capítulo III: Das Atribuições do Núcleo Docente Estruturante

Art. 4º São atribuições do Núcleo Docente Estruturante:

I. conhecer, adotar, implementar e contribuir para a consolidação, aplicação e melhoria do Projeto Pedagógico do Curso;

- II. zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino- aprendizagem do curso;
- III. incentivar e contribuir para melhoria das atividades complementares;
- IV. supervisionar as formas de avaliação e acompanhamento do curso;
- V. zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares do curso;
- VI. zelar pela atualização da contextualização regional do curso e sua coerência com o perfil do egresso;
- VII. garantir que a estrutura do curso possibilite adicionalmente aos alunos com necessidades educacionais especiais a diversificação e a flexibilização curricular e metodológica; e
- VIII. assegurar estratégias de renovação parcial dos integrantes do NDE de modo a garantir continuidade no processo de acompanhamento do curso.

Capítulo IV: Da Composição do Núcleo Docente Estruturante

Art. 5º O Núcleo Docente Estruturante será composto por professores do curso, que atendam ao perfil acadêmico definido pelo Ministério da Educação, mediante Portaria de nomeação da Diretoria da Faculdade INESP.

Art. 6º O Núcleo Docente Estruturante deverá atender, no mínimo, aos seguintes critérios:

- Ser constituído por um mínimo de 5 (cinco) professores pertencentes ao corpo docente do curso, que participem da consolidação do seu PPC;
- Ter, pelo menos, 60% de seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*;
- Ter todos os membros em regime de trabalho de tempo parcial ou integral, sendo pelo menos 20% em tempo integral;
- Assegurar estratégia de renovação parcial dos integrantes do NDE de modo a assegurar continuidade no processo de acompanhamento do curso

Art. 7º A composição do NDE obedecerá, rigorosamente, ao estabelecido nos Instrumentos de Avaliação do INEP para fins de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de graduação, considerando as especificidades previstas nos documentos do MEC e na legislação pertinentes ao tipo de curso.

Os integrantes do NDE do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos estão dispostos como a tabela a seguir

NOME	TITULAÇÃO	CARGO NO NDE
Rogério Romano	Mestre	Coordenador
Yasuo Kono	Mestre	Membro
Claudinete Salvato Lima	Mestre	Membro
Maria Piedade Teodoro da Silva	Doutor	Membro
Carlos Ossamu Cardoso Narita	Especialista	Membro

Capítulo V: Da Titulação e Formação Acadêmica dos Docentes do NDE

Art. 8º Os docentes que compõem o NDE devem possuir titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *Stricto sensu* e com experiência docente, na porcentagem determinada na legislação.

Capítulo VI: Do Regime de Trabalho dos Docentes do NDE

Art. 9º Os docentes que compõem o NDE deverão ser contratados em regime de trabalho que assegure preferencialmente dedicação plena ao curso de graduação.

Parágrafo único. Docentes contratados em regimes de tempo integral e parcial, respondem, diretamente, pela criação, implantação e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso.

Capítulo VII: Do Presidente do Núcleo Docente Estruturante

Art. 10. O Coordenador do Curso será o presidente do NDE.

Art. 11. Compete ao Presidente do NDE:

- Convocar e presidir as reuniões do NDE, com direito a voto, inclusive o de qualidade;
- Representar o NDE junto aos órgãos da Faculdade INESP;
- Encaminhar as deliberações do NDE e registrá-las por meio de Atas;

- Designar relator ou comissão para estudos de matérias a serem decididas pelo NDE e um representante do corpo docente para secretariar com a redação de atas;
- Coordenar a integração com os demais NDEs e Colegiados de Cursos, bem como com os Conselhos e Órgãos da Faculdade INESP.

Art. 12. O Coordenador do Curso será substituído em suas faltas e impedimentos pelo membro do NDE mais antigo no respectivo Curso.

Capítulo VIII: Das Reuniões

Art. 13. O NDE reunir-se-á ordinariamente, por convocação do Presidente, 1 (uma) vez por semestre e, extraordinariamente sempre que convocado pelo Presidente ou a requerimento de 2/3 (dois terços) de seus membros.

Parágrafo único. A convocação deverá ser feita, pelo menos, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência e, sempre que possível, com a pauta da reunião.

Art. 14. As decisões do NDE serão tomadas por maioria simples de votos, com base no número de presentes nas reuniões.

Parágrafo único. Todos os membros do NDE têm direito a voz e voto.

Capítulo IX: Das Disposições Gerais

Art. 15. Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado de Curso e, em casos excepcionais, a decisão final caberá à Diretoria Acadêmica.

2.3 Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI)

O NAI será designado por Portaria do Diretor-Geral e terá a seguinte composição:

Diretor Acadêmico;

Coordenador da CPA;

Um representante dos Coordenadores;

Um representante do corpo técnico-administrativo.

Presidirá o NAI o Diretor geral e, na sua ausência, o Coordenador da CPA.

O atendimento educacional especializado (AEE) ao público-alvo da educação especial nos Cursos de graduação, pós-graduação e Cursos técnicos, nas instituições de ensino superior que compõem a INESP, é realizado pelo Núcleo de Acessibilidade e Inclusão.

O NAI propicia a seus alunos, regularmente matriculados em Cursos de graduação, pós-graduação e Cursos técnicos, AEE, com base nos seguintes princípios:

I- garantia dos Direitos dos alunos caracterizados como público-alvo da Educação Especial, de acordo com as especificidades, oportunizando acesso e permanência no ensino superior; e

II- desenvolvimento de seu papel de responsabilidade social como Instituição de Ensino Superior, respeitando a diversidade, garantindo educação justa e igualitária.

Caracteriza-se como público-alvo da Educação Especial, com Direito a atendimento pelo NAI, os alunos com:

III- Deficiência (física, visual, auditiva, intelectual e múltipla);

IV- Transtorno Global do Desenvolvimento;

V- Altas habilidades/superdotação.

O NAI é composto por profissionais da área da Educação Especial e conta com a participação colaborativa de outros profissionais do Núcleo de Acessibilidade, Inclusão (NAI), responsável pelo atendimento local na IES. São eles:

No Ensino Presencial: um representante dos coordenadores, um representante docente, um representante do Corpo técnico-administrativo e um representante da CPA;

VI- Esses profissionais desenvolvem as seguintes ações na IES:

VII- Identificam o público-alvo da Educação Especial na IES;

VIII- garantem o acesso e a permanência dos alunos caracterizados como público-alvo da Educação Especial matriculados nos Cursos de graduação;

IX- adaptam materiais didáticos para os alunos caracterizados como público-alvo da Educação Especial;

X- prestam assessorias às IES nas especificidades de acessibilidade física por meio do estudo da NBR9050 e legislação vigente;

XI- orientam os Colegiados de Curso para que propiciem ações de ensino e aprendizagem voltadas para o respeito à diversidade;

XII- orientam coordenadores, professores e demais colaboradores para o AEE, bem como para as especificidades da Educação Especial;

XIII- pesquisam recursos tecnológicos e propostas que propiciem a inclusão do público-alvo da Educação Especial nos Cursos de graduação, pós-graduação e Cursos técnicos;

XIV- participam de atividades de extensão voltadas à Inclusão no Ensino Superior e ao AEE;

XV- acompanham a trajetória dos acadêmicos, público-alvo da educação especial, desde o ingresso até a conclusão do Curso de graduação; e

XVI- buscam parcerias com outras instituições específicas de atendimento educacional especializado.

O NAI se reunirá, ordinariamente, uma vez, por semestre, preferencialmente antes do início do período letivo, para deliberar sobre procedimentos a serem adotados em caso de matrícula de alunos com deficiências, limitações, superdotações ou com Transtorno do Espectro Autista e extraordinariamente, sempre que necessário.

O NAI deve garantir o atendimento ao Estudante com Deficiências, limitações, superdotações e com Transtorno do Espectro Autista, prevendo o desenvolvimento de ações voltadas para o acesso, para a permanência e para qualidade do ensino oferecidos aos estudantes matriculados na Instituição e aos seus colaboradores.

O NAI deverá garantir que a infraestrutura da instituição esteja adequada para permitir a locomoção para pessoas com mobilidade reduzida, adaptação de sanitários, bebedouros e sinalização tátil e em braile compatível para pessoas com deficiência visual, de forma que o estudante, professores e demais funcionários tenham acesso a todos os espaços institucionais.

Havendo disponibilização de todos os espaços necessários para o atendimento dos alunos com necessidades especiais em pavimento específico da instituição, será permitida a existência de salas de aulas e laboratórios (desde que não seja o único da modalidade) em

andares superiores, sem necessariamente atender todas as condições especiais de acessibilidade a deficientes.

O NAI deverá garantir que a proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, nos termos legais, seja completamente atendida. Caso haja necessidade, o NAI designará profissional para acompanhar o estudante portador da síndrome nas atividades acadêmicas.

Ao NAI caberá promover ações de difusão dos Direitos Humanos, como processo dinâmico, multidimensional, que envolva toda a comunidade acadêmica e que dissemine a necessidade de igualdade e de defesa da dignidade humana.

Será de responsabilidade do NAI analisar solicitações e documentos apensados na justificativa do estudante e emitir parecer sobre a solicitação da prorrogação de prazo além do tempo máximo de integralização, para conclusão do curso.

Todas as obras efetuadas pela instituição sejam de ampliação ou de reforma deverão ser previamente apresentadas ao NAI para aprovação.

2.4 Equipe Multidisciplinar

Não se Aplica – N.S.A

2.5 Coordenador

2.5.1 PERFIL DO COORDENADOR

Nome: Cádio Roberto Gomes

Formação: Graduado em Administração, Matemática e Pedagogia.

Titulação: Mestre

Regime de Trabalho: Tempo Integral

Tempo de Atuação na IES: 2 anos

Tempo de Atuação na Área: 13 anos

2.5.2 Atuação do Coordenador

O coordenador, com regime de tempo integral, dedica-se ao trabalho pedagógico-educacional com estudantes e professores em atividades de docência e

em atividades acadêmicas profissionais, tais como ciclos de palestras, congresso de formação de professores, oficinas e cursos de extensão. Nesse sentido, a coordenação busca a realização de uma gestão democrática que prioriza com o grupo de professores do curso o desenvolvimento de um trabalho pedagógico, coletivo e interdisciplinar. No âmbito da Instituição, a coordenação tem participação efetiva na discussão e assessoramento em matéria de assuntos ligados ao ensino e à extensão, no âmbito do Conselho Superior.

2.5.3 Experiência Profissional do Coordenador

O Coordenador possui experiência Docente no Ensino Superior de 13 anos, como Coordenador 7 anos, sua atuação diretamente em Tutoria EAD de 11 anos, como desenvolvedor Moodle de 5 anos.

2.5.4 Regime de Trabalho do Coordenador

O regime de trabalho do coordenador do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar, da Faculdade INESP, é de tempo integral. A proposta da coordenação de curso é atender aos acadêmicos em horários específicos (vespertino e noturno), garantindo que tenham acesso ao mesmo em momentos distintos de aula. Estando presente durante o horário de aula, para auxiliar o bom funcionamento das atividades docentes e discentes.

A efetiva dedicação do coordenador à administração e à condução do curso, comprometendo-se com a gestão acadêmica, práticas pedagógicas, melhoria contínua do curso, dedicação à administração acadêmica, articulação com a gestão institucional e participação nos órgãos colegiados. Sua carga horária é suficiente e compatível com número de professores e alunos do referido curso pretendido.

2.5.5 Atribuições e Plano de Ação do Coordenador do Curso

A coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar é designada pela Direção Geral da Faculdade INESP, por meio de Portaria de Designação.

São atribuições do Coordenador:

- coordenar os trabalhos dos membros docentes que desenvolvem aulas e atividades de ensino e extensão relacionadas com o respectivo curso, sob as diretrizes do Diretor da Faculdade;
- supervisionar o cumprimento das atribuições de cada docente do curso, intervindo para providências e dando ciência de irregularidades ao Diretor da Faculdade;
- representar o curso junto às autoridades e órgãos da Faculdade;
- convocar e presidir as reuniões de docentes das várias áreas de estudo ou disciplinas afins que compõem o curso;
- coordenar a elaboração e sistematização das ementas e programas de ensino das disciplinas do currículo pleno do curso para apreciação e aprovação dos órgãos competentes;
- fiscalizar a efetiva realização das atividades aprovadas e respectivos cronogramas constantes dos planos de ensino das disciplinas/matérias, seus conteúdos e competências e o uso do livro-texto adotado;
- auxiliar na orientação e controle das taxas de evasão e de inadimplência discentes, tomando as medidas cabíveis para sua diminuição, a critério do gestor da IES;
- compatibilizar os conteúdos programáticos necessários à formação profissional prevista no perfil do curso;
- fomentar e incentivar a produção científica e intelectual do corpo docente e discente, bem como o uso regular da biblioteca por todos;
- supervisionar e fomentar o uso da biblioteca e laboratórios, elaborando relatórios periódicos para ciência do gestor da IES;
- apresentar, semestralmente, ao gestor da IES, relatório de suas atividades e das do seu curso, bem como as indicações bibliográficas necessárias para o próximo período letivo;
- responsabilizar-se pelas atividades de preparação das avaliações internas e externas do curso e dos seus estudantes;
- dar atendimento personalizado e gentil aos estudantes, professores e funcionários em suas solicitações, para prontas e cabíveis providências;
- exercer as demais atribuições que lhe sejam delegadas pelo gestor da IES, as previstas na legislação ou no Regimento.

2.6.2 Corpo docente: titulação

De acordo com a Lei de Diretrizes da Educação Lei n 9394/96, de 20 de dezembro de 1996 em seu art. 66, onde menciona a titulação do corpo docente para o ensino superior, a Faculdade INESP possui todos os seus professores com formação de nível de Pós-Graduação.

2.6.3 Critérios de Admissão e de Progressão na Carreira

O pessoal docente da INESP será contratado pela Mantenedora, de acordo com o processo seletivo, após indicação da Direção Acadêmica e aprovação pelo Diretor Geral.

Em sua indicação, deve a Direção Acadêmica comprovar a necessidade da contratação do professor. Após aprovação do Diretor Geral, cabe ao Departamento de Recursos Humanos promoverem o recrutamento e seleção do professor, nos termos das normas vigentes.

O professor, contratado ou aqueles que já fazem parte do corpo docente da Instituição serão enquadrados, de acordo com sua titulação, em uma das categorias, classes e níveis do Plano de Carreira Docente da INESP.

A INESP valoriza seus docentes e promove constantemente a capacitação deles. A política de capacitação dos docentes está claramente definida no Plano de Capacitação Docente.

2.6.4 Plano de Cargos e Salários

O plano de cargos e salários da instituição contempla tanto o corpo docente quanto o corpo técnico-administrativo incluindo os demais funcionários. Assim a INESP desenvolve uma política de valorização de seus funcionários, enquadrando-os em um Plano de Cargos e Salários que visa contemplar o desempenho e formação deles, oferecendo também oportunidades de qualificação/capacitação profissional.

Dentro dessa política institucional são destacadas as seguintes diretrizes:

- Incentivo à formação continuada;
- Oferta de cursos voltados à atuação específica;
- Oferta de cursos de relações interpessoais para o bom desempenho profissional;

- Estímulo à participação em eventos sociais, culturais e científicos promovidos pela Instituição e outras entidades;
- Atualização de conhecimentos na área da informática;
- Implementação do Plano de Cargos e Salários adequando-o à realidade de mercado e de gestão;
- Elaboração da matriz de capacitação e treinamento do pessoal administrativo do nível técnico e operacional, revisando-a a cada ano;
- Seleção de profissionais já titulados e disponíveis no mercado, mediante chamada por edital, concurso ou outro expediente;
- Implementação da oferta de programas de qualificação próprios;
- Atração, desenvolvimento e retenção de talentos;
- Aumento do nível de valorização das pessoas;
- Criação de sistema de remuneração que reconheça méritos e valores;
- Criação de agentes integradores do ambiente interno, que aumentem a sinergia entre todos os funcionários da instituição.
- Incentivo à formação e atualização pedagógica dos docentes.

A INESP, preocupada com a formação pedagógica de seus docentes, tem como política promover o desenvolvimento, aprimoramento e qualificação do ser humano como agente de transformação social, contribuindo com uma alternativa de atendimento educacional flexível e que elimina barreiras, facilitando o acesso ao conhecimento por meio da educação presencial. Uma de suas principais diretrizes está em facilitar o acesso à formação pedagógica de profissionais graduados, habilitando-os, assim, para o exercício da docência.

Na Política de Capacitação Docente estão descritas todas as ações institucionalizadas de incentivo à formação/atualização pedagógica dos docentes.

A INESP acredita que o grande diferencial de uma Instituição de ensino é o seu quadro de docentes, visto que as mudanças ocorrem com velocidade ímpar, tornando necessária a atualização constante, quer no aspecto específico das disciplinas, quer no aspecto didático pedagógico.

2.6.5 Regime de Trabalho do Corpo Docente do Curso

O Corpo docente é contratado por meio da CLT

2.6.6 Incentivo à Formação e Atualização Pedagógica dos Docentes

A INESP preocupada com a formação pedagógica de seus docentes tem como política promover o desenvolvimento, aprimoramento e qualificação do ser humano como agente de transformação social, contribuindo com uma alternativa de atendimento educacional flexível e que elimina barreiras, facilitando o acesso ao conhecimento por meio da educação à distância e presencial. Uma de suas principais diretrizes está em facilitar o acesso à formação pedagógica de profissionais graduados, habilitando-os, assim, para o exercício da docência.

Na Política de Capacitação Docente estão descritas todas as ações institucionalizadas de incentivo à formação/atualização pedagógica dos docentes.

A INESP acredita que o grande diferencial de uma Instituição de ensino é o seu quadro de docentes, visto que as mudanças ocorrem com velocidade ímpar, tornando necessária a atualização constante, quer no aspecto específico das disciplinas, quer no aspecto didático pedagógico.

2.7 Experiência no exercício da docência na educação a distância

Não se Aplica - N.S.A.

2.8-Experiência no exercício da tutoria na educação a distância

Não se Aplica - N.S.A.

2.9 Atuação do colegiado de curso ou equivalente

O colegiado de Curso, órgão máximo de deliberação coletiva do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos, da Faculdade INESP, congrega todos os professores em atuação no respectivo curso.

O colegiado de curso reúne-se ordinariamente, em datas fixadas no calendário escolar e, extraordinariamente, quando convocados pelo Coordenador do Curso, por iniciativa própria, por solicitação do Diretor ou a requerimento de um terço (1/3) de seus membros.

Compete, ao Colegiado do Curso, distribuir encargos de ensino e extensão entre seus professores, respeitadas as especialidades, e coordenar-lhes as atividades; aprovar os programas e planos de ensino das suas disciplinas; elaborar os projetos de ensino e extensão e executá-los depois de aprovados pelo Conselho de Ensino; sobre aproveitamento de estudos; estipular diretrizes para o desenvolvimento da prática profissional; projeto de estágio; formas de articulação e experiências anteriores em instituições de ensino e na prática profissional; opinar sobre admissão, promoção e afastamento de seu pessoal docente; propor admissão de monitor; exercer as demais competências que lhe sejam previstas em lei e no regimento interno da Faculdade INESP e no Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos.

Membros

É presidido pelo Coordenador do Colegiado do Curso, substituído em suas faltas e impedimentos por um suplente, ambos escolhidos pelo diretor, para mandato de 2 (dois) anos, permitida a recondução. O Colegiado de Curso é integrado pelo coordenador, que o preside, pelo corpo docente. O colegiado reúne-se duas vezes por ano e a ele compete:

- reelaborar os planos de ensino, programas, bibliografia e ementas de cada disciplina, conforme as exigências do Projeto Pedagógico do Curso, antes do início do período letivo, com a devida atualização, para aprovação do gestor da instituição.
- sugerir medidas para aperfeiçoar o Projeto Pedagógico do Curso;
- planejar a distribuição equitativa, ao longo do período letivo, dos trabalhos escolares a serem exigidos dos alunos, nas várias disciplinas do Curso, de acordo com o Calendário Acadêmico;
- sugerir e propor cursos extraordinários, seminários ou conferências julgadas necessárias ou úteis à formação profissional dos alunos;
- indicar ao Coordenador, bibliografia específica necessária aos planos de ensino, em tempo hábil para constar do plano orçamentário;

- zelar pela execução dos planos de ensino e das disciplinas que o integram;
- propor medidas para o aperfeiçoamento do ensino e da extensão;
- sugerir critérios específicos para dispensa de cursar disciplinas equivalentes, como complemento às normas regimentais aprovadas pelos órgãos normativos;
- participar do processo de avaliação institucional de desempenho profissional e das atividades-fim.

O cumprimento de tais atribuições é viabilizado por reuniões periódicas com o corpo docente e com os demais coordenadores de curso, incluindo reuniões com representantes de classe e atendimento de discentes e docentes do curso. Sua atuação está voltada, portanto, à busca constante pelo atendimento das demandas expressas pelo curso e das pessoas a ele relacionadas: alunos, professores, diretor executivo, mantenedores, demais coordenadores e funcionários.

As competências do Colegiado, expressas no Regimento, visam contribuir com o desenvolvimento das competências e habilidades necessárias ao alcance do perfil do egresso estabelecido neste Projeto, em consonância com a missão institucional definida no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

A tabela a seguir apresenta os membros do colegiado com suas respectivas titulações e cargo:

NOME	TITULAÇÃO	CARGO NO COLEGIADO
Rogério Romano	Mestre	Coordenador
Yasuo Kono	Mestre	Membro
Claudinete Salvato Lima	Mestre	Membro
Maria Piedade Teodoro da Silva	Doutor	Membro
Carlos Ossamu Cardoso Narita	Especialista	Membro

2.9.1 Regulamento Dos Colegiados De Curso Dos Cursos De Graduação Da Faculdade Inesp

Capítulo I: Das Disposições Gerais

Art. 1º O presente Regulamento institui as atribuições e o funcionamento dos Colegiados de Curso no âmbito dos Cursos de Graduação da Faculdade INESP – Instituto de Educação Superior e Pesquisa.

Capítulo II: Da Composição de seus Membros

Art. 2º O Colegiado de Curso é integrado pelos professores de disciplinas de um mesmo curso

Art. 3º O Colegiado de Curso vincula-se à Coordenação do Curso de Graduação e conta com os representantes do Núcleo Docente Estruturante do seu respectivo Curso.

CAPÍTULO III: Das Atribuições do Colegiado de Curso

Art. 4º São atribuições do Colegiado de Curso:

I. Elaborar o Projeto Pedagógico do curso, sempre em observância às diretrizes curriculares, submetendo-o à aprovação do NDE

II. Definir o perfil profissiográfico dos Cursos;

III. Elaborar o Calendário das atividades dos cursos, tais como, o cronograma de reuniões ordinárias, das atividades extraclasse, das semanas pedagógicas, entre outras;

IV. Opinar sobre a reestruturação ou reformulação dos currículos dos cursos em andamento e da composição curricular para os cursos novos, observadas as diretrizes curriculares;

V. Distribuir encargos de ensino e extensão entre seus professores, respeitada as especialidades, e coordenar as atividades;

VI. Aprovar os programas e planos de ensino das suas disciplinas;

VII. Elaborar os projetos de ensino e de extensão submetendo-os à aprovação do CEPE;

VIII. Pronunciar-se sobre aproveitamento de estudos e adaptações de alunos transferidos e diplomados, sempre em observância a legislação vigente e as normas internas da secretaria da Faculdade;

IX. Opinar sobre admissão, promoção e afastamento de seu pessoal docente;

X. Aprovar o plano e o calendário anual de atividades do Colegiado elaborados pelos seus Coordenadores;

XI. Exercer as demais competências que lhe sejam previstas em lei e neste Regimento.

CAPÍTULO V: Do Presidente do Colegiado de Curso

Art. 5º O Coordenador do Curso será o presidente do Colegiado de Curso.

Art. 6º Compete ao Presidente do Colegiado de Curso:

I. Representar o Colegiado junto às autoridades e órgãos da Faculdade;

II. Convocar e presidir as reuniões do Colegiado;

III. Supervisionar a execução das atividades programadas, bem como a assiduidade dos professores;

IV. Apresentar, anualmente, ao Colegiado e à Diretoria, relatório de suas atividades e das do seu curso;

V. Sugerir a contratação ou dispensa do pessoal docente e/ou técnico-administrativo ouvido o Colegiado;

VI. Exercer as demais atribuições que lhe sejam previstas em lei e neste Regimento;

VII. Homologar os expedientes de aproveitamento de estudos e adaptação de disciplinas.

Art. 7º O Coordenador do Curso será substituído em suas faltas e impedimentos pelo membro do Colegiado de Curso mais antigo no respectivo Curso.

CAPÍTULO VI: Das Reuniões

Art. 8º O Colegiado reúne-se ordinariamente, em datas fixadas no calendário acadêmico, e, extraordinariamente, quando convocado pelo Presidente (Coordenador) , por iniciativa própria, por solicitação do Diretor Acadêmico ou pelo Diretor Geral ou ainda a requerimento de 2/3 (dois terços) de seus membros.

Parágrafo único. A convocação deverá ser feita, pelo menos, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência e, sempre que possível, com a pauta da reunião.

Art. 9º As decisões do Colegiado de Curso serão tomadas por maioria simples de votos, com base no número de presentes nas reuniões.

Parágrafo único. Todos os membros do Colegiado de Curso têm direito a voz e voto.

2.10- Titulação e formação do corpo de tutores do curso

Não se Aplica - N.S.A.

2.11- Experiência do corpo de tutores em educação a distância

Não se Aplica - N.S.A.

2.12 Interação entre tutores docentes e coordenadores de curso a distância

Não se Aplica - N.S.A.

Dimensão 3 - INFRAESTRUTURA

3.1- Espaço de trabalho para docentes em tempo integral

A Faculdade possui salas utilizadas pelo Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar e para o trabalho exclusivo do professor de tempo integral. Estas salas estão equipadas, segundo a finalidade e atendem, plenamente, aos requisitos de dimensão, recursos multimídia, limpeza, iluminação, ventilação, conservação, comodidade necessária à atividade proposta.

3.2- Espaço de trabalho para o coordenador

A Sala para Coordenador do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar, é equipada com iluminação, ventilação, mobiliário e equipamentos específicos, atendendo a todas as condições de salubridade necessárias para o exercício dessa atividade. Esta sala está equipada segundo a finalidade e atende, plenamente, aos requisitos da dimensão necessária para atendimento a alunos e professores, além de recursos de comunicação via *web*, limpeza, iluminação, ventilação, conservação e comodidade necessária à atividade proposta. ,

3.3- Sala coletiva de professores

A Faculdade INESP possui sala dos professores para o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar. Esta sala está equipada, segundo a finalidade e atende plenamente aos requisitos de dimensão necessária para atendimento aos professores, limpeza, acústica, ventilação, conservação e comodidade à proposta.

A sala dos professores foi planejada como uma sala de reunião com infraestrutura necessária dentro dos padrões adequados. A sala de professores é equipada com computadores com acesso à internet e à rede sem fio, apresentando condições favoráveis para o diálogo e descontração. A sala dispõe de bancos, cadeiras e mesas para que o trabalho docente tenha a comodidade, cadeiras, mesas, bebedouro. Com as devidas condições de limpeza e ventilação.

3.4- Salas de Aula

As salas de aulas são instalações dotadas de iluminação, cadeiras dentro dos padrões ergonômicos, equipamentos audiovisuais e de informática, atendendo a todas as condições de salubridade necessária para o exercício desta atividade. Os acessos são feitos através de rampas (no corredor dos pavimentos), dotados de piso antiderrapante e corrimão lateral para apoio.

A Faculdade INESP possui sala de aula utilizada pelo Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar. Estas salas estão equipadas segundo a finalidade e atendem, plenamente, aos requisitos de dimensão necessária para atendimento aos professores, além de recursos multimídia, limpeza, iluminação, ventilação, conservação e comodidade a atividade proposta. As salas de aula possuem em média 50m² e suportam até 50 lugares (cadeiras universitárias), além de espaço necessário para a prática docente do professor. Neste primeiro momento, tem à sua disposição oito salas de aula, dentro das dimensões necessárias para turmas de até 50 alunos.

Todas as salas possuem computadores para uso do professor, além de equipamento *Datashow*, exclusivo por sala. O sinal *wireless* possui replicadores em pontos estratégicos da instituição para facilitar o acesso dos alunos e professores à *internet*, fomentando o uso de recursos tecnológicos como apoio às práticas didático pedagógicas em sala de aula.

3.5- Acesso dos alunos a equipamentos de informática

O uso de laboratórios em ambientes de estímulo às práticas, dentro do ambiente acadêmico, tem necessidade crescente no entendimento da educação. Para o desenvolvimento do currículo dos cursos, a instituição coloca à disposição o laboratório de informática, que visa oferecer condições materiais e equipamentos para uso de estudantes e professores em suas atividades de ensino e extensão, de acordo com o regimento específico.

A instituição conta ainda com um *site* (www.inesp.edu.br), o qual, além das informações institucionais e acadêmicas, possui ainda portal direcionada a comunidade discente e a comunidade docente. Trata-se de uma plataforma que viabiliza o intercâmbio de serviços.

O laboratório de informática é equipado com 50 computadores com acesso à internet, com livre acesso dos discentes. Conta ainda com sistema Wi-fi com livre acesso aos estudantes da Faculdade e atualização semestral de equipamentos e *softwares* (ou conforme necessidade do laboratório).

O laboratório de informática é climatizado, devidamente planejado para utilização em pesquisas, cada estação possui *software* específico para elaboração de atividades acadêmicas, científicas, administrativas, especiais, de pesquisa e autosserviço.

O acesso às máquinas é feito conforme login/senha. Há dois tipos de conta: a normal, direcionada para alunos e professores; e a conta administradora, voltada especialmente aos analistas técnicos da Faculdade INESP, responsáveis pelo gerenciamento e manutenção das máquinas. Todos os cursos atualmente existentes podem utilizar estes equipamentos, não só nas disciplinas específicas ligadas à computação, mas também em outras que tal instrumento auxilia o aluno e/ou os professores em suas tarefas.

Na Biblioteca, encontram-se 5 (cinco) máquinas para acesso à *internet* e consultas das bibliografias.

A sala de professores é equipada com 3 (três) computadores, acesso à *internet*, apresentando condições favoráveis para diálogo e descontração.

A instituição possui uma política de atualização dos recursos tecnológicos disponibilizados para as atividades de ensino e extensão, Projetor Multimídia/ *Datashow*, Computadores, como também ampliação e atualização do acervo bibliográfico.

3.6 Bibliografia básica por Unidade Curricular (UC)

Toda Bibliografia do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar é disponibilizada virtualmente por meio da Biblioteca Pearson

3.7 Bibliografia Complementar por unidade Curricular (UC)

Toda Bibliografia Complementar do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar é disponibilizada virtualmente por meio da Biblioteca Pearson

Anexos

I- CONVÊNIOS

A Faculdade INESP, bem como cada curso de graduação da mesma, realizará convênios com empresas e entidades da região para realização de ações conjuntas, estágios de alunos, divulgação de conhecimento e outras ações que integrem a teoria e a prática. Os convênios realizados serão assinados pelas partes e arquivados

II- Acessibilidades para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida

Atendendo a todas as condições de salubridade para o exercício desta atividade e facilitando a mobilidade aos cidadãos com mobilidade reduzida, a Faculdade INESP disponibiliza acessos feitos através de rampas (no corredor dos pavimentos) de pequena inclinação, dotadas de piso antiderrapante e corrimão lateral para apoio. Sanitários adequados, salas de aulas, área de convivência, assim como fornece condições de acessibilidade a todos os acessos de seu campus universitário, a fim de promover a locomoção de todos os seus alunos, professores, funcionários e visitantes, conforme disposto na CF/88, Art. 205,206 e 208, na NBR9050/2004, da ABNT, na Lei N 10.098/2000, nos Decretos N° 5296/2004, N° 6949/2009, N° 7611/2011 e na Portaria N° 3284/2003.

A Faculdade INESP, possui uma “Política de Atendimento ao Estudante com Deficiência” que prevê o desenvolvimento de ações que visam garantir a acessibilidade aos estudantes pública alvo da educação especial, respeitando seus direitos de acesso e permanência no Ensino Superior.

A Instituição desenvolve ações específicas ao receber o estudante com deficiência.

As ações consistem em:

- Identificar no início de cada semestre, junto a secretaria e coordenadores de curso, os estudantes com deficiência (auditiva, física, intelectual, visual, entre outras) e informar sobre estes estudantes.

- Verificar os recursos de apoio (materiais didáticos, *softwares* etc) que a unidade dispõe e o que será necessário providenciarem para atender ao estudante.

- Identificar junto ao estudante os recursos necessários para o acompanhamento das aulas e acessibilidade aos espaços da unidade.

- Levantar os títulos fundamentais, antes do início do semestre, que serão utilizados e informar o coordenador do curso, para que sejam providenciados em formato acessível ao estudante com deficiência visual.

- Sugerir aos docentes das disciplinas nas quais existem estudantes com deficiência, os recursos didáticos e metodológicos mais adequados a serem utilizados.

- Identificar as necessidades do estudante para a realização das avaliações de forma a respeitar as especificidades de cada um.

Os recursos necessários para o acompanhamento do estudante serão providenciados pela Faculdade INESP com a colaboração de profissionais que atuam na unidade (diretor, coordenadores de curso, docentes, coordenador do Serviço de Atendimento ao Estudante, bibliotecários, entre outros).

Dentre os recursos disponíveis estão:

- O *software* Dosvox - leitor de telas que possibilita ao estudante com deficiência visual, acesso às obras digitalizadas e ao ambiente virtual na unidade. Este programa está instalado em um dos laboratórios de informática e na biblioteca.

- O acompanhamento do estudante com deficiência auditiva/surdez pelo Intérprete de Libras, quando solicitado pelo estudante.

- Adaptações no projeto arquitetônico, de forma a viabilizar o acesso a todas as dependências acadêmicas e administrativas da instituição (rampas, elevador, sanitários adaptados, bebedouros, telefone público para cadeirantes e surdos, vagas exclusivas para pessoas com necessidades especiais localizadas em pontos estratégicos em frente ao acesso principal da instituição, entre outros).

III- Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista

A Faculdade INESP atende o disposto na Lei N° 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que protege os Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. A política de inclusão de alunos com transtorno do espectro autista (TEA) é desenvolvida por ações educativas, palestras informativas, desenvolvimento de mecanismos facilitadores de

aprendizagem, entre outros e contemplam as principais dificuldades apresentadas pelo autista.

É importante ressaltar que os TEAs apresentam uma ampla gama de severidade e prejuízos, ou seja, há uma grande heterogeneidade na apresentação fenotípica do TEA, tanto com relação à configuração e severidade dos sintomas comportamentais, o que torna imperativo uma avaliação específica de cada caso, antes do planejamento das ações a serem adotadas para cada aluno. A IES oferece entre seus cursos de pós-graduação *lato sensu*, o de *TEA*.

IV- Biblioteca

Consideradas grandes salas de aprendizagem, as bibliotecas da INESP dão suporte aos cursos oferecidos na faculdade. A biblioteca da Faculdade INESP conta com recursos tecnológicos, espaços físicos adequados, serviços e produtos.

A biblioteca apresenta-se em formato virtual – BIBLIOTECA PEARSON. Para acessar o acervo, manual e configurar a conta na biblioteca com listas de leitura e demais informações, deve-se utilizar o link <https://plataforma.bvirtual.com.br/>.

A biblioteca virtual é um espaço que facilita o acesso à informação científica e cultural, além de levar comodidade aos alunos e eliminar barreiras de espaço e tempo. É referencial de pesquisa a diversas áreas do conhecimento, já que promove a difusão intelectual e a troca de informações.

Os alunos da Faculdade INESP, professores e funcionários possuem acesso a Biblioteca Virtual, através do Portal “Sistema Acadêmico Matheus”, na aba destinada a Biblioteca Virtual. A biblioteca contratada pela Faculdade INESP é a Biblioteca Virtual Pearson, definida após reuniões entre Diretores, NDE e Colegiados de Cursos.

Além do acesso via Portal do Aluno, é possível que o aluno baixe em seu *smartphone* um aplicativo para acesso à Biblioteca Virtual, que permite não só a visualização dos livros, como acesso *offline* a até 10 livros escolhidos pelo aluno.

Os livros podem ser consultados e lidos de forma muito semelhante ao do livro físico, páginas podem ser marcadas, comentários de leitura podem ser inseridos e todas as marcações estarão disponíveis no próximo acesso ao mesmo documento/ livro.

Todos os livros da Bibliografia Básica e Complementar, definidos neste Projeto Pedagógico de Curso, estão disponíveis na Biblioteca Virtual.

V- Responsabilidade social

O Ministério da Educação tem o princípio da inclusão como norteador das políticas públicas. A educação inclusiva é uma abordagem que procura responder às necessidades de aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos, com um foco específico naqueles que são vulneráveis à marginalização e exclusão.

Nesta perspectiva, a instituição entende que o desenvolvimento de um sistema educacional inclusivo, no qual se acolham todos os estudantes, independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas e outras, representa a possibilidade de combater a exclusão e responder as especificidades dos alunos.

Dessa forma, implementa uma política de inclusão educacional com a promoção do acesso e da qualidade, com a organização de cursos que atendam a todos os alunos sem nenhum tipo de discriminação e que valorizem as diferenças como fator de enriquecimento do processo educacional, transpondo barreiras para a aprendizagem e a participação com igualdade de oportunidades.

Na análise dos compromissos da instituição, com base nos critérios de responsabilidade social, de redução das desigualdades sociais e regionais e de promoção da inclusão social, identificam-se propostas e ações segundo os seguintes eixos principais: as políticas de expansão e de preços, de responsabilidade social, de bolsas de estudo e de inclusão de estudantes com necessidades especiais.

Nossa política de Responsabilidade Social se baseia no argumento do SINAES, conforme expressamente previsto no inciso III do artigo 3º da Lei no 10.861/2004: “A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural”.

A Faculdade INESP busca estabelecer com a comunidade acadêmica e a comunidade de seu entorno, uma relação ética e transparente. Assim, procurar promover a relação faculdade-comunidade por meio de ações de integração e relacionamento.

Neste processo, professores estimularão os alunos a desenvolverem ações planejadas de atendimento a necessidades específicas da comunidade. Estas ações podem acontecer em datas comemorativas oficiais do calendário acadêmico ou em ações específicas.

Semana INESP

Anualmente, a Faculdade INESP realiza ação integrada de promoção e debates sobre Administração e Gestão. A ação será proposta por professores e/ou alunos do curso, aprovada pela coordenação acadêmica e desenvolvida por todos os agentes acadêmicos por meio de convite. Esta ação será aberta a comunidade, como forma de ampliar o relacionamento entre a IES e a comunidade do entorno.

Fome Não

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade. Estes são os objetivos para os quais as Nações Unidas estão contribuindo a fim de que possamos atingir a Agenda 2030 no Brasil. O setor empresarial mundial deve desenvolver ações que contribuam para o alcance da Agenda 2030. Estão envolvidos nesse esforço, principalmente, empresas, rede organizações empresariais, como associações e federações, entidades da sociedade civil e governos. -

Esse projeto de extensão tem como objetivos: Apoiar a Fome Zero, contribuindo localmente através de entrega de alimentos e leite a pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças. Ampliar rede de parceiros locais internos e externos à Faculdade INESP, para levar alimentos e leite ao público alvo do Projeto.